



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

TRAJETÓRIAS DE MULHERES “QUE FICAM”:
PROCESSOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO MUCURI

Florianópolis

2022

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES “QUE FICAM”:
PROCESSOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO MUCURI**

Tese submetida ao Programa Interdisciplinar
em Ciências Humanas da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de
Doutor em Ciências Humanas

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Coorientadora: Profa. Dra. Vera Fátima
Gasparetto

Florianópolis

2022

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Sá, Adriana Aparecida da Conceição Santos
TRAJETÓRIAS DE MULHERES "QUE FICAM": PROCESSOS
MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO MUCURI /
Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá; orientador,
Teresa Kleba Lisboa, coorientador, Vera Fátima Gasparetto
Gasparetto, 2022.
154 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Vale do Mucuri. Políticas
Públicas. Relações de Gênero. Processos Migratórios.. I.
Lisboa, Teresa Kleba . II. Gasparetto, vera Fátima
Gasparetto. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas. IV. Título.

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES “QUE FICAM”:
PROCESSOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO MUCURI**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Sueli Siqueira
Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)

Profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Profa. Dra. Profa. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é **a versão original e final do** trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Ciências Humanas.

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

Coord. do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Profa. Dra. Teresa Kleba
Lisboa Orientadora

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado às minhas filhas Mariana e Marina, ao meu esposo Márcio e às mulheres do Vale do Mucuri que compartilharam comigo suas trajetórias de vida, sonhos e esperanças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Teresa Kebla, ser humano e profissional incrível que desde o início respeitou minha escolha de pesquisa e me conduziu sabiamente durante todo processo de orientação. Agradeço a confiança, o acolhimento, a generosidade e todo conhecimento partilhado para meu aprimoramento enquanto pesquisadora.

Ao professor Armando Lisboa que juntamente com a professora Teresa Kebla me recebeu em sua residência e compartilhou comigo material e conhecimentos preciosos para a tese e para meus projetos profissionais.

Agradeço à minha co-orientadora Vera Gasparetto pela leitura atenta, o incentivo e as várias contribuições para melhoria do trabalho.

Meu agradecimento à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e à Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, pela realização do DINTER/UFSC/UNIVALE possibilitando a realização deste doutorado.

Aos professores do Programa de Pós graduação em Ciências Humanas-PPGICH pelos ensinamentos e as profícuas conversas em especial à professora Dra. Rosana Martinelli e ao professor Dr. Alexandre Vaz. Meus agradecimentos ainda aos integrantes do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero – NUSSERGE/ UFSC, pela leitura do projeto de tese e as generosas contribuições para a compreensão de conceitos importantes.

Agradeço ao corpo docente e administrativo da Univale vinculado ao DINTER em especial ao professor Haruf Espíndola, coordenador local, por todo apoio e orientação, à professora Eunice Nonato pela acolhida, generosidade e ensinamentos e à professora Maria Celeste Reis pela presença constante e contribuições para minha formação acadêmica desde o mestrado.

Aos colegas do DINTER pela união, trocas e parcerias. Foram especiais todos os momentos vivenciados com vocês. Durante esse período marcante de minha trajetória construí amizades e parcerias que hoje fazem parte de minha vida.

Agradeço a cada docente, tutor, técnico e terceirizado do curso de Bacharelado em Administração Pública em especial à Adline, e a toda equipe da Diretoria de Educação à Distância – DEAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Sem o apoio de vocês eu não teria conseguido conciliar a coordenação do curso com seus eventos e projetos e a realização do doutorado.

Agradeço ao professor João Mendes da Rocha Neto da Universidade de Brasília - UNB, pela generosidade da partilha, sensibilidade na escuta e oportunidade de participação nas discussões sobre políticas públicas.

Às minhas filhas Mariana e Marina por sonharem comigo e compreenderem minhas constantes ausências.

Ao meu marido Márcio pelo companheirismo, amor, incentivo e apoio durante todo o processo tornando mais leve a jornada.

Ao meu pai Senil (*in memorian*) e minha mãe Francisca por acreditarem sempre em meus projetos.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas por sempre estarem ao meu lado e torcerem por mim.

Agradeço, ainda, todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, desde quando era uma ideia, um rascunho, um pré-projeto. Foram tantas contribuições até o resultado final desta tese, que nem ousou tentar nominar, só dizer a todos, muito obrigada!

Mande notícias do mundo de lá
Diz quem fica
Me dê um abraço, venha me apertar
Tô chegando
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero

Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir

São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida

Música: Encontros e despedidas

Composição: Brant, Fernando / Nascimento, Milton - 1985

RESUMO

Analisar trajetória de vida de mulheres moradoras de municípios do Vale do Mucuri – MG, no contexto de migração de seus companheiros e ou filhos em busca de trabalho é o objetivo geral desta tese que busca discutir as dinâmicas migratórias no Vale do Mucuri no contexto de seu processo de formação; conhecer a trajetória de vida das mulheres que permanecem em comunidades do Vale do Mucuri; Identificar as políticas públicas acessadas pelas mulheres cujos maridos, companheiros e filhos migram. A Epistemologia Feminista de caráter interdisciplinar é o fio condutor que orienta o constructo teórico para a reflexão das relações de gênero nessa tese e ancorada na teoria feminista, possibilita os caminhos teóricos para analisar as condições de opressão das mulheres, a partir da compreensão do conjunto de fatores que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres, baseada no gênero. A pesquisa foi fundamentada numa abordagem qualitativa e utilizou a “Trajetória de Vida” – uma das modalidades da História Oral, como procedimento metodológico, envolvendo a realização de entrevistas com 17 (dezessete) mulheres integrantes de famílias com migração de companheiros e ou filhos, sendo 12 (doze) na modalidade online e 5 (cinco) na presencial nos municípios de Catuji, Setubinha e Itaipé no Vale do Mucuri – MG. O resultado do trabalho visibiliza a precariedade das condições de reprodução da vida no cotidiano das mulheres que permanecem no local de origem enquanto os companheiros e ou filhos migram, o cumprimento de múltiplas jornadas na ausência dos companheiros; a dificuldade de acesso às políticas públicas e a fragilização dos vínculos familiares ocasionado pelos constantes deslocamentos dos companheiros e ou filhos. Fica evidenciado ainda os baixos índices socioeconômicos da região que contribui para o processo migratório de sua população; a inexistência de uma coalisão política forte em defesa de seus interesses e a baixa capacidade governativa presente no território do Vale do Mucuri – MG.

Palavras-chave: Vale do Mucuri. Políticas Públicas. Relações de Gênero. Processos Migratórios.

ABSTRACT

Analysing the life of the women living in the municipalities of Vale do Mucuri – MG, in the context of migration of their partners and offspring in the search of work is the general objective of this theses, which aims to discuss the migratory dynamics in Vale do Mucuri regarding its formation; to learn about the life of the women who remain in Vale do Mucuri communities; to identify which of public policies are accessed by the women whose husbands, partners and offspring migrate. Feminist Epistemology, of interdisciplinary nature, is the guiding thread that directs, in this thesis, the theoretical construct of the gender relations reflection. The feminist theory enables academic paths to analyze the conditions of women's oppression, starting with an understanding of the factors that sustain the inequality, based on gender, between men and women. The research was founded on a qualitative approach. It used the "Life trajectory" – a modality of Oral History, as a methodological procedure, encompassing interviews with 17 (seventeen) women who are members of families with migrations partners and/or children, of which 12 (twelve) were carried out online, and 5 (five) were done in person, in the municipalities of Catuji, Setubinha, and Itaipé, in Vale do Mucuri – MG. The result of this research makes it visible the precariousness of the daily living conditions of the interviewed women, the fulfillment of multiple shifts in the absence of their partners; the difficulty of access to public policies as well as the weakening of family ties, all caused by the constant relocation of their partners and/or children. The following are also highlighted: the low socioeconomic index score that contributes to the migratory phenomenon, the lack of an effective political coalition trying to defend the regional interests, and the low governmental capacity displayed in the territory of Vale do Mucuri – MG.

Keywords: Vale do Mucuri. Public policies. Gender relationships. Migratory processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão do Município de Teófilo Otoni.....	24
Figura 2 – Genealogia do Município de Teófilo Otoni	25
Figura 3 – Regiões de Planejamento de Minas Gerais	29
Figura 4 – População das mesorregiões de Minas Gerais	30
Figura 5 – PIB 2017 mesorregiões Vale do Mucuri.....	32
Figura 6 – Região Geográfica Intermediária (RGint) de Teófilo Otoni	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos municípios selecionados.....	49
Quadro 2 – Caracterização das entrevistadas	60
Quadro 3 – Distribuição das escolas municipais e estaduais nos municípios pesquisados	121
Quadro 4 – Seleção de teses, dissertações e artigos científicos.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento da População, por município do Vale do Mucuri, nos anos de 2000 e 2010 e estimativa 2021	31
Tabela 2 - Comparação Indicadores da mesorregião do Mucuri	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade das Mulheres entrevistadas	62
Gráfico 2 – Raça/Etnia das mulheres entrevistadas	62
Gráfico 3 – Número de pessoas residentes na casa das mulheres entrevistadas	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CadÚnico – Cadastro Único
CF – Constituição Federal
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
COVID-19 – Coronavírus
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DINTER – Doutorado Interinstitucional
EFBM – Estrada de Ferro Bahia Minas
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FJP – Fundação João Pinheiro
GEPAF – Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar
IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PMDT – Programa Mineiro de Desenvolvimento Territorial
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPGICH – Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
RGInt – Região Geográfica Intermediária
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDINE – Serviço de Documentação e Informações Educacionais
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SPM – Secretaria de políticas para Mulheres

SRE-TO – Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TD – Territórios de desenvolvimento

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	SITUANDO AS PESQUISAS ACERCA DO VALE DO MUCURI	21
1.2	ORGANIZAÇÃO DA TESE	22
2	O VALE DO MUCURI E SEUS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	24
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO SURGIMENTO DO VALE DO MUCURI	25
2.2	POLÍTICAS DE CONTROLE DO TERRITÓRIO NO VALE DO MUCURI.....	28
<i>2.2.1</i>	<i>A Mesorregião do Vale do Mucuri</i>	<i>29</i>
2.2.1.1	Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Teófilo Otoni	32
2.2.1.2	Divisão político administrativa do Território do Mucuri.....	34
2.3	PROCESSOS MIGRATÓRIOS E TRABALHO	37
<i>2.3.1</i>	<i>Migração Interna no Brasil</i>	<i>41</i>
<i>2.3.2</i>	<i>Processos Migratórios no Vale do Mucuri</i>	<i>44</i>
3	PERCURSO METODOLÓGICO – AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS DEFININDO MEU PROCESSO NO CAMINHAR	47
3.1	O INÍCIO DO CAMINHAR – DELIMITANDO O TERRITÓRIO DE PESQUISA	48
<i>3.1.1</i>	<i>Catuji</i>	<i>49</i>
<i>3.1.2</i>	<i>Itaipé</i>	<i>50</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Setubinha</i>	<i>51</i>
3.2	INDO AO ENCONTRO DAS MULHERES – O TRABALHO DE CAMPO E O DESAFIO DA PANDEMIA DE COVID -19.....	52
4	“OS QUE VÃO E AS QUE FICAM” – TRAJETÓRIAS DE MULHERES CUJOS COMPANHEIROS OU FILHOS SAEM EM BUSCA DE TRABALHO	59
4.1	AS QUE FICAM: CONHECENDO AS MULHERES QUE PERMANECEM NO VALE DO MUCURI	59
4.2	OS QUE VÃO... A SAÍDA DOS HOMENS DE SEU ENTORNO FAMILIAR E O PROCESSO DE “DESSOCIALIZAÇÃO”	65
4.3	O QUE MUDA COM A SAÍDA DOS HOMENS DE CASA – A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	72
4.4	AS RELAÇÕES DE GÊNERO (E INTERSECCIONAIS) QUE SE ESTABELECEM NO DECORRER DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS: POBREZA FEMININA, “MÃES SOLO”, VIOLÊNCIAS, DISCRIMINAÇÃO, CARÊNCIA DE AFETO E SOLIDÃO DAS MULHERES	

QUE FICAM	81
<i>4.4.1 Pobreza feminina, carência e solidão das mulheres que ficam.....</i>	<i>81</i>
<i>4.4.2 A condição de “Mães Solo” – “ficam longe dos filhos, eles crescem e o pai nem participa do crescimento deles”</i>	<i>85</i>
<i>4.4.3 Violência e discriminação em relação às que ficam.....</i>	<i>87</i>
4.5 RELATOS E REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS FAMÍLIAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS	90
5 PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O VALE DO MUCURI.....	96
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES QUE PERMANECEM NO VALE DO MUCURI	96
<i>5.1.1 Trabalho, Emprego e Geração de Renda.....</i>	<i>98</i>
<i>5.1.2 Cultura, Lazer e Integração Social na localidade onde vivem.....</i>	<i>103</i>
<i>5.1.3 Acesso ao Sistema de Saúde Pública.....</i>	<i>106</i>
<i>5.1.4 Garantia de Saneamento Básico e Captação de Água</i>	<i>109</i>
<i>5.1.5 Segurança Alimentar e Nutricional</i>	<i>111</i>
<i>5.1.6 Programas de Assistência Social, Bolsa Família e Auxílio Emergencial.....</i>	<i>114</i>
<i>5.1.7 Política de Educação e Capacitação.....</i>	<i>118</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A – Levantamento realizado em bases de dados científicos	142
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – fio condutor para a modalidade “trajetórias de vida”	153

1 INTRODUÇÃO

Minas na divisa com a Bahia,
vixi Maria meu Vale do Mucuri.
Sou “mineirando” gente boa “baiano”
em junho ou janeiro
Eu tô chegando por aí.
(Tau Brasil, 2011).

Este trabalho é resultado de uma constante desconstrução e reconfiguração pessoal e teórico metodológica que teve início na época do mestrado, quando me aproximo de alguns Municípios do Vale do Mucuri (Minas Gerais) para desenvolver minha pesquisa, e se consolida com o ingresso no doutorado. As experiências vividas nesses períodos estão inteiramente ligadas ao meu percurso pessoal e profissional, o que propiciou repensar e ressignificar meu conhecimento, minhas crenças e o meu fazer profissional.

A perspectiva de uma Epistemologia Feminista de caráter interdisciplinar é o fio condutor que orienta o constructo teórico para a reflexão das relações de gênero nessa tese. Trata-se de uma escolha epistemológica que evidencia uma postura política de compreender as implicações de gênero no contexto de migração, no território do Vale do Mucuri – MG, para desafiar os discursos e crenças hegemônicas (HARDING, 1996) presentes nesse território.

Considero que trabalhar, estudar, ir para o campo e produzir o texto da tese num contexto de pandemia foi um dos maiores desafios que já enfrentei, pois não se tratava apenas de trabalhar, aprender e produzir, mas de estar passando por uma intensa ebulição epistemológica que moldava meu olhar; mil possibilidades de um mundo que se revelava sem os grilhões do cientificismo positivista, em um momento de grande fragilidade da vida que a pandemia impôs a todos nós.

Além de questionar o *status quo* do próprio fazer científico e até me posicionar enquanto agente político que interpela, inclusive o que aprende e apreende das trocas em uma aprendizagem significativa, percebo em mim o amadurecimento enquanto pesquisadora que compreende a necessidade de voltar o olhar para as diversas possibilidades de construção do conhecimento.

Realizo a pesquisa do meu lugar, enquanto sujeito corporificado, mulher cis, parda, heterossexual, mãe, esposa, pesquisadora e professora universitária, natural do Vale do Mucuri - MG, localizado no nordeste de Minas Gerais, neta e filha de migrantes (meus pais chegaram ainda criança na região), tenho ascendência negra e indígena do lado materno e ascendência negra e alemã do lado paterno.

Em minha trajetória acadêmica sempre precisei trabalhar para pagar meus estudos,

mas, se por um lado não podia me dedicar inteiramente às leituras como gostaria, o que acabava gerando angústia e sobrecarga, por outro lado revelava-se como oportunidade de ir exercitando em minha atuação profissional todo o aprendizado. As madrugadas tornaram-se, então, minhas aliadas para dar conta da carga de leitura e trabalhos.

Trabalhar, estudar, pagar pela própria educação e pelos custos dos deslocamentos com viagens para estudar é uma realidade de muitos estudantes que vivem no Vale do Mucuri e conseguem acessar um curso de graduação ou pós-graduação; essa também foi minha realidade até concluir o mestrado. O ingresso no Doutorado Interinstitucional (DINTER), oferecido pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em parceria com a Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, possibilitou, pelo seu formato, a oportunidade de conciliar mais uma vez os estudos com o trabalho, agora como docente e coordenadora de curso na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Portanto, meu olhar para o objeto de pesquisa é situado, localizado e parcial (HARAWAY, 1995).

Minha atuação profissional na área pública como consultora e ou servidora pública e a atuação na docência do ensino superior influenciaram minhas escolhas de pesquisas no mestrado, com centralidade no estudo do território do Mucuri. Com o ingresso no doutorado, tive então o primeiro contato com as teóricas dos estudos feministas, e, a partir de então, passei a pautar meus estudos e pesquisas nessa perspectiva. Nesse sentido, o que guia meus passos hoje e possibilita meu olhar para além da “caixinha” de minha formação inicial é o aprofundamento no estudo das epistemologias feministas, que possibilita a compreensão da existência de uma pluralidade de enfoques, a partir dos quais se torna possível estruturar outros modos de fazer pesquisa por meio da construção de novos significados na interpretação do mundo.

Compartilho do pensamento de Sandra Harding (1996) que, para construção de uma epistemologia feminista que fundamente um saber politizado é necessário, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Romper com o paradigma cartesiano, adotando uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento em todo o processo que envolveu a pesquisa e escrita da tese não foi para mim uma questão pacífica, apesar da identificação pessoal com a temática gênero e feminismo. Tudo inicialmente causava estranheza, desde a forma de construção textual utilizada nas ciências humanas, de me colocar no texto enquanto pesquisadora, até a postura adotada na pesquisa de campo. Isto porque essas se apresentavam de forma oposta à minha formação acadêmica inicial, que prezava pelo distanciamento e

imparcialidade do olhar para o objeto de pesquisa.

Graduada em Administração e mestre em Gestão Integrada do Território, o processo de desfazer das certezas que me ancoravam jogou-me, num primeiro momento, nas ondas de um mar revolto em que me afogava e resistia. Mergulhar, entender as correntes, os movimentos, as contradições e contribuições que os novos estudos proporcionavam, tudo isso possibilitou-me visualizar o horizonte que despontava. Sempre apoiada pelas generosas trocas no caminho em minha constante busca, aprendia, enfim, a navegar em outros mares.

No fluxo da elaboração deste trabalho de tese, adoto a concepção de investigação feminista de Marta Salgado (2008) que, ancorada na teoria feminista, possibilita caminhos teóricos para analisar as condições de opressão das mulheres, a partir da compreensão do conjunto de fatores que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres, baseada no gênero.

A pluralidade de enfoques, a partir dos quais se pode realizar a pesquisa feminista, nos permite metodologicamente considerar diferentes alternativas para conhecer e produzir conhecimento centrado nas mulheres (SALGADO, 2008), com saberes situados (social e historicamente) e, portanto, parciais (HARAWAY, 1995), questionando a concepção de conhecimento objetivo e universal (HARDING, 1987). Permite ainda entender, a partir do conceito de interseccionalidade, o conjunto de opressões (gênero, classe, raça) nos processos que subordinam determinados grupos sociais (CRENSHAW, 2020), compreendendo o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) para construção de um outro modelo de sociedade.

A atuação na área pública sempre me impulsionou na busca por conhecimento, em função da necessidade de adquirir um arcabouço teórico que sustentasse minha prática profissional. O ingresso no Mestrado Interdisciplinar em Gestão do Território na UNIVALE, foi motivado pela necessidade de compreender os desafios enfrentados pelos gestores públicos municipais, na procura de soluções para os problemas complexos que permeiam os pequenos municípios e como aprimoramento de minha atuação como docente no ensino superior. Essa foi a oportunidade propícia para desenvolver uma postura interdisciplinar que foi se moldando no decorrer dos estudos e debates em sala com os professores e colegas de diferentes áreas do conhecimento, ampliando o entendimento de que num processo interdisciplinar é preciso olhar o fenômeno sob múltiplos enfoques, contextualizá-lo e apreender seu movimento numa ação consciente (FAZENDA, 2002; BICUDO, 2008; GENOVEZ, 2018).

O aprendizado de pesquisa interdisciplinar pautou meu projeto inicial apresentado na seleção do programa de doutorado, no qual eu concorria na linha de pesquisa de Condição Humana na Modernidade. A proposta era estudar as consequências do fenômeno da migração para as famílias de migrantes do Vale do Mucuri e as implicações no desenvolvimento do

território. Apesar de não ser estudiosa da temática migração, esse era um fenômeno que eu identificava como realidade de muitos municípios em que eu atuava profissionalmente. Durante o curso de doutorado ocorreu a troca de orientação, conseqüentemente, da linha de pesquisa que antes era “Condição Humana na Modernidade” para “Estudos de Gênero e Sexualidades”. O objeto de pesquisa passa a ser, então, as implicações das relações de gênero em contexto de migração, no cotidiano das mulheres que ficam. As mulheres que ficam, passam a ser as “sujeitas”¹ da pesquisa.

O interesse em debater esse tema deriva de uma situação que presenciei realizando uma atividade profissional no município de Itaipé, em meados de 2006. Na praça da matriz, uma leva de migrantes homens, em sua maioria jovens, lotava vários ônibus que os levariam para o trabalho de colheita de cana-de-açúcar em outro estado. Eram muitos. A cena me impressionou, principalmente no momento de despedida dos familiares (mulheres, mães e filhos), um misto de tristeza e esperança, de animação pela oportunidade de trabalho e resignação pela partida. E o semblante de desalento de várias daquelas mulheres ficou marcado na minha memória.

Conhecer a trajetória das mulheres que têm sua vida impactada pela ausência dos maridos, companheiros² e/ou filhos, evidenciando a invisibilidade de quem fica, passa por entender os fatores que geram e mantêm constantes as migrações no território e principalmente compreender qual a implicação na vida dessas mulheres. Nesse sentido, o presente trabalho procura responder as seguintes questões: Quais as implicações nas relações de gênero, no cotidiano das mulheres que ficam, nos processos migratórios de municípios do Vale do Mucuri? Que tipo de políticas públicas vem ao encontro das demandas e necessidades dessas mulheres?

O objetivo geral é analisar a trajetória de mulheres moradoras de municípios do Vale do Mucuri, no contexto de migração de seus companheiros ou filhos. Os objetivos específicos são: discutir as dinâmicas migratórias no Vale do Mucuri no contexto de seu processo de formação; conhecer a trajetória de vida das mulheres que permanecem em comunidades do Vale do Mucuri, cujos companheiros e/ou filhos migraram em busca de trabalho; identificar as políticas públicas acessadas pelas mulheres cujos maridos, companheiros e/ou filhos migram.

São várias as questões que se colocam para o delineamento do problema de pesquisa

¹ Utilizo o termo “sujeitas” da pesquisa não como conceito, mas como forma de visibilizar as mulheres em relação ao termo sujeito utilizado para identificar seu homônimo masculino

² Utilizo o termo companheiro para designar tanto “marido” quanto todo e qualquer vínculo conjugal (amasiado, juntado, união estável, casado nos padres (Termos citados pelas mulheres entrevistadas) etc.) que difere do estado civil definido pela legislação. Estado civil é o termo jurídico que faz referência à situação de um cidadão em relação ao matrimônio. A legislação brasileira identifica cinco tipos diferentes de estado civil: solteiro, casado, separado, divorciado e viúvo.

e me impulsionam na busca de respostas, dentre elas: O que muda no cotidiano das mulheres com a ausência dos companheiros, filhos, pais? Como se organizam para sobreviver? Qual a principal mudança percebida na estrutura familiar? Recebem algum tipo de apoio ou são beneficiárias de alguma política pública? Participam de algum tipo de movimento social ou organização popular? Possuem vinculação com alguma instituição religiosa? Participam de algum grupo de mulheres? Qual a principal mudança no cotidiano com o retorno dos companheiros e/ou filhos?

Entendo que, enquanto mulheres que vivem no Vale do Mucuri, somos muitas, somos diferentes, cada qual com múltiplas experiências a compartilhar. Visibilizar as questões que perpassam esse território e o cotidiano que reflete nas relações de gênero, acaba revelando também minha própria trajetória.

Adoto para a tese o conceito polissêmico de Território compreendido numa perspectiva relacional, como manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, (RAFESTIN, 1993), apropriado e construído socialmente como resultado e condição do processo de territorialização (SAQUET, 2010); marcado por relações simbólicas, estruturais e de poder (HAESBAERT, 2006) e constituído por redes geográficas formadas por um conjunto de pontos fixos interligados por meio dos fluxos (SANTOS, 1996).

1.1 SITUANDO AS PESQUISAS ACERCA DO VALE DO MUCURI

O Vale do Mucuri situa-se no nordeste de Minas Gerais; é formado por 23 municípios e possui uma área de 20.095,17 Km², com população total, em 2010, de 385.805 habitantes (IBGE, 2010). Considerada uma região pouco conhecida, o nordeste mineiro tem semelhanças culturais com o nordeste brasileiro, pelo fato de ser uma transfronteira, em seus aspectos religiosos, econômicos, políticos e ambiental, tendo como base da economia o sistema agrário de monocultura e a pecuária extensiva. A região do Vale do Mucuri teve uma ocupação tardia, tornando-se atrativa, por possibilitar uma ligação por terra mais curta com o litoral. Além disso, sua formação foi marcada por levas de migrantes; retirantes nordestinos, lavradores do Vale do Jequitinhonha e do norte de Minas e imigrantes: portugueses, chineses, belgas, holandeses, alemães (prussianos, suíços) e africanos (escravos), em busca de melhores condições de vida (SANTOS, 2018).

Mesmo a migração sendo uma realidade no cotidiano de muitas famílias no Vale do Mucuri, a trajetória das mulheres, que ficam no local de destino enquanto os companheiros e/ou filhos migram, é pouco discutida na vasta produção científica sobre a temática das relações de

gênero e migração.

Para conhecer os estudos sobre o assunto, realizei levantamento nas bases de dados *Scielo*, *Google Acadêmico*, *Scopus*, Portal de periódico Capes e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, constantes no anexo I deste trabalho.

Ciente que a temática da migração transpassa os limites nacionais, sendo em grande medida uma demanda internacional, no presente trabalho a migração é analisada numa perspectiva interna do Brasil, focando na migração sazonal do Vale do Mucuri, que no decorrer dos estudos apresenta situações em que o processo migratório se inicia como temporário e evolui para permanente.

Portanto, esta pesquisa se justifica na busca por contribuir para um melhor entendimento do fenômeno no debate sobre as relações de gênero no contexto de migração.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Com relação à organização geral, a tese está estruturada em cinco partes: a introdução, quatro capítulos e as considerações finais, sendo que os objetivos específicos foram os principais fios condutores das reflexões e análises.

A introdução apresenta minha trajetória profissional e acadêmica e contextualiza a temática que baliza o estudo, manifestando a adoção da concepção de investigação feminista como alternativa metodológica para a realização da pesquisa.

No primeiro capítulo, retrato o Vale do Mucuri e seus processos migratórios partindo da compreensão do seu contexto histórico, político e socioeconômico e as políticas de controle presentes no território. Apresento a mesorregião, desde sua formação constituída por processos migratórios, em seus aspectos geográficos e culturais, como também suas transformações sociais, econômicas, demográficas e ambientais que influenciam e ocasionam os fluxos migratórios.

O segundo capítulo descreve o percurso metodológico com as epistemologias feministas definindo meu caminhar. Relato o processo de delimitação e caracterização do território de pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados, os desafios para o encontro com as mulheres, detalhando o trabalho de campo no contexto da pandemia de Coronavírus (Covid-19).

A trajetória das mulheres que permanecem no local de origem enquanto os companheiros e/ou filhos migram é apresentada no terceiro capítulo. Partindo da caracterização das entrevistadas, exponho a reprodução do cotidiano das mulheres por meio de seus relatos,

demonstrando o que muda com a saída dos homens, trazendo a discussão da divisão sexual do trabalho e as relações de gênero que se estabelecem no decorrer dos processos migratórios.

No quarto capítulo problematizo as principais políticas públicas que deveriam vir ao encontro das mulheres entrevistadas, tendo em vista suas demandas e necessidades explicitadas durante as entrevistas e do que pude observar ao longo da minha pesquisa de campo. Destaco a relevância da discussão sobre políticas com equidade de gênero, como premissa para emancipação das mulheres moradoras do Vale do Mucuri.

Por fim, nas considerações finais, sintetizo resultados da pesquisa e elenco algumas questões e propostas para que possam ser melhor compreendidas, visibilizadas e debatidas a partir das complexidades e especificidades que permeiam a realidade dos entes subnacionais, ou seja as realidades locais.

2 O VALE DO MUCURI E SEUS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

A história e ocupação do Vale do Mucuri estão ligadas ao rio que lhe dá nome, o Rio Mucuri, e se confunde com a do atual município de Teófilo Otoni, principal cidade da região. Os municípios que formam o Vale do Mucuri são antigos distritos que se desmembraram do grande território do antigo município de Teófilo Otoni (APOLINÁRIO, 2010).

Figura 1 – Divisão do Município de Teófilo Otoni

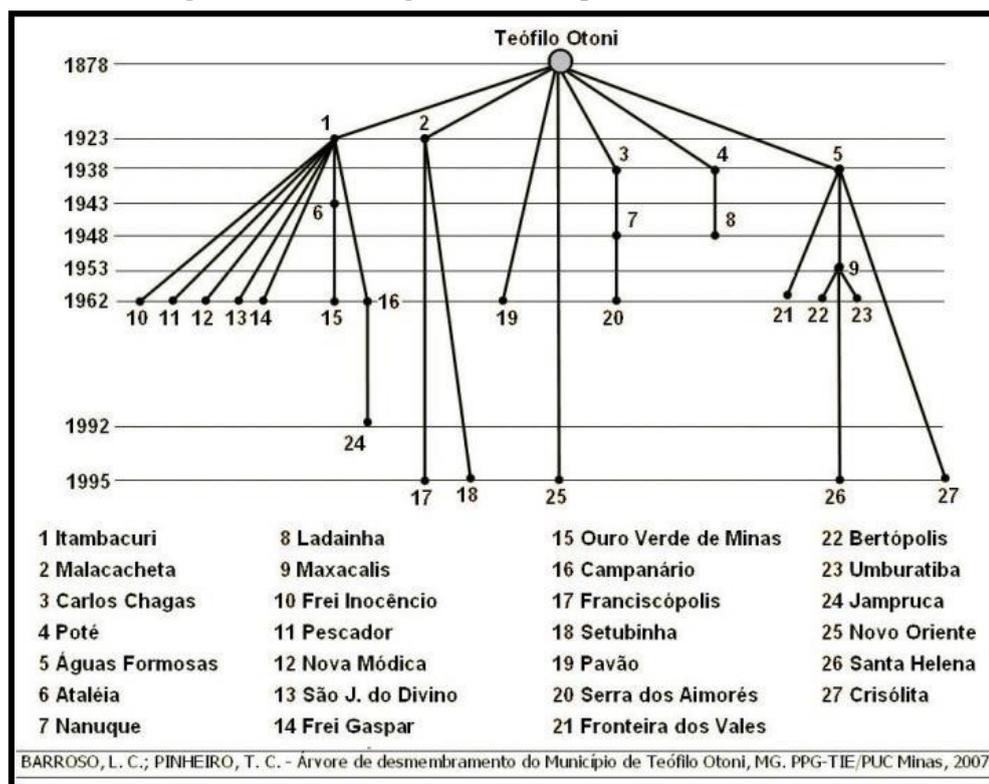


Fonte: PUC Minas³

Fundada em 1878, a cidade de Teófilo Otoni ocupava toda a região do Vale do Mucuri e parte do Rio Doce. A partir de 1923, teve início o processo de desmembramento de seu território, que se intensificou nas décadas seguintes até o ano de 1995. O processo originou a criação de 27 novos municípios na região.

³ <http://municipiosteofilo.blogspot.com/2007/10/mapa-dos-municipios-criados-partir-de.html>

Figura 2 – Genealogia do Município de Teófilo Otoni



Fonte: Apolinário (2010)

Em comparação com outras regiões do Estado, o Vale do Mucuri apresenta pouco dinamismo em seu desenvolvimento socioeconômico, resultante dos fenômenos históricos que levaram à concentração das atividades produtivas na região central do estado, restringindo o dinamismo e a competitividade das regiões menos desenvolvidas como o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, agravando as disparidades regionais (PMDI, 2011-2030; PMDI, 2016-2027).

Segundo a Fundação João Pinheiro - FJP (2018), os movimentos migratórios foram determinantes para a configuração demográfica do Território do Mucuri, com o baixo dinamismo socioeconômico contribuindo para o processo de migração em busca de melhores condições de vida, acentuando a queda da taxa de crescimento populacional da região.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DO SURGIMENTO DO VALE DO MUCURI

Desde o final do século XVIII, sucederam aventuras frustradas de colonização do Território do Mucuri. Uma das últimas fronteiras agrícolas do Sudeste mineiro, a bacia do Mucuri originalmente era formada por matas e diversas comunidades indígenas de diferentes etnias: os Macuni, Malai, Machacali, Naknenuk, Aranau, Bakue, Bituruna, Jiporok e outras

etnias (GEPAF, 2010).

A ocupação da Bacia do Mucuri, segundo Ribeiro (2004), Carvalho (2006), Apolinário (2010) e Costa (2018), se deu de maneira tardia, em função das características físicas do território, com a vasta região completamente coberta pela vegetação original, Mata Atlântica, até meados do século XIX, e das nações indígenas que nela habitavam. A violência genocida contra os ali residentes deixou muito pouco visível a influência dos diversos grupos indígenas originários (MARTINS, 2010). Para Santos e Barroso (2017), o Vale do Mucuri despertou, desde cedo, o interesse dos portugueses; foram organizadas várias expedições em busca de esmeralda, ouro e prata. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, o Vale do Mucuri esteve longe das práticas de exploração aurífera, pois o governo português queria manter as matas da região “selvagem” e “desabitada”, evitando que ela servisse de caminho para o contrabando do ouro extraído na região central da Província. (PARAISO, 1992).

Mas esse cenário modifica-se no século XIX com a crise da mineração. No final dos anos mil e setecentos, a economia em Minas Gerais se voltaria para outras formas produtivas, o que exigira ampliação de espaço para a agricultura. Com o interesse do império de ocupar os vazios populacionais do território brasileiro o presidente da província, Antônio da Costa Pinto, contratou o engenheiro francês, Pierre Victor Renault Costa Pinto com a incumbência de explorar as matas do rio Mucuri e o do rio Todos os Santos. A finalidade era estabelecer uma colônia de degredados, o que estimularia o povoamento, pois ofereceria maior segurança contra os ataques indígenas (SANTOS; BARROSO, 2017).

Com a alteração da lógica econômica, os objetivos da política de terras de Minas Gerais passaram a ser dois: promover o povoamento do solo e favorecer o aumento da produção, por meio da colonização sistemática, com o emprego de trabalhadores estrangeiros ou nacionais (CUNHA, 2002 *apud* SANTOS; BARROSO, 2017). Para Martins (2015) a ocupação do Mucuri tem estreito vínculo com variáveis ambientais, destacando-se a abundância de água, madeiras de lei e terras devolutas:

Amplo espaço ocupado originalmente por matas e diversas tribos indígenas, o Vale do Mucuri foi conquistado por colonos ao longo dos séculos XIX e XX. Três frentes de povoamento garantiram a ocupação da região. A partir das décadas iniciais do século XIX, o sudoeste do vale recebeu fazendeiros, camponeses, garimpeiros e raizeiros que, por assim dizer, “transbordaram” da região de entorno de Minas Novas. Em meados do Oitocentos, as áreas próximas à calha dos rios Todos os Santos e Mucuri foram ocupadas por colonos e fazendeiros atraídos pela Companhia do Mucuri e, a partir dos anos 1890, migrantes do Jequitinhonha, Norte de Minas e Bahia, fugindo das secas e da concentração de terras nas mãos de grandes pecuaristas, adentraram as porções norte e leste do Mucuri, especialmente o Vale do Pampã (MARTINS, 2015, p. 415).

Dirigida por Teophilo Otoni e apoiada por fazendeiros do termo de Minas Novas, a atuação da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri⁴ mudou a paisagem da região, já que foi elemento de grande propulsão para o aumento populacional. Otoni conseguiu empreender a construção das estradas, a criação de fazendas e mesmo a fundação da freguesia de Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni (DUARTE, 2002).

A implantação dessa Companhia insere-se num contexto de favorecimento dos projetos que visassem à colonização permanente da região, que até o final do século XVIII e início do XIX se dava de maneira incipiente. Para Ribeiro (2013), a viabilização do projeto de Teophilo passava pela navegação do Rio Mucuri, ou seja, o rio era crucial para o sucesso ou fracasso da iniciativa. Ele acreditava ser possível navegar da foz do rio até o encontro com o Rio Todos os Santos, proximidades de Carlos Chagas. Sob esta expectativa, assinou contrato com o governo imperial, ficando estabelecidas permissões como a abertura e exploração exclusiva de estradas, isenção de impostos, direito exclusivo de navegação etc.

Com o contrato firmado, a Companhia começou as atividades em 1851, mas com seu complicado destino já traçado, haja vista que o Rio Mucuri era muito raso e não permitia a navegação. Além desse fator, o comércio regional não movimentava transações de maneira a suprir as expectativas levantadas. Tais dificuldades, somadas às tentativas frustradas de buscar retorno financeiro na imigração alemã, levaram a Companhia a perder os privilégios previstos junto ao governo, o que acabou por decretar a sua extinção (RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2017).

A criação da Estrada de Ferro Bahia Minas (EFBM) foi outro elemento marcante e definidor para formação e consolidação do território do Vale do Mucuri. Também foi idealizada por Teophilo Benedito Ottoni, que via na ligação ferroviária entre Serro, sua terra Natal, e o sul da Bahia, uma nova oportunidade para viabilizar a vazão da produção regional. Contudo, a sua construção chegou até o interior do nordeste de Minas (GIFFONI, 2006). Sob forte apoio do governo, a implantação desta se deu de 1880 a 1942.

Apesar dos endividamentos e recorrentes trocas de administração, o fim da EFBM, só acontece em 1966, por conta da mudança na política de transporte nacional, que transferiu todos os esforços para o transporte rodoviário. Giffoni (2006) assim evidencia o papel que a ferrovia teve para o desenvolvimento regional:

Entre os anos finais do século XIX e a década de 1920, a duras penas, a EFBM conseguiu estabelecer a comunicação entre Bahia e Minas, cidades surgiram do

⁴ A Companhia de Comércio e Navegação do Vale do Mucuri foi uma sociedade anônima criada pelos irmãos Honório e Teophilo Otoni em 1847. O empreendimento acentuou a colonização da região Nordeste e Leste de Minas Gerais, na época.

movimento dos acampamentos de trabalhadores, construindo uma rede urbana até então impensável no nordeste mineiro ainda no final do século XIX. Espaço repleto de matas, doenças e índios resistentes. Gerou emprego e renda transportando a produção agrícola basicamente de produtos de mercado interno, com exceção do café e da exploração da madeira que abundava por aquelas bandas. Mercado interno que mostra sua força no número significativo de casas comerciais registradas na primeira década do século XX (GIFFONI, 2006, p. 119).

Mesmo com esses empreendimentos ousados na gênese do Vale do Mucuri (Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri e EFBM), seu desenvolvimento econômico não se consolidou com passar dos anos. De acordo com o Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar - GEPAF (2010), a economia da região não demonstrou impulso para um viés industrial; pelo contrário, teve forte ligação com atividades primárias.

Nas primeiras décadas do século XX, a economia da região estava focada em duas atividades principais: agropecuária e extração e comércio de pedras preciosas. Após esse boom de desenvolvimento a região passou por um grande período de estagnação sócio-econômica, o que fez com que ela hoje viesse a ocupar a posição de uma das mais pobres regiões do território mineiro com indicadores como PIB, IDH e renda per capita bem abaixo das médias, tanto estadual quanto federal (APOLINÁRIO, 2010, p. 19).

Para Santos (2018), os elementos que vão marcar de forma definitiva a vida econômica, política, social e cultural do Mucuri são a violência e a forma predatória da colonização iniciada no século XIX, entrelaçadas às relações de poder e a preservação do trabalho fundado no agrego⁵.

2.2 POLÍTICAS DE CONTROLE DO TERRITÓRIO NO VALE DO MUCURI

Minas Gerais é um estado composto por regiões⁶ que apresentam características muito diversas entre si. Nesse contexto, a mesorregião do Mucuri se destaca negativamente dentre as que apresentam os piores indicadores socioeconômicos do Estado.

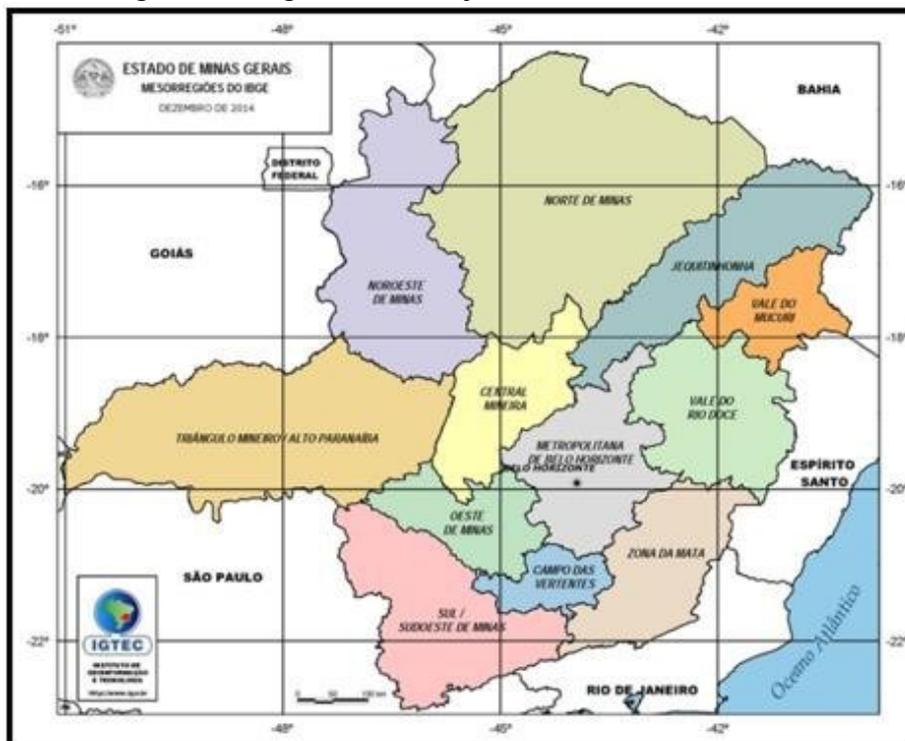
Ao instituir a divisão regional do Brasil em mesorregião e microrregião, na década de 90, o IBGE divide o Estado de Minas Gerais em 66 microrregiões e 12 mesorregiões, sendo elas: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e

⁵ O regime agrário, denominado agregação, pode ser entendido como a cessão da terra por parte do fazendeiro ao indivíduo ou família que tinha direito à extração das matas e ao uso da terra. Em troca, trabalhava temporadas para a fazenda. Santos (2021).

⁶ Os processos de regionalização associam-se a recortar, classificar e nomear certas áreas. Sempre que há regionalizações, dá-se prioridade para determinados propósitos, em detrimento de outros. Haesbaert (2010). A aceção da categoria região e derivativos (macrorregiões, mesorregiões, microrregiões) é de cunho normativo, construída pelo Estado, nos níveis federal e estadual como instrumento de planejamento.

Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata (IBGE, 1990).

Figura 3 – Regiões de Planejamento de Minas Gerais



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais⁷.

Desde o início da divisão regional do Brasil, em 1941, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Vale do Mucuri já era contemplado como uma das dezessete zonas fisiográficas que compunham o estado de Minas Gerais. Em 1968, na criação de quarenta e seis Microrregiões homogêneas no estado de Minas Gerais, em substituição às antigas zonas fisiográficas, o Vale do Mucuri foi contemplado com duas Microrregiões: a de Nanuque e a de Teófilo Otoni. Na década de 1990, o IBGE adota a “Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas” em substituição à divisão em microrregiões homogêneas. A mesorregião do Vale do Mucuri passa a ter em sua configuração 23 (vinte e três) municípios agrupados em duas microrregiões: a de Nanuque e a de Teófilo Otoni.

2.2.1 A Mesorregião do Vale do Mucuri

A Mesorregião do Vale do Mucuri está geograficamente localizada no nordeste do estado de Minas Gerais, extremo sul do estado da Bahia e extremo Norte do Espírito Santo,

⁷ Nota: Disponível no site <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>>

integrando as bacias hidrográficas dos rios Doce, São Mateus, Itanhém, Jequitinhonha, Peruípe, Itaúnas e Mucuri, sendo essa última a bacia de maior importância, pois abrange aproximadamente 60% dos municípios. Como mencionado anteriormente, a mesorregião é composta por 23 (vinte e três) municípios que juntos cobrem uma área de 20.080,66 km² e se divide em duas microrregiões: a microrregião de Nanuque e a microrregião de Teófilo Otoni (APOLINÁRIO, 2010).

Em 2010, a população da mesorregião do Mucuri era de 387.423 pessoas o que representava 1,98% da população total do Estado. Na pesquisa Nacional por amostra de domicílios – PNAD (2019), a estimativa de população da mesorregião, em 2019, foi de 393.985 pessoas; no PNAD 2021, essa estimativa aumentou para 394.281 pessoas. Conhecida pela baixa densidade demográfica, a mesorregião é formada por pequenos municípios e apresenta as menores taxas de crescimento populacional dentre as mesorregiões mineiras.

Figura 4 – População das mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: Ministério da Educação – MEC – Estimativa populacional 2019⁸.

Em 2010, do total de 23 municípios, apenas dois possuíam população acima de 20 mil habitantes, Nanuque (41.619) e Teófilo Otoni (129.424), sendo que 14 municípios possuíam população menor que 10 mil habitantes, o que corresponde a 61% do total. O processo

⁸ Disponível em: http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivo_mapa/minas_gerais/mg_relatorio_final.pdf. Acessado em 20/09/2021.

migratório contribui com o esvaziamento da mesorregião apresenta as menores taxas de crescimento populacional do Estado com projeção de perda populacional absoluta, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Crescimento da População, por município do Vale do Mucuri, nos anos de 2000 e 2010 e estimativa 2021

Município	População Total		% Taxa de Crescimento 2000 - 2010	População Estimada [2021]
	2000	2010		
Águas Formosas	17.845	18.479	0,35%	19.285
Ataléia	16.747	14.455	-1,46%	12.496
Bertópolis	4.436	4.498	0,14%	4.609
Carlos Chagas	21.994	20.069	-0,91%	18.516
Catuji	7.332	6.708	-0,89%	6.206
Crisólita	5.298	6.047	1,33%	6.814
Franciscópolis	6.426	5.800	-1,02%	5.287
Frei Gaspar	5.975	5.879	-0,16%	5.858
Fronteira dos Vales	4.902	4.687	-0,45%	4.542
Itaipé	10.751	11.798	0,93%	12.910
Ladainha	15.832	16.994	0,71%	18.272
Malacacheta	19.250	18.776	-0,25%	18.556
Machacalis	6.917	6.976	0,08%	7.112
Nanuque	41.619	40.834	-0,19%	40.583
Novo Oriente de Minas	9.974	10.339	0,36%	10.800
Ouro Verde de Minas	6.223	6.016	-0,34%	5.895
Pavão	8.912	8.589	-0,37%	8.390
Poté	14.780	15.667	0,58%	16.675
Santa Helena de Minas	5.753	6.055	0,51%	6.406
Serra dos Aimorés	8.182	8.412	0,28%	8.725
Setubinha	9.291	10.885	1,60%	12.493
Teófilo Otoni	129.424	134.745	0,40%	141.269
Umburatiba	2.872	2m.705	-0,60%	2.582
Total	382.735	387.423	1,2	394.281

Fontes: Adaptado Sá (2014) com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) e dados sistematizados pesquisadora IBGE (2021).

Em relação aos indicadores socioeconômicos, a mesorregião do Mucuri apresenta os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita inferiores à média nacional e estadual.

Tabela 2 - Comparação Indicadores da mesorregião do Mucuri

Município	IDHM		Renda <i>per capita</i>		PIB <i>per capita</i>
	2000	2010	2000	2010	2010
Brasil	0,612	0,727	592,46	793,87	19 766,33
Minas Gerais	0,624	0,731	548,87	749,69	17 931,89
Média da Mesorregião do Vale do Mucuri	0,460	0,606	210,99	328,30	6 396,61

Fonte: Sá (2014) com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais de um país, estado, cidade ou região, sendo um dos indicadores mais utilizados para quantificar a atividade econômica e avaliar o grau de desenvolvimento econômico e a riqueza gerada em uma determinada região.

Figura 5 – PIB 2017 mesorregiões Vale do Mucuri



Fonte: Ministério da Educação – MEC – Estimativa populacional 2019⁹.

A figura acima ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais, apresentando os Vales do Mucuri e Jequitinhonha com os menores PIB per capita do Estado.

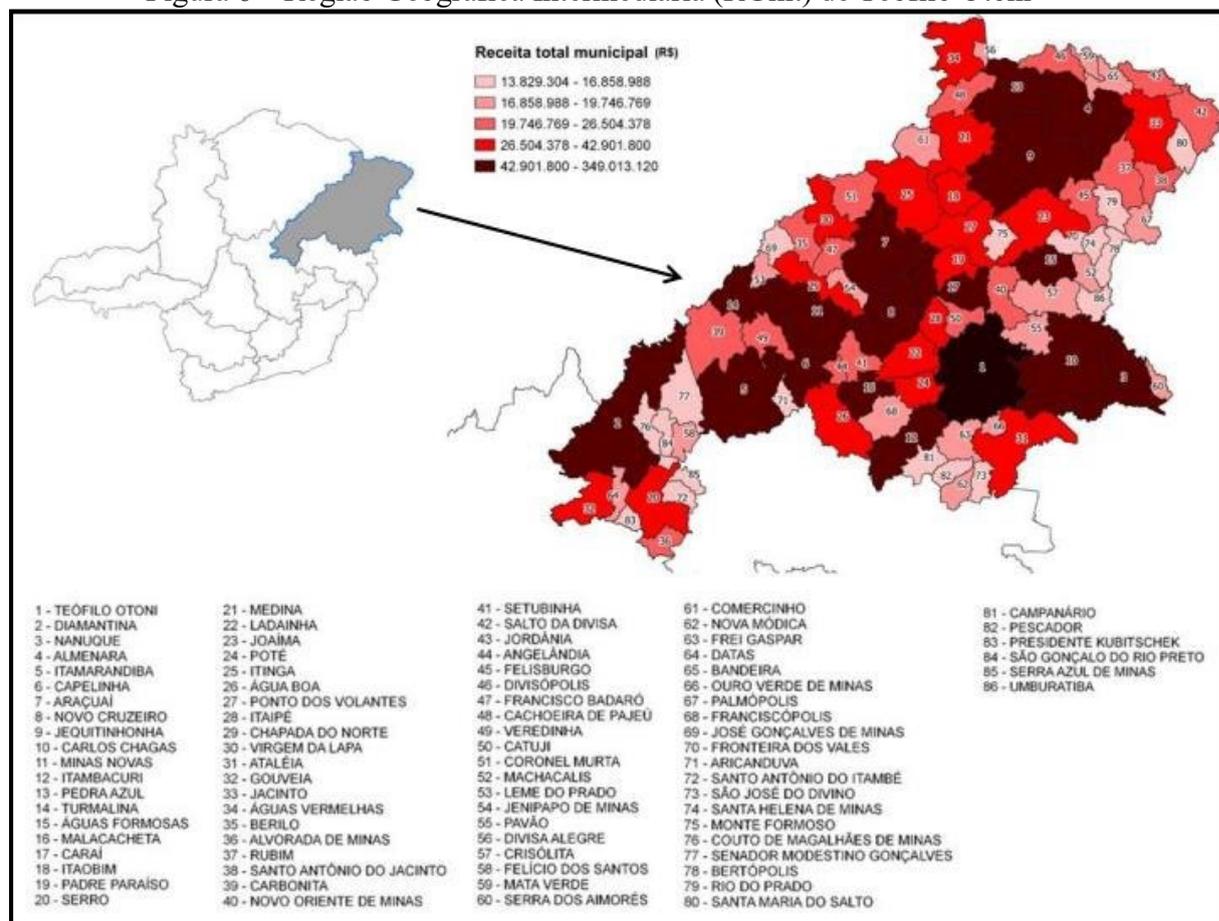
2.2.1.1 Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Teófilo Otoni

Diante da necessidade de atualização dos recortes regionais como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo da última década do Século XX à primeira do Século XXI, em 2017, o IBGE faz a revisão da regionalização e apresenta duas escalas: as regiões geográficas Imediatas e Regiões Geográficas

⁹ Disponível em: http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos_mapa/minas_gerais/mg_relatorio_final.pdf. Acessado em 20/09/2021

Intermediárias¹⁰, antes conhecidas como mesorregião e microrregião, respectivamente. Na atual configuração, Minas Gerais passa a ter 70 regiões geográficas imediatas e 13 regiões geográficas intermediárias (IBGE,2017). Os municípios da mesorregião do Mucuri passam a integrar a Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Teófilo Otoni.

Figura 6 – Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Teófilo Otoni



Fonte: Informativo Fundação João Pinheiro – FJP 2020¹¹

A Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Teófilo Otoni, onde vivem 1,22 milhão de pessoas, é composta por 86 municípios, que correspondem a 10,1% dos municípios de Minas Gerais e 5,8% de sua população total. Conjuntamente, ocupam a área territorial de 77.921,27 km², equivalente a 13,28 % da área total de 586.783,23 de km² do estado de Minas Gerais,

¹⁰ Região Geográfica Intermediária corresponde ao agrupamento de regiões imediatas, com o objetivo de articular o território por meio da influência de uma metrópole, capital regional ou centro urbano representativo em determinado conjunto. Para compreender esse conceito, faz-se necessário entender que as regiões imediatas são agrupamentos de municípios que têm como referência a rede urbana e possuem um centro urbano local como base, mediante a análise do IBGE. Ambas correspondem a uma nova construção da divisão regional do Brasil que parte das cidades para organizar o território e a maneira como se relacionam os serviços, o consumo e os variados recursos (FJP, 2021).

¹¹ Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/29.4_Inf_NFP_03_2020.pdf. Acessado em 20/09/2021.

conforme dados da Fundação João Pinheiro (2021).

Considerando-se o IMRS¹², na RGInt de Teófilo Otoni estão localizados 18,3% dos municípios carentes do estado e 21,6% da população do estado que vive em municípios carentes. Quando se considera o índice em sua dimensão vulnerabilidade, a RGInt de Teófilo Otoni congrega 25,7% dos municípios carentes do estado e 30,4% da população do estado que vive em municípios carentes. Dentre as 13 RGInts de Minas Gerais, a de Teófilo Otoni (que engloba os municípios do Vale do Mucuri) apresenta, segundo o IMRS, o 3º maior grau de carência municipal e o 2º maior grau de carência populacional e, por outro lado, os menores graus de afluência municipal e populacional. (FJP, 2021).

2.2.1.2 Divisão político administrativa do Território do Mucuri

A divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece dez Regiões de Planejamento: Alto Paranaíba, Central, Centro-oeste de Minas, Jequitinhonha/Vale do Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo.

Para enfrentar o aumento das desigualdades regionais e com o objetivo de reduzir as disparidades promovendo o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado, o governo mineiro propôs a implantação do Programa Mineiro de Desenvolvimento Territorial (PMDT) no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)¹³, no período 2016-2017. A estratégia adotada visava criar Planos de Desenvolvimento Territorial Integrado para todo o estado, que foi dividido em 17 Territórios de Desenvolvimento. Estes territórios consistiam em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

¹² O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) foi criado pela Lei Estadual nº 15.011, de 2004, que definiu sua apuração e cálculo pela Fundação João Pinheiro (FJP) para todos os municípios do estado, com periodicidade bienal. O cálculo dos índices das dimensões é feito com indicadores do ano de referência, do ano anterior e do ano seguinte. O IMRS é gerado, na versão de 2018, a partir de 42 indicadores construídos com base em registros administrativos e agrupados em seis dimensões: educação, saúde, saneamento e meio ambiente, cultura e esporte, vulnerabilidade e segurança pública. O índice varia de zero a um e, quanto maior, melhor a situação do município (FJP, 2021).

¹³ O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) é um instrumento de planejamento peculiar ao Estado de Minas Gerais para promoção, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico integrado e tecnológico do Estado e o incremento das atividades produtivas, assim como para a superação das desigualdades sociais e regionais (MINAS GERAIS, 2016).

Sob essa nova perspectiva, o território deixa de ser considerado como mera plataforma na qual estão dispostas atividades produtivas e passa a ser compreendido como local do exercício cotidiano da cidadania e, mais do que isso, como espaço social e culturalmente estruturado, no qual a relação entre as intervenções e alocações públicas, de um lado, e resultados sociais, econômicos e ambientais, de outro, são mediados decisivamente pela interação com o contexto local (MINAS GERAIS, 2016, s/p).

A participação da população no processo de diagnóstico, elaboração e planejamento de políticas públicas era garantida por meio da instalação dos Fóruns Regionais de governo, instituído nos 17 Territórios de Desenvolvimento, reunindo diferentes grupos da sociedade civil, representantes dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), e entidades empresariais.

Na configuração estadual, o Território de Desenvolvimento do Mucuri é composto por 29 municípios, distribuídos em 3 micro territórios: Nanuque, Águas Formosas e Teófilo Otoni e conta com a população total de 431.541 habitantes, que corresponde a 2,2% da população mineira. A extensão territorial é de 23.162 Km², correspondendo a 3,9% do total de Minas Gerais. Além dos 23 municípios elencados pelo IBGE, na definição da mesorregião foram acrescentados outros seis: Campanário, Itambacuri, Nova Módica, Pescador e São José do Divino na composição mineira do Território do Mucuri.

No diagnóstico apresentado no PMDI (período 2026-2027), no Território do Mucuri a população rural corresponde a aproximadamente 32,5% da população total, sendo que esta proporção é a quarta maior em comparação com os demais Territórios. A proporção de pobres do Território Mucuri é de 53,91% e a de pessoas consideradas “extremamente pobres” é 25,82%. Já a Renda per capita observada no Território do Mucuri é de R\$ 432,95, correspondendo ao quarto pior do Estado, atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha e Norte, considerando dados de 2010. A média do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida no território do Mucuri é de 0,611, sendo o segundo pior do Estado atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha (MINAS GERAIS, 2016).

No que se refere à infraestrutura e logística, o território atende 73% da população com abastecimento de água, 63% de domicílios com esgotamento sanitário e 69% da população com serviços de coleta de lixo. No que concerne à população em domicílios com acesso à energia elétrica, aproximadamente 98,6% da população é atendida. No território há 2 aeródromos, nos municípios de Teófilo Otoni e Nanuque e as principais rodovias que atendem a este Território são: BR 116, BR 418 (rodovias federais) e MG 342, MG 418 e MG 311 (rodovias estaduais).

A análise das diferentes divisões político administrativas do Vale do Mucuri, adotadas pelos órgãos oficiais para promover o seu desenvolvimento, apresenta sempre um cenário de grande desnível regional. Os indicadores econômicos e sociais refletem o pouco dinamismo da região, ocasionado pela concentração do PIB em territórios mais desenvolvidos e com os projetos de investimentos produtivos direcionados a Minas Gerais, entre 2004 e 2014 fortemente concentrados em termos espaciais; apenas quatro Territórios de Desenvolvimento responderam por 70% das intenções de investimentos (MINAS GERAIS, 2016).

Além das questões socioeconômicas, os aspectos culturais (cultura fortemente marcada pelo coronelismo) e geográficos (posição geográfica periférica tanto em relação à capital do Estado quanto a outros centros de desenvolvimento) também contribuem para a conformação do território do Mucuri, que tem desde sua formação uma característica marcante de processos migratórios. Nesse sentido, a estagnação econômica acaba sendo um fator de expulsão que contribui com a migração da população em busca de melhores condições de vida. A partir dessa contextualização local, passamos a discutir a migração, mais especificamente a migração interna no Brasil e suas relações com o trabalho.

2.3 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E TRABALHO

Os deslocamentos migratórios sempre fizeram parte da natureza humana; esse processo ocorre desde o início da história da humanidade. O ir e vir é considerado um direito legítimo das pessoas e uma expressão de suas liberdades individuais, apesar de existirem diversos fatores que podem desencadear os fluxos migratórios. Sendo representada como o deslocamento de pessoas entre uma localidade e outra nas mais diversas escalas, as migrações se classificam, segundo a Fundação João Pinheiro (2018), a partir de três variáveis: o espaço de deslocamento, o tempo de permanência do migrante e a forma como se deu a migração. Se for considerado o espaço de deslocamento do migrante, tem-se a migração internacional e a migração interna, sendo esta última subdividida em migração inter-regional, que ocorre de uma região para outra, ou migração intrarregional, que ocorre dentro da mesma região. A migração pode ser definitiva ou temporária, sendo ainda classificada como espontânea ou forçada.

O ser humano, de fato, é um ser que se movimenta sempre em busca de algo novo, e a locomoção territorial é uma marca que nem sempre ocorre por bons motivos, uma vez que, invariavelmente, essa saída é motivada por guerras, fomes, miséria, abusos ditatoriais ou mera falta de oportunidades locais (ASSIS, 2000; SIQUEIRA, 2009).

Sabe-se que a temática da migração transpassa os limites nacionais. Em grande medida, é uma demanda internacional, principalmente quando se tem em vista os conflitos que tem acirrado levadas de migrantes a deixarem seus países rumo a nações que ofereçam maior qualidade de vida e segurança.

Apesar de estarmos cientes dessa importância, o presente trabalho busca priorizar a temática numa perspectiva interna do Brasil, com vistas a enquadrar a região destacada dentro da lógica nacional. Sob essa consideração, cabe averiguar as discussões levantadas conceitualmente sobre a migração, para que se compreenda a lógica da mobilidade de pessoas de um território a outro.

Partindo de uma análise da concepção do indivíduo que migra, José de Souza Martins (1986) trouxe a ideia de que a migração é um fenômeno em que os laços sociais e familiares são desatados. Dentro dessa perspectiva, o autor acaba traçando a consciência do migrante baseando-se na cultura da ausência¹⁴.

Sendo o migrante aquele que vai, mas pode voltar, quando retorna já não é o mesmo, pois o destino tomado sempre traz alterações no ser, não apenas nos valores, mas culturalmente falando também. Nesse ponto, Martins (2002) destaca que o migrante passa por dois processos: a dessocialização e a ressocialização. O primeiro consiste em deixar o local de origem, enquanto o segundo se trata do momento em que o indivíduo passa a integrar novos territórios, através de relações sociais de adoção. E em uma constante fragmentação de laços, os processos sociais não chegam a ser concluídos, dada a volatilidade estabelecida nas relações.

O movimento inconcluso da sua transição faz com que cada momento da migração tenha que recuperar os respectivos padrões de sociabilidade. Essa recuperação é incompleta, porque justamente por ser migrante temporário não realiza completamente o ciclo de reprodução das relações sociais de cada uma das situações. O ciclo cósmico da vida camponesa, ritmado pelo trabalho e pela festa, só é vivido pela metade. (MARTINS, 1986, p. 59).

Ao que Sayad (1998, p. 45) diz que “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente, ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”.

Ademais,

Da mesma forma como que se impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém –, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a

¹⁴ O sentido desta ausência se dá para aqueles que ficam, uma vez que o sujeito migrante se torna ausente nesse processo.

todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal (SAYAD, 1998, p. 46).

Deste modo, a migração deve ser pensada como um processo para além do deslocamento espacial, pois se realiza, de fato, como um deslocamento social, cultural e político. Além disso, o migrante, não é nada mais nada menos que uma vítima do contexto sócio-histórico, uma vez que o fenômeno não é causa, mas consequência de condicionantes socioeconômicos.

Partindo de uma crítica ao entendimento de que a migração é sinônimo de deslocamento somente, Becker (1997) ressalta que essa concepção reducionista camufla demais problemas sociais, já que tira a responsabilidade das forças socioeconômicas exógenas que pressionam para isso. Por sua vez, Mafessoli (2001) desconstrói o processo de migração enquanto fator econômico ao ressaltar a existência de uma pulsão migratória que incita mudar de lugar, algo que é recorrente na sociedade. Para tanto, destaca o nomadismo, que não é determinado por questões econômicas, mas por simples desejo de evadir.

A migração deve ser observada como um fato completo, pois além de se tratar do espaço físico, diz respeito ao social, econômico, político e cultural. Restringir explicações desta ao plano econômico, de acordo com Castro (2014), seria o mesmo que separar duas partes de um mesmo fenômeno, já que o imigrante só existe na sociedade de destino porque o mesmo existe na sociedade de origem.

Posto isso, Singer (2008), sobre as migrações internas, ressalta que estas em grande medida se relacionam com o processo de industrialização, o qual promove modificações profundas na sociedade. Além disso, destaca que a migração não limita a uma diversificação maior de produtos, mas a uma divisão social do trabalho, já que se posta como mecanismo de distribuição espacial da população, o que reverbera o rearranjo espacial de atividades econômicas. “Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1998, p. 29).

Singer (2008) também coloca a criação de desigualdades regionais como propulsora das migrações que ocorrem na industrialização capitalista, em que as vantagens obtidas por determinadas regiões acabam por levar a um empobrecimento relativo de áreas desfavorecidas. Ainda nessa perspectiva, são de duas vertentes os fatores que levam à migração: os de mudança e os de estagnação. Os primeiros “decorrem da introdução de relações de produção capitalistas

nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”; os segundos “se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (SINGER, 2008, p. 37).

Desta maneira, enquanto os fatores de expulsão demarcam o local onde se origina o fluxo migratório, os fatores de atração ficam responsáveis por orientar a destinação desses respectivos fluxos. Uma das modalidades que surgem desse processo de expulsão é a migração sazonal, que trabalha com o provisório, deixando encoberta a vulnerabilidade flagrante dos migrantes. Isto porque existe um processo de instabilidade, pois o retorno é algo iminente, mas já se tem em vista a saída para a próxima safra, o que gera “um fenômeno provisório que se perpetua indefinidamente ao longo dos anos, ou décadas; ou, do outro lado, torna-se um fenômeno duradouro, de fato, que se disfarça de provisório com os retornos ao final de cada safra”, como destacado por Castro (2014, p. 67).

A particularidade do migrante temporário reside em reconstruir a si mesmo e a sociedade de origem “na contradição da afirmação e de sua negação simultaneamente; no estar e no não estar; no ser camponês e no não ser camponês (no ser operário), ou ainda no ser e no viver dois tempos distintos simultaneamente e no não ser nenhum dos dois” (CASTRO, 2014, p. 67). O que Martins (1988, p. 45-46) assim confirma:

Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que via antes.

Por fim, Castro (2014) ressalta que a denominação migração temporária representa uma boa diversidade de situações e deslocamentos, destacando 3: as migrações sazonais que se realizam com tempo determinado de saída e retorno, em grande medida atreladas a safras agrícolas; as que estão reguladas por calendário de lavoura do migrante, em seu local de origem; e aquelas ditadas pelo ritmo irregular de grandes construções, como estradas e barragens, ou mesmo construção civil em grandes cidades. Tendo em conta estes fatores, a migração temporária diverge daquela definitiva por conta do retorno físico daqueles que migram ao local de origem em determinados períodos.

Uma vez conhecidas as discussões em torno do conceito de migração, no próximo tópico serão levantadas as particularidades dos fluxos migratórios historicamente no Brasil, mais especificamente do século XX para o XXI.

2.3.1 Migração Interna no Brasil

A história do Brasil é fortemente marcada pela migração, fenômeno que, em um primeiro momento, ocorreu por vias coloniais e agora se manifesta pelo deslocamento interno, em que os fluxos sempre trabalharam de acordo com os ciclos econômicos. O Brasil passou por intenso processo de migração interna em seu desenvolvimento territorial, principalmente a partir da década de 1930. Mas Braga (2011) destaca que tanto a migração interna como a migração internacional tiveram importante parcela na configuração do território nacional e no que diz respeito à constituição dos mercados de trabalho urbano e rural ao longo do século XX.

Já ao final do século XIX, a expansão da economia cafeeira e os primeiros vestígios industriais contribuíram para que se iniciasse a integração do mercado nacional. Assim, com a paulatina diminuição da migração estrangeira e a desigualdade acentuada pela industrialização, a migração interna transformou-se em um dos mais importantes vetores para que a economia brasileira tivesse sua base agrária reestruturada para um padrão urbano-industrial (BRAGA, 2011).

O que se seguiu nas décadas posteriores acabou sendo traduzido na observação de Vale *et al* (2004, p. 23), acerca da particularidade brasileira:

O Brasil é país periférico e dependente dos grandes centros econômicos dos países centrais; no interior do país, algumas regiões permanecem em seu papel de depósito de mão-de-obra para os polos industriais; a região por sua vez, desenvolve o mesmo círculo, mantendo, ao mesmo tempo, áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, umas subordinadas às outras. Repete-se, deste modo, o esquema da dependência que perpassa os países, as regiões e até os próprios municípios. Dependendo dos interesses do capitalismo, os migrantes são deixados ao inteiro abandono ou são, ao mesmo tempo, atraídos e induzidos a fornecer mão-de-obra.

Partindo desse pressuposto, cabe trazer uma breve análise da migração interna do Brasil no século XX. Até meados de 1930, a migração era, de certa maneira escassa, já que a distribuição populacional do país se dava de maneira muito irregular, onde os pontos de concentração estavam em certas regiões, estas sempre ligadas a culturas como café, açúcar, cacau, borracha, ou seja, dependia desses ciclos. A crise econômica de 1929 foi responsável por gerar dois tipos de movimentos: parte da população do país em direção às fronteiras internas, ocupando o interior do país, a outra parte para as cidades. Essa dinâmica se intensificou

num contexto onde o Estado acabou atuando em lados contraditórios, já que ao mesmo tempo em que estimulava a ocupação do interior favorecia a concentração nos potenciais centros industriais, como o eixo Rio-São Paulo (MARTINE, 1994).

Nesta perspectiva, inicialmente os estados do Rio e São Paulo foram os destinos das maiores levas de imigrantes, enquanto alguns estados do Nordeste, em sua parte meridional, apresentaram números significativos de emigração. Por sua vez, alguns estados da região sul, por meio da cultura do café, passaram a ganhar importância nesses fluxos migratórios. Situação essa que, segundo Graham & Holanda Filho (1980), continuou ainda na década de 1940.

Os anos 1950 ficaram marcados pelos maiores fluxos migratórios do país, quando o Nordeste migrava para a fronteira agrícola do país, diga-se região Centro-Oeste e o Paraná, além do massivo movimento para os polos industriais de Rio e São Paulo. Camarano e Abramovay (1998), no mesmo sentido, destacam que, na década de 50, a migração inter-regional era em grande medida mobilizada do Nordeste para o restante do Brasil.

Prosseguindo, na década de 1960 é que o processo começa a apresentar diminuição no ritmo, isso porque os Estados do Nordeste tiveram taxas menores de emigração, enquanto os estados do Leste provaram certo avanço.

Por seu turno, a década de 1970 se tratou do período em que a maior parcela das migrações rurais ocorreu na região sudeste, tanto que Camarano e Abramovay (1998) ressaltam que a região foi responsável por mais da metade de toda a migração rural ocorrida.

A década de 1980 destacou-se por cursos em direção às fronteiras agrícolas, principalmente a Região Norte, região ainda inexplorada, através de atividades como o garimpo, supostamente oficial, e as empresas minerais. Apesar do contexto manter bons números de migrantes para o Sudeste, já começava a apresentar um considerável movimento de retorno, principalmente para o Nordeste e para o estado de Minas (VALE *et al*, 2004), uma vez que as metrópoles nacionais já não cresciam mais atreladas à migração, e as cidades médias começavam a ter maior protagonismo como regiões de potencial desenvolvimento. Rio de Janeiro e São Paulo, à época, apresentavam índices demográficos aquém do que era divulgado nacionalmente (MARTINE, 1995).

Passando aos padrões de migração no século XXI, Baeninger (2011, p. 76) ressalta que os anos 2000 demonstram certa desvinculação do que antes se tinha por “migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade”. O contexto mais atual, economicamente falando, além do processo de nova estrutura produtiva nacional, passaram a ditar o volume e

teor das migrações internas.

A partir de então os antigos fluxos de maior permanência foram substituídos por idas-e-vindas, uma vez que as migrações adquiriram um caráter mais reversível que antes. Assim a migração interestadual continuou decrescendo, não significando ainda estagnação, pois está mais para uma particularidade das novas modalidades de deslocamento, tanto local como regional (BAENINGER, 2011).

Um fenômeno como a migração não é neutro; é um processo social que encerra em si toda a complexidade da sociedade na qual ela está inserida, não podendo ser compreendida independentemente dela (BRITO, 2009). Estando essa mesma sociedade em constante transformação, ela deixa marcas no passado, estrutura o presente e projeta-se para o futuro. Em seu artigo intitulado “As migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos internos recentes”, o autor, ao abordar o paradigma geral da teoria sobre as migrações, ressalta que as análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas, respectivamente, pela teoria do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra e pela teoria da modernização social. Para o autor, as duas grandes teorias se referem a um mesmo fenômeno, as migrações, com uma ênfase analítica maior na economia ou na sociologia.

Ao fazer sua reflexão sobre a teoria sociológica das migrações parte da análise da concepção de Eunice Duhram que destaca que:

[...] no caso brasileiro, a migração é uma tradição, faz parte do “equipamento cultural tradicional”. Se o indivíduo quer melhorar de vida, não resta outra alternativa, a não ser migrar para as cidades, particularmente, as grandes. A movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos. É o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando a adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, faz com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem (DUHRAM, 1984 *apud* BRITO, 2009, p. 10).

Assis (2000), em seu estudo sobre as teorias das migrações internacionais, discorre sobre como os migrantes foram apreendidos pelos teóricos da migração, passando pela abordagem dos autores clássicos da sociologia até os contemporâneos dos novos fluxos migratórios, cuja matriz fundamental são os estudos da Escola de Chicago. A autora traz o entendimento de que para os principais autores clássicos, a migração era uma preocupação secundária, analisada como consequência do desenvolvimento do capitalismo. Para Malthus, era uma consequência inevitável da superpopulação e para Marx a migração passava pela cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários

para migração. Durkheim reconhecia a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntas pelos laços de solidariedade mecânica, e Weber como um fator incidental, criando classes sociais e grupos de status étnicos (ASSIS, 2000).

Só no início do século XX, os sociólogos colocaram a migração como um problema, dada a crescente mobilidade populacional. A obra de Thomas & Znaniecki (1918), *The Polish Peasant in Europe and America*, demonstrou como o processo de migração quebra os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar. Os estudos influenciaram o surgimento da sociologia urbana e da sociologia do desvio, temas retomados pela Escola de Chicago. Ainda segundo a autora, é necessário complexificar as análises que se restringem aos aspectos econômicos nos quais os migrantes parecem indivíduos que agem desconectados de relações sociais, apontando a importância de se analisar as redes sociais no processo migratório, ou seja, o papel que parentes e amigos desempenham no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório (ASSIS, 2000). Por sua vez, Teresa Lisboa (2009) entende a Migração como:

[...] uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas” (LISBOA, 2009, p. 807).

Segundo Baeninger (2011, p. 72) “os processos migratórios nacionais imprimem espaços da migração marcados por diferentes ‘condições migratória’: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória”. Para a autora, a adaptação a novas realidades e a busca por espaços é uma rotina no sentido de encontrar melhores condições de vida.

2.3.2 Processos Migratórios no Vale do Mucuri

Historicamente, o estado de Minas Gerais é marcado por intensos movimentos populacionais, tanto internamente entre os seus municípios, como em relação às outras regiões do país e do mundo, sendo o destino dos migrantes determinado exclusivamente por um círculo vicioso de oportunidades.

Nas macrorregiões administrativas do Estado existe grande heterogeneidade marcando

desigualdades significativas que persistem historicamente. Considerados como Vales irmãos, o Jequitinhonha e Mucuri são conhecidos como a região mais pobre do estado junto com o norte de Minas, realidade que é demonstrada pelos baixos indicadores socioeconômicos. Apesar da riqueza cultural ser uma característica da região, a alcunha de Vale da Miséria é a expressão conhecida nacionalmente, principalmente em referência ao Vale do Jequitinhonha.

A migração da população dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri é outro um fator comum na vida de seus habitantes. O fenômeno migratório que já foi mais intenso, persiste e configura a organização e as dinâmicas sociais na região. Vários estudos já foram realizados sobre a temática, principalmente abordando a migração no Vale do Jequitinhonha. Com relação ao Vale do Mucuri, mesmo a migração estando presente desde sua formação e ainda hoje estar presente no cotidiano de várias famílias, a temática não tem sido tratada como prioridade nos estudos ou mesmo no debate das políticas públicas da região, o que requer um olhar para o fato.

Dentre os 17 territórios de desenvolvimento (TD) criados pelo governo do Estado de Minas Gerais, em 2014, o Vale do Mucuri registrou a menor taxa de crescimento populacional (0,1% ao ano), estando em 2010 no limiar de começar a ter perdas absolutas de população, segundo a fundação João Pinheiro (2018).

É importante ressaltar que os territórios com as menores taxas de crescimento populacional, bem abaixo da média estadual, que já pode ser considerada extremamente baixa, segundo relatório da Fundação João Pinheiro (2018), foram, em primeiro lugar o Mucuri (0,1% ao ano), seguido do Médio/Baixo Jequitinhonha (0,2% ao ano), do Alto Jequitinhonha (0,3% ao ano) e do Vale do Rio Doce (0,3% ao ano), todas as regiões de entorno demonstrando uma forte tendência de movimento migratório dessa macrorregião e um fenômeno que pode ajudar a explicar as causas dos menores indicadores de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Segundo Brito (2004), no período de 1940/80, os desequilíbrios regionais socioeconômicos fortaleceram as trajetórias migratórias, o que explica o esvaziamento de regiões com maior estagnação econômica. O atual estágio de atraso econômico do Vale do Mucuri, em comparação com o restante de Minas Gerais, tem sua origem nos fenômenos históricos que levaram à concentração das atividades produtivas na região central do estado, como a mineração, a cafeicultura e a industrialização induzida pela ação estatal (COSTA, 2018). Para o autor, o processo de ocupação inicial do nordeste do estado e o fracasso dos empreendimentos de transporte, que visavam construir uma ligação do Vale do Mucuri com o litoral, também tiveram sua contribuição histórica para o subdesenvolvimento econômico da região.

Com uma expressiva população rural, o Vale do Mucuri enfrenta ainda graves

problemas de regularização fundiária e acesso à terra. Em relação ao perfil agrário da região, há agricultores sem-terra que trabalham em comodato ou parceria, e agricultores na condição de posseiros (que ocupam, em geral, terras devolutas) e de herdeiros (que estão em terras cedidas ou de parente)” (GEPAF, 2010 p. 61). A questão fundiária pode ser um entrave no acesso ao crédito, pela falta de terras para o desenvolvimento dos projetos de investimento ou pelas dificuldades em comprovar a posse, em caso de crédito.

Sem acesso a fontes de financiamento, as famílias de agricultores, que foram diretamente afetados pelas transformações econômicas, pelas quais passou o Vale do Mucuri ao longo das últimas décadas, e pelas formas de apropriação privada das terras que delas resultaram, são forçadas a buscarem outras alternativas de sobrevivência. Para muitos, a migração temporária ou definitiva, combinada com a agricultura de subsistência, passou a constituir a principal estratégia de reprodução social (MAIA, 2000).

No próximo capítulo discorro sobre as epistemologias feministas como escolha metodológica, apresento o território da pesquisa, revelo o encontro com as mulheres e detalho os desafios vivenciados durante a pesquisa de campo com a pandemia da Covid-19.

3 PERCURSO METODOLÓGICO – AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS DEFININDO MEU PROCESSO NO CAMINHAR

A Epistemologia, também chamada de teoria do conhecimento, responde às perguntas: quem pode ser “sujeito de conhecimento”? A que provas devem se submeter as crenças para serem legitimadas como conhecimento? O que se pode conhecer? As feministas argumentam que as epistemologias tradicionais excluam

[...] sistematicamente, com ou sem intenção, a possibilidade das mulheres serem sujeitos ou agentes de conhecimento, defendem que a voz da ciência é masculina e que a história foi escrita desde o ponto de vista dos homens (dos que pertencem a classe e raça dominante) (HARDING, 1998, p. 14).

Compreendendo que nenhuma pesquisa em si é neutra e que toda escolha de um tema de pesquisa acaba por refletir as percepções subjetivas do pesquisador, justifico minha escolha de pesquisar, no território do Mucuri, as implicações nas relações de gênero em um contexto de migração, numa visão interdisciplinar da perspectiva feminista. Os estudos feministas se constituem historicamente enquanto um campo interdisciplinar por excelência, uma vez que pesquisadoras de diversas disciplinas “se influenciaram entre si na construção de um conhecimento compartilhado” (NOTHAFT, 2020, p. 49). Nesse sentido, reconheço a complexidade, a diversidade, a pluralidade, a fragmentação e as múltiplas realidades, pressupostos necessários à perspectiva feminista de se fazer pesquisa. Pesquisadoras feministas

[...] vêm sustentando que as teorias tradicionais tem sido aplicadas de maneira tal que tornam difícil compreender a participação das mulheres na vida social, assim como entender que as atividades masculinas estão determinadas pelo gênero (e que não são, como usualmente são considerados, representações “do humano”) (HARDING, 1998, p. 13).

Para Marta Salgado (2008), pesquisa feminista é uma maneira particular de conhecer e produzir conhecimento, caracterizada pelo interesse em erradicar a desigualdade de gênero que marca os relacionamentos e posições das mulheres em relações aos homens. Nesse sentido, pesquisadoras feministas

[...] escutam muito atentamente o que as mulheres informantes pensam sobre suas próprias vidas e sobre a vida dos homens; e mantêm posições críticas frente às concepções dos cientistas sociais tradicionais sobre as vidas dos homens e das mulheres. Observam também alguns comportamentos de mulheres e homens que, desde a perspectiva dos cientistas sociais tradicionais, não são relevantes. No caso da história, buscam padrões de organização de dados históricos não reconhecidos anteriormente (HARDING, 1998, p. 11).

No mesmo sentido, Marcela Lagarde (1996, p. 26), considera a teoria feminista “uma teoria ampla que abarca categorias, hipóteses, interpretações e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo”, que possibilita compreender os mecanismos de dominação, subordinação e opressão das mulheres. Neste sentido, o gênero é uma construção social, cultural, política e histórica que diz respeito ao “conjunto de atributos atribuído às pessoas a partir do sexo, portanto é uma categoria relacional de diferenciação mútua que estabelece a divisão da humanidade em categorias sociais exclusivas e excludentes” (SALGADO, 2008, n.p.).

A investigação feminista pressupõe a utilização de metodologias de pesquisa criativas, o que é confirmado por Minayo (2007, p. 64), quando afirma que nas Ciências Humanas a pesquisa “inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).” Para a autora, a metodologia é muito mais que técnicas; é a articulação da teoria, da realidade dos pensamentos sobre a realidade.

Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa foi fundamentada numa abordagem qualitativa e utilizou a “Trajetória de Vida” – uma das modalidades da História Oral, como procedimento metodológico, envolvendo a realização de entrevistas com mulheres integrantes de famílias com migração de maridos, companheiros e ou filhos, residentes em municípios do Vale do Mucuri – MG. Foram realizadas 17 (dezesete) entrevistas com mulheres que aceitaram participar da pesquisa: 12 (doze) na modalidade online e 5 (cinco) na presencial com mulheres residentes em Catuji, Setubinha e Itaipé cujos companheiros e/ou filhos migraram para exercer trabalhos sazonais.

3.1 O INÍCIO DO CAMINHAR – DELIMITANDO O TERRITÓRIO DE PESQUISA

O primeiro desafio enfrentado foi delimitar o território de pesquisa uma vez que a migração é uma realidade em vários municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Tendo como ponto de partida uma vivência que me marcou profundamente, ao presenciar a despedida das mulheres de seus companheiros e filhos, que embarcavam para o corte de cana, optei por pesquisar o fenômeno nos municípios do entorno para compreender, a partir do “olhar das que ficam”, a reprodução social do cotidiano no território onde estão inseridas. Assim, os municípios foram escolhidos pelos seguintes critérios: cultura de migração, características de

proximidade de localização, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seleccionamos três municípios: Catuji, Itaipé e Setubinha, sobre os quais apresento breves características, no quadro abaixo:

Quadro 1 – Caracterização dos municípios selecionados

CARACTERÍSTICAS	MUNICÍPIOS		
	CATUJI	ITAIPÉ	SETUBINHA
POPULAÇÃO			
População estimada (2021)	6.206	12.910	12.493
População do último censo (2010)	6.708	11.798	10.885
TRABALHO E RENDIMENTO			
População ocupada (2019)	11,2%	6,1%	3,6%
População com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (2010) (9%)	58,2%	46,9%	49,3%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010)	0,540	0,552	0,542
COR E RAÇA			
Amarela	102 (1,5%)	96 (0,8%)	111 (1,0%)
Branca	1.096 (16,3%)	2.917 (24,7%)	1.380 (12,7%)
Parda	4.645 (69,2%)	7.929 (67,2%)	7.562 (69,5%)
Preta	865 (12,9%)	857 (7,8%)	1.832 (16,8%)

Fonte: Dados sistematizados pela autora (2022).

Os municípios selecionados para a pesquisa possuem população com menos de 20.000 habitantes, baixo IDH e predominância da raça negra, quando somados pardos e pretos temos 82,10% no município de Catuji, 74,5% em Itaipé e 86,3% no município de Setubinha. Importante observar os baixos índices de ocupação da população, o que reflete mais uma vez os baixos indicadores socioeconômicos que caracteriza o Vale do Mucuri. A seguir apresento breves características por município:

3.1.1 Catuji

O município tem 6.206 habitantes, localizada na região nordeste do Estado de Minas Gerais, pertencente à microrregião de Teófilo Otoni, mesorregião do Vale do Mucuri e ocupa uma área de 419,380 km². O município faz divisa com os municípios de: Carai, Itaipé, Teófilo Otoni, Novo Oriente de Minas, Padre Paraíso.

Houve diminuição da população do município que no Censo de 2010 (IBGE, 2010), registrava 6.708 pessoas, sendo que 25,2% residia na zona urbana e 74,8% na zona rural. Destes,

50,1% eram homens e 49,9% mulheres; 16,3% da população de Catuji se autodeclararam brancos, 69,2% pardos, 12,9% como pretos e 1,5% como amarelos.

O município de Catuji tem como principais atividades econômicas a agropecuária e agricultura. Na agricultura, destacam-se a produção de café, milho e mandioca. Na pecuária, a criação de galináceos e bovinos. Destaca-se também como atividade econômica o comércio, especialmente o de pedras preciosas. O salário médio mensal da população, em 2019, era de 1.5 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era 11,2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 53,2% da população nessas condições (IBGE 2021).

Ainda em 2019, o município tinha o correspondente de 93,33% da população cadastrada no Cadastro Único (CadÚnico), sendo que 70,54% dos cadastrados eram consideradas pobres ou extremamente pobres. Destes, 15,77% não sabiam ler nem escrever e 3,36% residiam em moradias sem saneamento básico, sendo que 63,38% da população total de Catuji era composta de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (FJP, 2021).

3.1.2 Itaipé

É uma cidade com 12.836 habitantes, localizada na região nordeste do Estado de Minas Gerais, pertencente à microrregião de Teófilo Otoni, mesorregião do Vale do Mucuri, ocupando uma área de 480,829 Km². Ao Norte, limita-se com o município de Carai; a nordeste com Catuji; Teófilo Otoni a sudeste; Ladainha a sudoeste e Novo Cruzeiro a oeste. Os principais acessos são realizados pelas rodovias BR-116 e MG-214, sendo cortada ainda pela MG-211 (IBGE, 2021).

Houve crescimento da população do município; o Censo de 2010 (IBGE, 2010), registrava 11.798 pessoas, sendo que 41,9% residiam na zona urbana e 58,1% na zona rural. Destes, 51,0% eram homens e 49,0% mulheres; 24,7% da população de Itaipé se autodeclararam brancos, 67,2% como pardos, 7,3% como pretos e 0,8% como amarelos.

A economia de Itaipé é essencialmente ancorada na agricultura que tem sido o carro chefe da economia local, com produção de café e, em menor escala, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e algumas frutíferas. A bovinocultura mista de corte e leite está presente no município, com predominância da atividade leiteira. Como atividade alternativa, é recente a silvicultura, predominando o plantio de eucaliptos. A produção de mel atualmente mostra-se expressiva na localidade. As principais fontes geradoras de emprego estão no serviço público,

como Prefeitura Municipal e escolas estaduais.

É ainda recorrente a extração de pedras semipreciosas, com a presença de águas marinhas, berilo, turmalina, cristais e granito. Na indústria, destacam-se as produções, ainda que de forma primitiva, de aguardente, farinha e goma (polvilho), rapadura, requeijão e torrefações artesanais de café. A atividade turística ainda é embrionária. (PMI 2018)

De acordo com o IBGE (2021), o salário médio mensal da população de Itaipé em 2019 era de 1.7 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,1%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 46.9% da população nessas condições. Ainda em 2019, o município tinha o correspondente a 65,12% da população cadastrada no CadÚnico, sendo que 52,03% dos cadastrados eram consideradas pobres ou extremamente pobres. Destes, 14,10% não sabiam ler nem escrever e 2,71% residiam em moradias sem saneamento básico, sendo que 49,76% da população total de Itaipé era composta de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (FJP, 2021). Com 75% da população sendo da raça negra (autodeclarados pardos e pretos), o município possuía, em 2010 a maioria da população residente na zonal rural (53,4) % e a preponderância da religião católica no território.

3.1.3 Setubinha

Pertencente à mesorregião do Vale do Mucuri, microrregião de Teófilo Otoni, possui 12.493 habitantes (PNAD 2021), limita-se com os municípios: Malacacheta, Capelinha, Angelândia, Novo Cruzeiro, Ladainha e Minas Novas tendo como principais rodovias de acesso a Belo Horizonte: BR-381, BR-116, MG-217.

Houve crescimento da população do município; o Censo de 2010 (IBGE, 2010), registrava 10.885 pessoas, sendo que 25,7% residiam na zona urbana e 74,3% na zona rural. Destes, 49,2% eram homens e 50,8% mulheres; 12,7% da população de Setubinha se autodeclararam brancos, 69,5% como pardos, 16,8% como pretos e 1,0% como amarelos.

O município tem como principal atividade econômica a pecuária. O salário médio mensal da população, em 2019, era de 1.4 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era 3,6%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 49,3% da população nessas condições (IBGE 2021). Ainda em 2019, o município tinha o correspondente de 64,78% da população cadastrada no CadÚnico, sendo que 54,05% dos cadastrados eram consideradas pobres ou extremamente pobres. Destes, 15,70% não sabiam ler nem escrever e 20,87% residiam em

moradias sem saneamento básico, sendo que 51,77% da população total de Setubinha era composta de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (FJP, 2021).

3.2 INDO AO ENCONTRO DAS MULHERES – O TRABALHO DE CAMPO E O DESAFIO DA PANDEMIA DE COVID -19

Como chegar às mulheres que seriam “sujeitos” de minha pesquisa? Na primeira etapa de planejamento para realização do trabalho de campo, em janeiro de 2020, utilizei como estratégia minha rede de contato para acessar as Secretarias de Assistência Social dos municípios selecionados. Essa etapa envolveu a realização de um levantamento prévio de informações sobre as famílias de migrantes e possíveis contatos com as mulheres para posterior agendamento das entrevistas. O fato de ter trabalhado com Projetos de Extensão em alguns dos municípios anteriormente, facilitou a comunicação com os(as) gestores(as) e profissionais de assistência social. Também contribuiu para a receptividade da pesquisa e o estabelecimento de vínculo de confiança, ser professora de uma Universidade Federal.

Após autorização dos gestores das Secretarias de Assistência Social, fui encaminhada para falar com as Assistentes Sociais que faziam atendimento no Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e tinham um contato mais próximo com as famílias do município. Esses primeiros contatos se deram via telefone e nessa primeira conversa com os gestores, espontaneamente, foi discutida a realidade da migração sazonal nos municípios, o que já foi sendo registrado por mim em diários de campo. Essa etapa teve início em janeiro de 2020.

Em seguida, entrei em contato por telefone com as Assistentes Sociais que trabalhavam nos CRAS dos municípios para apresentar a pesquisa e fazer um primeiro levantamento de possíveis mulheres a serem entrevistadas. Também encaminhei, por e-mail, para estas profissionais, um questionário para coletar informações sobre a estrutura do atendimento socioassistencial realizado no município.

Em final de fevereiro de 2020, obtive o aceite de duas mulheres para realizar o agendamento das primeiras entrevistas. No processo de planejamento da data e local das entrevistas inicia-se a pandemia de Covid-19, com a identificação da primeira contaminação no Brasil. Nesse contexto, a mídia fazia ampla cobertura dos eventos relacionados à Covid-19 e noticiava o aumento do registro de casos na Europa, mostrando o dramático cenário do sistema de saúde para atendimento às vítimas e o combate ao vírus, até então desconhecido naquele continente. No mês de março é declarada a transmissão comunitária da doença no Brasil, sendo

registrada, no dia 12 do referido mês, a primeira morte por Covid-19 em território nacional.

A insegurança frente ao cenário apresentado e o medo de contágio geraram apreensão no agendamento das entrevistas que, até então, estavam programadas para serem realizadas presencialmente. Por esse motivo, optamos por suspender os dois agendamentos previstos. Nesse ínterim, o Estado de Minas Gerais edita o decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19). O decreto versa sobre a proibição do funcionamento do comércio exceto estabelecimentos que vendiam produtos ou prestavam serviços essenciais, como padarias, supermercados e farmácias. Determina ainda o fechamento das escolas de toda rede pública e privada, a suspensão de equipamentos culturais e eventos oficiais, além de regulamentar a capacidade de transporte municipal e intermunicipal em relação ao número de passageiros e determinar o fechamento das divisas para o transporte coletivo terrestre com entrada e saída do Estado. Os municípios mineiros editaram seus próprios decretos com base nas legislações federal e estadual, tendo vários deles adotado barreiras sanitárias para seu acesso.

A princípio, o que parecia ser uma ação emergencial temporária das autoridades para evitar a propagação do vírus se prolongou por meses, sendo então necessária uma mudança na metodologia de ida à campo, que possibilitasse dar andamento à pesquisa. Em reunião por vídeo chamada com a orientadora e a coordenadora, foi constatada a impossibilidade de realização das entrevistas de modo presencial, resultando, após ponderações, na mudança da metodologia para a realização das entrevistas de maneira remota, por meio das tecnologias disponíveis, como o *Whatsapp* ou outras plataformas.

Assim, tive que planejar uma segunda etapa de pesquisa, e respaldada em Theophilos Rifiotis (2016), para o qual o ciberespaço se apresenta como um novo campo de pesquisa, “um *locus* ou contexto da ação humana pensada na especificidade da natureza virtual do campo de pesquisa, ou ainda como ‘comunicação mediada por computador’” (RIFIOTIS, 2016, p. 85), retornei os contatos com as/os interlocutores para agendar as entrevistas de forma on-line. A mudança sugerida nos colocava diante de um grande desafio: as mulheres, sujeitas de nossa pesquisa, teriam acesso às tecnologias, internet, *WhatsApp* entre outras?

Foi necessária, uma retomada dos contatos com a rede assistencial dos municípios para mudar a estratégia das entrevistas para a modalidade online, o que se configurou como uma grande dificuldade, devido à falta de registro dos contatos, ou seja, do número dos telefones das mulheres e famílias de migrantes, principalmente as que residiam na área rural.

De acordo com Carvalho, Oliveira e Ribeiro (2015),

é importante considerar que, no caso brasileiro, embora tenha havido um acréscimo no acesso à cibercultura por parte da população, um número significativo de pessoas ainda está radicalmente excluído desse universo. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede (CARVALHAL; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015, p. 30).

As comunidades nos pequenos municípios em geral não dispõem de sinal de telefone, os moradores, quando podem, utilizam a internet para se comunicarem através do aplicativo *Whatsapp*, com grande dificuldade como pode-se observar, neste depoimento:

[...] Aí tem uma areia, uma brita que a gente coloca o celular pra pegar ...aí pega num pontinho... pega uma internet ruinzinha. Aí eu fico mexendo com a tarefa do menino, mas é muito ruim é muito difícil e rapidinho descarrega o celular e a gente não faz quase nada (AMETISTA – CATUJI, 2021).

Frente às dificuldades encontradas para localizar e contatar as famílias, busquei contatos telefônicos de lideranças municipais, acionei gestores públicos (secretários municipais, vereadores, ex-prefeitos, procuradores jurídicos), presidentes de sindicatos, ex-alunos e empresários que pudessem conhecer e conseguir contato das famílias dos migrantes. A estratégia resultou no agendamento das entrevistas na modalidade online que iniciaram a partir do mês de setembro de 2020 e nas entrevistas presenciais realizadas em 2021.

As primeiras entrevistas aconteceram no mês de setembro de 2020 com mulheres do município de Itaipé, intermediadas pela Assistente Social do município e pelo presidente do sindicato rural. A partir da primeira entrevista, as próprias mulheres me indicavam outras mulheres e faziam a intermediação. Por estar sempre sendo indicada por uma pessoa conhecida, a conversa transcorria de forma muito tranquila e natural, mesmo sendo através de chamada pelo WhatsApp nas entrevistas realizadas na modalidade online. Nesse município foram realizadas seis entrevistas.

Com o aumento dos números de caso da Covid-19 na região impossibilitando ainda as viagens, continuei as tentativas de agendamento de entrevistas de maneira remota. Em Setubinha, nos meses maio e abril de 2021, consegui ter acesso a uma mulher na zona urbana, por intermédio de um ex-prefeito, e, duas mulheres, das comunidades rurais, por intermédio de uma aluna. Por fim, consegui realizar seis entrevistas, por meio da indicação de outras mulheres pelas entrevistadas.

Em Catuji, as entrevistas ocorreram na modalidade presencial, em junho de 2021. Foi o mais complicado dos municípios, uma vez que as pessoas procuradas inicialmente não sabiam

onde localizar as famílias dos migrantes. Precisei acionar um contato na região que fez a ponte com o ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Catuji, e ele se dispôs a me acompanhar nas comunidades. Agendamos a viagem para o dia 14 de junho de 2021. A princípio, estava previsto visitarmos uma comunidade quilombola a 70 km da sede, mas como o dia amanheceu chuvoso e a estrada estaria muito ruim, mudamos o itinerário para uma comunidade a 20 km da sede do município. Consegui realizar cinco entrevistas indo de casa em casa a partir da indicação das próprias entrevistadas.

A principal dificuldade para a realização do trabalho de campo foi decorrente da pandemia da Covid-19, ou seja, a impossibilidade da locomoção para os municípios selecionados ainda no ano de 2020. Outro desafio encontrado foi a inexistência do registro de informações sobre casos de migração nos cadastros das famílias de migrantes nos CRAS ou nas Prefeituras dos Municípios, o que impossibilitou a identificação das mulheres ou de famílias de migrantes para o contato. A dificuldade em acessar internet, a qualidade do sinal disponibilizado, o estranhamento do contato com a tecnologia e o acesso a aparelhos eletrônicos compatíveis com as tecnologias necessárias para realização das entrevistas foram alguns dos desafios a serem superados no processo. O maior obstáculo foi conseguir contato com as mulheres que residiam na zona rural (maioria das entrevistadas) sem acesso a linha telefônica. A internet na região é instável. O *WhatsApp* é a única forma de contato de maneira remota. Por isso, às vezes, a entrevista não se efetivava na data agendada, fazendo-se necessárias algumas remarcações.

A realização das entrevistas no modo remoto possibilitou a comunicação com as mulheres em período de restrição à locomoção e interações presenciais. Mesmo não estando face a face com as entrevistadas, sempre procurei estabelecer um clima amistoso e descontraído para a conversa, buscando um ambiente de confiança em que elas ficassem muito à vontade com suas falas. A facilidade de ter acesso às pessoas em localidades separadas por longas distâncias quase que instantaneamente, sem a necessidade de deslocamentos, sem custos para a ida ao campo, evitando desencontros, atrasos, e outros imprevistos, favoreceu muito os trabalhos. Foi possível, mesmo online, estabelecer empatia, interagir, observar nos relatos as hesitações, os silêncios, as diferentes entonações e emoções no decorrer da fala. Apesar de seguir um roteiro semiestruturado para as entrevistas, sempre deixava claro que era uma fala livre, o que permitia variações e introduções de novas questões que variavam de acordo com o perfil das entrevistadas. Algumas mulheres eram mais falantes e a conversa fluía espontaneamente; outras respondiam as questões do roteiro de maneira mais contidas, com pouca fala espontânea.

A investigação com perspectiva feminista valoriza, em especial, “a experiência” do/a pesquisador/a e, nesse sentido, a imersão que fiz na realidade e no cotidiano das mulheres entrevistadas foi muito importante para mim, pois, de acordo com Jorge Larrosa (2015):

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção [...]: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2015, p. 25).

As entrevistas presenciais realizadas no mês de junho de 2021 possibilitaram uma vivência da realidade antes apresentadas apenas nas falas. Conhecer pessoalmente as entrevistadas, enxergar na face as emoções, ver de perto as localidades e moradias, tudo isso propiciou outra perspectiva, uma interação totalmente diferente. As intempéries climáticas se mostraram como desafios a serem superados, obrigando uma mudança de itinerário em função das condições da estrada de acesso à comunidade, ocasionando atrasos e restringindo o número de entrevistas previstas para o dia.

As trajetórias de vida das mulheres entrevistadas me deixaram muito sensibilizada. Escutar seus sonhos, medos, sofrimentos, lutas; compartilhar alegrias, resiliências, conquistas e esperanças. Uma fala, em especial, me tocou profundamente: o relato da perda de uma familiar idosa, que faleceu em função de queimaduras decorrentes da explosão de uma “fossa”. A idosa quis ir “ao banheiro” [a fossa] na escuridão da madrugada e, para enxergar, riscou um fósforo. Em contato com os gases que emanavam da fossa, o fogo do fósforo causou uma explosão que atingiu o corpo da idosa. Fiquei imaginando a dor e o sofrimento dessa mulher até conseguir ser socorrida, as condições da estrada rural até chegar na unidade de saúde para o primeiro atendimento, o desespero dos familiares e todo o tormento decorrente da situação que culminou com o seu falecimento. E o questionamento que vem é: como ainda é possível acontecer uma situação tão trágica como essa pela falta de uma política pública fundamental que é o saneamento básico? Como, em pleno século 21, uma mulher precisa acender um fósforo para enxergar a fossa onde faria suas necessidades, e a fossa explode por combustão? Como a vida daquela mulher e de tantas outras podem ser tão banalizadas? Esse tipo de acontecimento reflete a realidade apontada pelos indicadores socioeconômicos do Vale do Mucuri, ou seja, as mulheres que “ficam” sobrevivem às desventuras e desafios enquanto acreditam que dias melhores virão.

Em resumo, foram realizadas 21 entrevistas com mulheres que vivenciam ou vivenciaram a migração de companheiros e/ou filhos com histórico de migração em busca de trabalho, no período de setembro de 2020 a junho de 2021, sendo consideradas 17 entrevistas para o estudo. O motivo da não utilização de todas as entrevistas realizadas ocorreu em função de três entrevistadas residirem em localidades que não pertenciam a municípios do Vale do Mucuri e uma por se tratar da saída de filho para estudar fora, o que não era o caso do objeto da pesquisa.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado (em Anexo), desenvolvido com base nos objetivos da pesquisa e dividido em quatro blocos: perfil das entrevistadas; processos migratórios; desenvolvimento territorial e políticas públicas e relações de gênero, classe, raça/etnia. As entrevistas foram realizadas no formato de diálogo, com falas livres sobre os tópicos do roteiro, permitindo a inserção de perguntas para esclarecer ou detalhar algum ponto da conversa, quando necessário.

Para a seleção das mulheres participantes da pesquisa, foi utilizada a técnica *snowball*, também conhecida como “Bola de Neve”. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais, em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam outros participantes e assim sucessivamente (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

No início de cada entrevista, foi solicitado, de forma oral, para cada participante da pesquisa, a autorização para sua realização e gravação, sendo esta autorização gravada em áudio. Para manter o sigilo e impossibilitar a identificação optei em identificar as mulheres com nome de pedras preciosas que representa força e beleza e por ser a extração de gemas uma atividade comum no Vale do Mucuri, sendo a cidade de Teófilo Otoni, município polo da região, conhecida como a Capital Mundial das Pedras Preciosas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, totalizando 236 páginas para a realização da análise dos dados, para o qual utilizei a técnica da “Análise de Conteúdo” de Bardin (2016). Segundo a autora:

Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p.48).

A escolha dos documentos submetidos a análise foram, a posteriori, ou seja, após a definição dos objetivos, constituída pelas entrevistas transcritas e as anotações de observação

do campo. As questões do roteiro foram elaboradas em consonância com os objetivos propostos.

No capítulo seguinte, exponho as trajetórias de mulheres cujos companheiros e/ou filhos migram em busca de trabalho, conhecendo um pouco dessas mulheres que ficam no Vale do Mucuri. Para nomeá-las utilizei pseudônimos utilizando o nome de pedras preciosas, para garantir o anonimato e representar a força e a beleza das entrevistadas.

4 “OS QUE VÃO E AS QUE FICAM” – TRAJETÓRIAS DE MULHERES CUJOS COMPANHEIROS OU FILHOS SAEM EM BUSCA DE TRABALHO

4.1 AS QUE FICAM: CONHECENDO AS MULHERES QUE PERMANECEM NO VALE DO MUCURI

“Quando você foi embora fez-se noite em meu viver
Forte eu sou, mas não tem jeito, hoje eu tenho que chorar
Minha casa não é minha, e nem é meu este lugar
Estou só e não resisto, muito tenho prá falar”

Música: Travessia

Composição: Milton Nascimento / Fernando Brant

A receptividade à participação na pesquisa por parte das mulheres entrevistadas foi algo admirável; todas se mostraram muito solícitas como, por exemplo, Esmeralda, que foi a primeira mulher que entrevistei por celular (entrevista online, 2020) no município de Itaipé. Quando atendeu o telefone, já aguardava minha ligação embaixo de um pé de ingá para fugir do calor. Estava grávida e, nesse dia, não tinha passado bem, mas tinha “descansado para fazer a entrevista” e não quis remarcar.

Em outra situação, quando cheguei para a entrevista (presencial, 2021) com Rubi, ela estava se preparando para sair com o filho, iam junto com um grupo de mulheres da localidade, buscar lenha no mato. Ela suspendeu a atividade para me atender e conversamos sentadas numa grande pedra que fica no quintal, na parte da frente de sua casa.

Acercando-me do local marcado para encontrar Safira (entrevista presencial, 2021), mãe de quatro filhos, encontrei-a na estrada, acompanhada da filha de onze anos e da vizinha, uma senhora idosa de 70 anos, voltando da mata, carregando feixes de lenha na cabeça. A cena me impressionou pela questão geracional e pelo peso que carregavam. Sigo com elas até a casa de Safira, onde ocorreu a entrevista. Enquanto arruma duas cadeiras no quintal para conversarmos, a filha fica a nos observar, perambulando ao redor, entre a plantação.

Chego na casa de Ametista para o encontro (entrevista presencial, 2021) para a hora do almoço, ela estava em casa com o filho pequeno que brincava pelo quintal enquanto comia macarrão com farinha. Acomodamo-nos em um banquinho de madeira no terreiro e, após as explicações, iniciamos a conversa, a princípio com ela um pouco tímida, mas depois foi ficando mais à vontade.

A conversa com Cianita (entrevista presencial, 2021) é na mesa da sala simples, ainda com tijolos sem reboco e estacas de madeira que sustentam a estrutura. A filha de seis anos perambula ao redor; às vezes se aproxima, abraça a mãe pelo pescoço, distribui beijos pelo rosto e depois se afasta novamente. O relato mexe comigo, à medida que Cianita vai expondo

os desafios que enfrenta e principalmente por se sentir tão sozinha para dar conta de tudo. Ficam visíveis as emoções em sua face no decorrer da conversa: desânimo, tristeza, raiva, melancolia dentre outras, mas o que mais me marca durante seu relato é a sua resiliência frente às atribuições vivenciadas.

A descontração marcou o contato com Larimar (entrevista online, 2021), de riso fácil, respostas rápidas e enfática em alguns posicionamentos; discorre naturalmente sobre todos os assuntos abordados. Espontânea e muito extrovertida, à medida que fala sobre os assuntos, utiliza-se do senso de humor e consegue fazer graça das situações críticas que vivencia.

Nos poucos relatos acima, pode-se perceber a boa recepção que tive por parte das entrevistadas, em um universo composto por 17 (dezesete) mulheres de diferentes gerações, com idades entre 22 e 85 anos, que em algum momento de suas trajetórias de vida vivenciaram ou vivenciam a experiência de migração de familiares em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Um perfil com as principais características das mulheres entrevistadas é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Caracterização das entrevistadas

	Entrevistada	Autodeclaração racial	Idade	Nível de escolaridade	Nº Filhos	Religião	Bolsa família	Rural/ Urbana
01	Esmeralda	Parda	34	8ª Série	2 e grávida	Evangélica	Sim	Rural
02	Turmalina	Branca	41	8ª Série	2	NR ¹⁵	Sim	Rural
03	Hematita	Parda	38	Ensino Médio	2	Evangélica	Sim	Rural
04	Cristal	Parda	42	4ª Série	2	Católica	Sim	Rural
05	Rubelita	Branca	52	NR ¹⁶	6	Católica	Não	Rural
06	Ambar	Negra	85	Analfabeta	10	Católica	Não	Rural
07	Jade	Negra	38	Analfabeta	6	Católica	Não	Urbana
08	Larimar	Negra	29	8ª Série	4	Evangélica	Não	Urbana

¹⁵ Não respondeu.

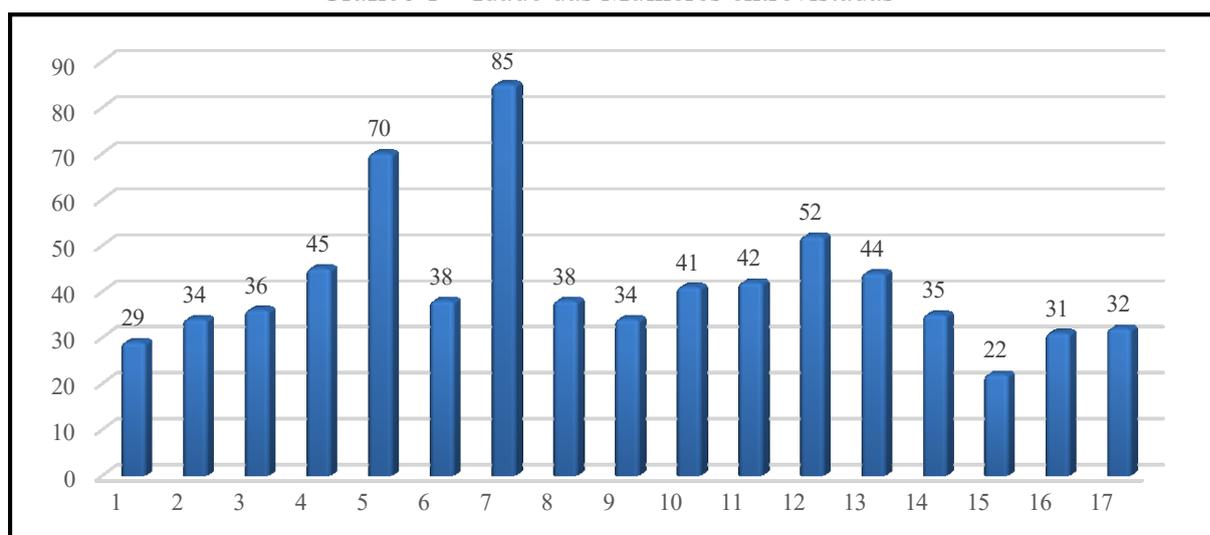
¹⁶ Não respondeu.

09	Turquesa	Negra	34	Superior Completo	1	Evangélica	Sim	Rural
10	Alexandrita	Parda	45	4ª Série	4	Católica	Sim	Rural
11	Celetista	Parda	36	8ª Série	2	Católica	Sim	Rural
12	Morganita	Parda	71	2ª Série	7	Católica	Não	Rural
13	Rubi	Parda	44	2ª Série	3	Católica	Sim	Rural
14	Safira	Negra	35	NR	4	Católica	Sim	Rural
15	Ametista	Parda	31	4ª Série	1	Católica	Não	Rural
16	Opala	Branca	22	2º ano do Ensino Médio	1	Católica	Sim	Rural
17	Cianita	Parda	32	5ª Série	3	Católica	Sim	Rural

Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora (2022)

O quadro acima traz a caracterização das entrevistadas, possibilitando reflexões a partir das informações apresentadas como: as diferentes gerações, a baixa escolaridade, a predominância da raça negra no universo pesquisado, a dependência dos programas governamentais como o Bolsa Família, a precarização/informalidade do trabalho, e a religiosidade, chamando atenção para a ausência da religiosidade afro, ou seja, de matriz africana. Do universo de dezessete mulheres entrevistadas, apenas duas residiam na zona urbana e as outras quinze, em seis diferentes comunidades rurais. Quanto à idade das mulheres entrevistadas, podemos perceber, através do gráfico abaixo, que prevalece a faixa etária entre 30 e 40 anos.

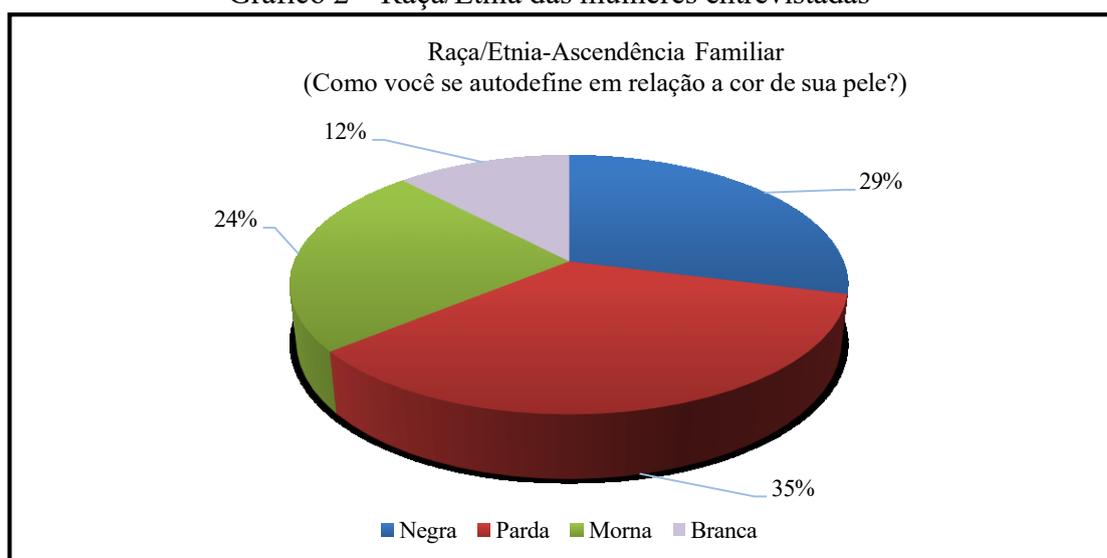
Gráfico 1 – Idade das Mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

É possível observar, a partir do gráfico, a abrangência geracional da migração na região, com mulheres nas mais diversas faixas etárias, sendo a entrevistada de maior idade com 85 anos e a mais jovem com 22 anos. Apesar das décadas que marcam a diferença de idade entre as mulheres, elas acabam compartilhando a mesma experiência de migração dos companheiros, maridos ou filhos pela necessidade de sobrevivência, sendo o fenômeno migratório o elo no contexto de suas vivências, apesar do tempo, distância e individualidade de suas trajetórias de vida.

Gráfico 2 – Raça/Etnia das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Apesar de 88% das entrevistadas se autodeclararem pardas, negras e morenas, portanto, pertencentes à raça negra, conforme classificação do IBGE, durante as entrevistas não identifiquei, a partir da fala dessas mulheres, uma conscientização ou um “pertencimento” a uma determinada cultura ou raça. Tal situação também reflete o fato de não terem mencionado algum credo ou religião de matriz africana, dando indícios de um apagamento das raízes ancestrais na trajetória de vida dessas mulheres.

No Brasil, segundo IBGE (2018), mesmo correspondendo à maioria (55,8%), a população preta ou parda representa 75,2% dos indivíduos com menor rendimento, além de constituírem os maiores índices de desocupados (64,2%) e de subutilizados (66,1%) na força de trabalho, em 2018.

É possível observar, a partir da análise do Quadro 2, que a maioria das mulheres, 11 no universo das 17 entrevistadas, são beneficiárias do programa de transferência de renda do governo federal, o Bolsa Família. O benefício é voltado para famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), para Programas Sociais do Governo Federal. O CadÚnico é instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional (BRASIL, 2022).

No que se refere à escolaridade das mulheres entrevistadas, optei por registrar no Quadro 2, a forma como cada entrevistada se expressou sobre o número de anos cursados; elas utilizam o termo seriação, apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB¹⁷,1996) estabelecer a nomenclatura ano de escolaridade.

A partir da promulgação da LDB lei 9394/96, a educação básica ficou dividida em três etapas: Educação Infantil – creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos); Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) e Ensino Médio – (do 1º ao 3º ano). Mesmo após a classificação estabelecida pela LDB em anos de estudos, o termo “série” ainda é usado no senso comum, como é o caso das entrevistadas.

Um aspecto observado com relação às entrevistadas é a baixa escolaridade. Os relatos apontam que 65% interromperam os estudos no ensino fundamental. Destas, 55% estudaram apenas os anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) e 45% estudaram os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano). Se somarmos a esses dados as que se declararam analfabetas, o percentual de mulheres entrevistadas que não atingiram os estudos na atenção

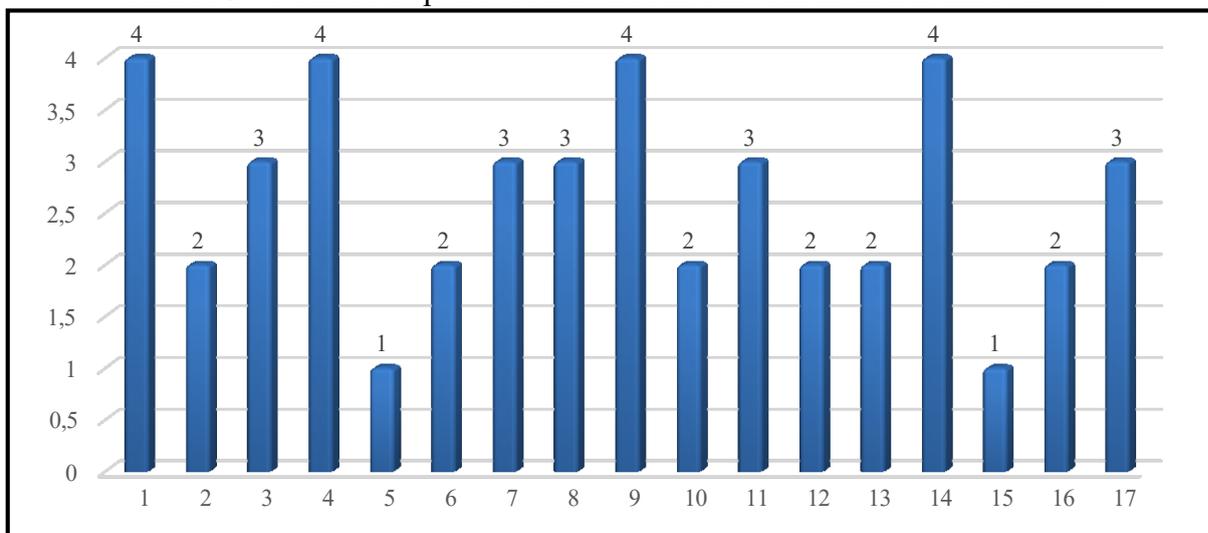
¹⁷ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior.

básica atinge 76%. O mais importante a observar na análise é que essa situação não se restringe apenas às mulheres de maior faixa etária, conforme demonstrado no Quadro 1, o que leva à necessidade de reflexão sobre quais os desafios ao acesso e à permanência na escolarização enfrentados por elas.

Chama a atenção o fato de maioria das entrevistadas terem filhos muito jovens, algumas ainda na adolescência. Esta situação acaba contribuindo para a migração dos companheiros, uma vez que eles se tornam provedores e precisam sustentar a família. Na ausência de trabalho na região, os companheiros buscam na migração alternativa para obtenção de emprego e renda, deixando as mulheres responsáveis pela reprodução do cotidiano, criação e cuidado dos filhos.

Ainda analisando o quadro de caracterização das mulheres, é possível aferir que o número de pessoas por unidade familiar tem diminuído através dos anos, ficando uma média de três integrantes na moradia das mulheres entrevistadas. O gráfico, a seguir, mostra o número de pessoas residentes em cada domicílio.

Gráfico 3 – Número de pessoas residentes na casa das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

No cômputo de pessoas arroladas contam os filhos, parentes, pais, sogro, sogra, avós, pessoas enfermas, acamadas e pessoas com deficiência. O número total de filhos e familiares difere dos que estão em casa. Tal situação acaba por reconfigurar as relações sociais e familiares e os papéis culturalmente atribuídos a homens e mulheres, o que aprofundaremos no item seguinte.

4.2 OS QUE VÃO... A SAÍDA DOS HOMENS DE SEU ENTORNO FAMILIAR E O PROCESSO DE “DESSOCIALIZAÇÃO”

Geralmente, os maridos, companheiros e/ou filhos, ao deixarem o local de origem, passam por um processo de “dessocialização” das relações sociais de origem e “ressocialização”, nas relações sociais de destino (MARTINS, 1986), ocasionando uma constante alteração e ou reformulação de valores, a partir da interação com o local de destino.

Da mesma forma, as mulheres que ficam passam pelo processo de redefinição de seus papéis assumindo, assim, uma duplicidade de suas socializações, ao desempenharem as atividades antes atribuídas aos companheiros, principalmente as de âmbito público.

Ao perder seu lugar de cidadão no entorno familiar, local onde nasceu, cresceu, estudou e se preparou para ingressar no mundo do trabalho, ao ter seu direito (ao trabalho) negado, o migrante é descredenciado de reconhecimento e visto com discriminação pelas políticas públicas de seu Município, pois a cidadania, apesar de estar assentada em princípios de igualdade política, jurídica e social, na realidade dos migrantes, configura um espaço em que a “igualdade prometida pela lei reproduz e legitima a desigualdade” (BAPTISTA, 1997, p. 19).

A migração, quer seja definitiva ou sazonal, ao invés de libertar o trabalhador de uma situação de opressão, muitas vezes produz a passagem de uma estrutura de dominação para outra. Na cidade onde ele chega para trabalhar, também ocorre uma segmentação.

A migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários. Não há criação de um cidadão livre dotado de direitos iguais. Não somente as amarras de classe impedem a verdadeira cidadania. Aquelas relativas ao gênero e raça/etnia igualmente forjam a ausência de direitos (MORAES SILVA, 1999, p. 237).

O ânimo e a coragem de sair para trabalhar fora, nem sempre compensam, pois, as despesas no local do trabalho também são grandes e nem sempre são “cobertas” pelos grandes proprietários ou empregadores, como expressa o depoimento a seguir:

No meu ponto de vista nem sempre [vale a pena trabalhar fora] porque acaba que vai pra lá e a despesa lá é muito alta, tem que pagar aluguel, comida, e acaba que não sobra muita coisa pra mandar pra a gente não... Não tenho retorno pra falar que vale a pena e que compensa, não (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

O companheiro de Turmalina teve que voltar para casa, devido às péssimas condições de trabalho que desencadearam problemas de saúde, como revela o depoimento abaixo:

Não tem muito tempo, meu marido foi para Amazona trabalhar porque ... se trabalhar aqui ganhando isso, tem mês que ele ganha 600, 800, não dá nem para comer; e a gente precisa de remédio, preciso de roupa pra mim, pros meninos. Lá no Amazonas ele trabalhava mexendo com roçado, batendo veneno no mato, fazendo cerca, acho que era pras vaca. Meu marido foi lá só duas vezes, não pode mais ir porque intoxicou todinho de veneno. Eles não recebia equipamento de proteção, trabalhava [...] ele me disse que sofria igual um condenado, diz que nem banheiro tinha, que eles sofria. [...] Ele não quis voltar lá mais modo disso, porque ele disse que sofria demais, disse que quando chovia molhava tudo dentro do barraco (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

O relato acima expõe a situação de precariedade e exploração a que os migrantes se submetem. A sujeição do trabalhador a condições degradantes de trabalho é considerada condição análoga à de escravo pelo Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149 e configura crime. A Portaria nº 1.293/2017 do ministério do trabalho traz a definição dos termos citados no código penal, dentre eles a condição degradante de trabalho e Jornada exaustiva.

Condição degradante de trabalho é qualquer forma de negação da dignidade humana pela violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho. [...] Jornada exaustiva é toda forma de trabalho, de natureza física ou mental, que, por sua extensão ou por sua intensidade, acarrete violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os relacionados à segurança, saúde, descanso e convívio familiar e social (BRASIL, 2017, p. 1).

O trabalho é para o migrante a única saída possível no contexto de exclusão em que está inserido; ele necessita do trabalho para garantir a sobrevivência dele e da família, uma vez que a sociedade atribui a ele o papel de provedor. Excluído do trabalho, perde sua cidadania, o que repercute fortemente na sua autoestima, como expressa a canção poética de Gonzaguinha (citada por BAPTISTA, 1997, p. 19): “O homem se humilha se castram o seu sonho/ e o sonho é sua vida e vida é trabalho/ sem o seu trabalho o homem não tem honra/ e sem a sua honra se morre, se mata/ não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz...”

Ao serem indagadas sobre os processos migratórios dos integrantes de suas famílias, as mulheres entrevistadas compartilharam suas trajetórias.

Na verdade, nós compramos esse terreno aqui muito caro, aí o dinheiro que ele recebe não é o suficiente pra pagar de uma vez; aí tem que ficar juntando aos poucos pra ele pagar; aí ele vai juntando e mandando aos poucos pra garantir o nosso futuro (OPALA – CATUJI, 2021).

Uma constante em seus relatos é a necessidade que os familiares têm de migrar para sobreviver, devido à ausência de trabalho na região. De modo geral, são os maridos, companheiros, filhos e filhas das entrevistadas, residentes no Vale do Mucuri, que saem em busca de trabalho, com raras exceções como a de Larimar e Esmeralda que também já migraram

para trabalhar.

As migrações ocorrem, majoritariamente, para a capital Belo Horizonte e entorno, além de Estados próximos como São Paulo, Bahia e Espírito Santo. Na maioria das vezes, quem migra é o companheiro, realidade que podemos ver expressa nos relatos de Opala, Cianita e Turquesa.

Meu marido sempre sai para trabalhar, ele só vem aqui duas vezes no ano [...] só. Há cinco anos ele trabalha de pedreiro em Belo Horizonte. Desde quando nós começamos a namorar, ele arrumou um serviço de pedreiro lá e aí nós se juntamos, ganhamos o menino, e ele tá trabalhando lá até hoje. Hoje em dia sou eu e meu filho, com ele eu não conto muito, porque quando ele vem, fica no máximo 15 dias aqui, quando tem as férias de 15 dias, daí ele volta e só vem duas vezes no ano. É porque aqui nesse lugar não tem serviço [...] aí não tem jeito, tem que procurar fora mesmo (OPALA – CATUJI, 2021).

Opala é muito jovem. Tem 22 anos e é mãe de um menino. Conta que o companheiro migra desde que eram namorados; desde que moram juntos ele só vem em casa duas vezes no ano: “[...] quando eu tive o neném ele veio pra me dar uma força, mas depois ele teve que voltar, não tem como ficar porque ele trabalha fora”. Ela sobrevive com o auxílio do Bolsa Família e com a ajuda dos pais. Enquanto ele está fora, Opala busca lenha na mata, cuida da horta, limpa o terreno e planta mandioca.

Da mesma forma, o companheiro de Cianita trabalha em São Paulo há quatro anos, e quando vem visitá-la permanece, em média, 15 dias com a família.

Meu marido já trabalhou em Belo Horizonte no Laranjal, depois apanhando Caju e depois trabalhou numa usina cortando cana, num canavial. E agora ele tá trabalhando no Bananal cortando banana, lá em São Paulo, em agosto já vai fazer 4 anos. [...] Onde meu marido trabalha é muito longe pra ficar vindo...às vezes ele vem mas não demora muito, só fica 15 dias. Ele já trabalhou mais perto, mas às vezes começava a faltar as coisas dentro de casa e ele esquentava a cabeça falando que ele tinha que arrumar um serviço melhor, aí foi indo até que surgiu esse lá em São Paulo. É bom, só que é meio puxado [...] aqui não tem um serviço bom pra ganhar bem assim. Meus irmãos é a mesma coisa (risos), que nem agora mesmo foi dois pra Belo Horizonte (CIANITA – CATUJI, 2021).

Cianita é mãe de três filhos: dois meninos, um de 13 anos e outro de 9 anos e uma menina de 6 anos. Quando o companheiro começou a migrar, ficava fora de 7 a 9 meses, e agora já está fazendo quatro anos da última saída. Foi trabalhar em um bananal, em São Paulo e durante esse período só esteve uma vez com a família; ficou 15 dias e partiu novamente. Conta que a filha caçula sente muito a ausência do pai: “era tão grudada com ele que até adoeceu: ficava chorando e só perguntava por ele. Ela não podia ver uma moto vindo, que pensava que era ele vindo do serviço”. Cianita diz que sobrevive do auxílio do Bolsa Família e com o que

planta: legumes na horta, mandioca, faz farinha, mas tudo para subsistência. Às vezes, o marido manda dinheiro para as despesas.

O marido de Turquesa, que sempre migrou para trabalhar desde 2010, no momento da entrevista se encontrava em casa, devido a pandemia.

No caso aqui é o meu esposo que trabalha fora, agora no momento ele tá aqui por causa das condições que tá acontecendo [Pandemia de COVID 19] mas ele sempre saiu pra fora assim [...] ele tava indo pra São Paulo pra Sumaré [...] lá ele trabalhava de pedreiro, porque quando eles vão pra lá é o que eles acham lá pra fazer [...] trabalha lá um tempo, fica pra lá tipo uns seis meses, aí depois volta e fica aqui um tempo e depois volta de novo, às vezes fica lá até ano. Desde 2010 ele sai pra trabalhar [...] Isso já tem 11 anos [...] já tamos em 2021 (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

Turquesa (2021) ressalta que, quando ele foi a primeira vez, ficou com a menina pequena: “foi bem sofredor, porque ficou a responsabilidade toda nas minhas costas. Quando ele foi a menina não tinha nem um mês [...]”. Na ausência do marido, sobrevive com o auxílio do Bolsa Família e com o que colhe da roça de milho e feijão. Também cria animais: “tem galinha e porco”.

Ao falar sobre “Desigualdades de Gênero e Pobreza Feminina”, Ana Maria T. Valle (2011) estabelece uma diferença entre a distribuição interna dos recursos em uma unidade familiar. Para a autora, ocorre uma “cegueira de gênero” nos métodos de medição da pobreza, porque as mulheres e crianças, geralmente, passam mais necessidade, sobrevivem com mais dificuldade do que seus companheiros que trabalham fora, como é o caso relatado acima por Cianita e Turquesa, que permanecem em casa com toda a responsabilidade de criar os filhos. Além do marido, os irmãos e cunhados de Turquesa também saíram para trabalhar:

Meus irmãos também foram tudo embora, pra fora trabalhar, outros pra estudar. Meu cunhado também, o irmão do meu esposo tá pra lá. Uns tão em Indaiatuba no interior de São Paulo e tem uns em Sumaré (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

Seja por questões objetivas como a necessidade material de sobrevivência ou por questões subjetivas como melhoria das condições de vida, a saída dos migrantes opera mudanças nas relações familiares, influenciando os arranjos e papéis antes estabelecidos entre homens e mulheres no núcleo doméstico e no âmbito público.

Nos relatos, são mencionadas, mais frequentemente, as trajetórias ocupacionais dos cônjuges, ressaltando que a responsabilidade pelo sustento da família, é na maioria das vezes, dos homens.

Desde quando eu casei com ele, nós casamos em junho de 2007, em Janeiro de 2008 ele já saiu pra trabalhar. Ficou dez meses fora sem eu ver ele, só ligava uma vez por semana e foi assim esses anos todos, ele saía em Janeiro e só voltava em Dezembro. Ele ia pro Mato Grosso do Sul, pro corte de cana. Esse ano (2020) ele voltou para casa, no mês de março. Ele conseguiu um serviço fichado numa firma de Teófilo Otoni. [...] Ele conseguiu serviço, começou como servente de pedreiro, aí com dois meses já passaram ele pra apontador, e nos últimos tempos ele estava trabalhando de encarregado (HEMATITA – ITAIPÉ, 2020).

Em algumas situações, o esforço dos maridos e companheiros que saem para trabalhar, é compensado pela aquisição de imóveis e bens materiais que melhoram a qualidade de vida da família, como mostra o depoimento a seguir:

Melhorou, melhorou bastante, porque nós praticamente não tinha nada, hoje em dia nós tem carro, temos uma moto, temos casa na rua e casa na roça, temo plantação aqui na roça, graças a Deus nós temos as coisinhas que é de nós hoje em dia. Tudo graças as saídas dele para trabalhar (CRISTAL – ITAIPÉ, 2020).

Ou ainda, a renda obtida pelo trabalho do companheiro possibilita aquisições de eletrodomésticos e ou utilidades domésticas.

Com a saída dele às vezes melhora um pouco...que nem agora, no ano passado ele teve aqui e os meninos tava querendo que ele comprasse uma televisão aí ele foi e comprou... (CIANITA – CATUJI, 2021).

Ao falar sobre a migração do companheiro, Esmeralda compartilha também sua experiência própria de migração.

Então, meu esposo saía pra trabalhar no interior de São Paulo e hoje já tem 11 anos que ele não sai mais. Era para o corte de cana. Uma vez eu fui junto, cheguei a cortar cana, mas eu cortei a cana crua, quando foi pra queimada eu desisti. Ele foi umas cinco safras, aí depois que a menina nasceu, ele só foi mais um ano, paramos e viemos aqui para a cidade de Itaipé. Chegou um tempo ele foi pra Belo Horizonte trabalhar de servente de pedreiro, eu acho que foi a última vez que ele foi pra fora. Depois ele trabalhou de vigia noturno e fez curso pra ser motorista escolar, e agora com essa pandemia tá todo mundo parado (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020).

Assim como no caso de Esmeralda, os companheiros de Hematita, Cristal e Celetista, conseguiram trabalhos na localidade e não migram mais. Alguns aprenderam novos ofícios e atendem a demandas na região como pedreiros; outros conseguiram empregos de vigia noturno, motorista escolar e “encarregado”.

Primeiro ele trabalhava no corte de cana, mas isso faz muito tempo. Era quando o meu menino tinha oito meses, agora tá com 13 anos. Quando ele foi para o corte de cana ele ficava lá 9 meses sem eu ver ele. Tinha dia que ele ligava para mim chorando, ele ficava com muita vontade de vir embora, mas não tinha jeito de vir embora porque a situação não dava. Depois ele ficou um tempo aqui em casa, aí ele ia para Belo

Horizonte trabalhava um mês, dois meses, ficava aqui 15 dias trabalhando na roça, até que Deus abençoou que ele aprendeu trabalhar como ajudante de pedreiro e aí agora ele trabalha aqui de pedreiro e serviço não falta para ele. Agora todo mundo quer ele para trabalhar, graças a Deus! (CRISTAL – ITAIPÉ, 2020).

Cristal ressalta o fato de seu companheiro ter aprendido a trabalhar como pedreiro, ofício que, segundo ela, tem demanda na região. O companheiro de Celetista também deixou de migrar para longe, ao conseguir trabalho em fazenda próxima.

Quem sai pra trabalhar fora [da propriedade] aqui em casa é só meu esposo. Ele trabalha na Fazenda Sul América. É aqui perto de casa mesmo. Ele já trabalhou pra fora [migrrou], mas foi nos anos 2000 a 2005. Foi pra Bahia, no corte de cana. Ele ficou uns cinco anos nessa. Agora ele tá trabalhando aqui mesmo (CELETISTA – SETUBINHA, 2021).

Os companheiros das entrevistadas desenvolvem, em geral, múltiplas atividades e já migraram para diversas cidades. Na sua maioria, trabalharam com corte de cana, apanhando café, laranja, em bananais e inclusive na colheita de caju. Outra função recorrente que aparece nos depoimentos é a de pedreiro. A maioria já migrrou ou ainda migra para Belo Horizonte e interior de São Paulo. Além disso, alguns vão ou já foram para os estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Espírito Santo. As temporalidades das migrações têm bastante relação com as distâncias percorridas, mas a maioria dos homens retorna ou retornava com alguma regularidade, à exceção da experiência de Rubi que o companheiro não retornou: “Meu marido, já tem muito tempo que ele saiu daqui. Ele saiu pra trabalhar fora, mas até agora não voltou, não tá mais aqui não” (2021).

Na vida de algumas mulheres participantes da pesquisa, tais como Morganita, Turmalina e Alexandrita, os processos de migração perpassam situações complexas, como saída precoce dos filhos no caso da primeira.

Ele [marido] foi trabalhar no Espírito Santo, na colheita de café. Mas, o muito que ele trabalhou fora foi um ano, não trabalhou mais fora não, ficou aqui mesmo. Meus filhos foram para Bahia trabalhar no corte de cana. Eu tive 7 (sete) filhos, quatro mulheres e três homens. Dois saíram pra trabalhar fora, os outros casaram e foram embora. As meninas foi tudo embora, só ficaram dois filhos morando aqui perto de mim. Eles saíram por causa de emprego, porque que aqui não tem, aí eles saíram, chegou lá arrumou emprego e lá eles ficaram (MORGANITA – SETUBINHA, 2021).

Turmalina passou muitas dificuldades durante o período que seu companheiro trabalhou fora, contudo, devido a problemas de saúde, ele acabou retornando para trabalhar mais perto.

Eu tenho 23 anos de casada, e nesses 23 anos de casada meu marido ficou pra fora trabalhando em corte de cana pra ganhar dinheiro e sustentar os meus filhos. Quando achava serviço ganhava só pro leite dos filhos. [...] Agora, meu marido não tá podendo mais sair para trabalhar longe, por causa dos meus problemas de saúde. Ele foi trabalhar em Belo Horizonte para acabar de reformar a casinha para nós. (TURMALINA – ITAÍPE, 2020).

Alexandrita (2021) engravidou com 15 anos da primeira filha. O relacionamento não deu certo “aí arrumei outra pessoa e tornei engravidar e por aí foi até ganhar quatro filhos...”. O atual marido migrava para o corte de cana, ficava nove meses por ano fora, mas hoje não sai mais: “pra gente se comunicar era uma tristeza, era por carta, as vezes quando a carta chegava em São Paulo ele já tava chegando aqui. Eu ficava naquela angústia e pensava, eu aqui com essas crianças tudo pequena e meu marido embora, não sabia nem se voltava, aí passava nove meses ele chegava e eu me sentia bem de novo”. A filha mais velha de Alexandrita casou e mora em Belo Horizonte, o outro filho estudou até o segundo grau e saiu para trabalhar em São Paulo, e os dois menores moram com ela. Atualmente ela e o marido trabalham na roça, criam galinha, porco, vaca e “mexem” com leite. No entender dela, antigamente, o corte de cana rendia mais para o sustento, “hoje praticamente você não ganha nada”.

Na experiência de outras três entrevistadas, Rubelita, Ambar e Jade, os migrantes são os filhos e filhas que saíram em busca de trabalho: “Eu tenho um filho que trabalha em São Paulo e outro trabalhava em Belo Horizonte. Mas agora esse veio embora para roça e o outro ficou em São Paulo” (AMBAR – ITAÍPÉ, 2020). No mesmo sentido, Rubelita afirma:

É que eu tenho cinco filhos fora... quatro é homem e uma menina que mora em Belo Horizonte. Os quatro moram no interior de São Paulo e a menina em Belo Horizonte... o mais velho saiu ele tinha uns 16 anos, um saiu com 19, o outro saiu acho que já tinha 20, o outro já tava com 21. A menina saiu mais nova, saiu com 18 anos. O mais velho trabalha em Usina, lá em Ibaté, com corte de cana. Ele mora lá com a minha mãe que mudou pra lá, e só vem aqui a passeio. Três meninos moram em Porto Ferreira, em São Paulo, um trabalha fichado e os outros dois trabalham a dia mesmo, por hora. A menina trabalha numa padaria lá em Belo Horizonte e mora com a tia dela. Se não sair assim, não arruma coisa boa, tem que sair pra arrumar uma coisa melhor (RUBELITA – ITAÍPÉ, 2020).

Assim como os filhos e a filha de Rubelita, os de Jade também migraram na busca de trabalho, como ela nos conta no relato a seguir:

Eu tenho quatro filhos, só que foram embora trabalhar, tão trabalhando em Nova Serrana. Eles ficam lá direto, só vem aqui final de ano, vem passá comigo aqui e volta de novo. Fazem três anos que dois saíram e agora em dezembro saiu o outro. Dois dos três trabalha em serralheria...a filha trabalha na fábrica de sapato (JADE – SETUBINHA, 2021).

É possível constatar uma diferença no aspecto da temporalidade entre as migrações dos companheiros e dos filhos e filhas. A exceção de Rubi, que seu companheiro não voltou mais, os demais configuram migração sazonal ou temporária, retornando de tempos em tempos, mesmo que por um pequeno período. Já no caso da migração dos filhos e filhas, em geral, trata-se de migração mais definitiva, em que esses se estabelecem em outras cidades ou estados na busca de melhores condições de vida e trabalho. Assim como no caso dos companheiros, os filhos e as filhas migram majoritariamente para Belo Horizonte e interior de São Paulo.

4.3 O QUE MUDA COM A SAÍDA DOS HOMENS DE CASA – A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Os estudos feministas sobre trabalho e gênero, que tiveram sua centralidade durante as décadas de 1970 a 1990, trouxeram para o centro do debate a noção de divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), como decorrente das relações sociais de sexo que se caracterizam por um homem provedor e uma mulher cuidadora, numa dicotomia público/privado.

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho aplica-se para analisar a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios, atividades e nas profissões, sendo naturalizada a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera privada ou reprodutiva. As autoras consideram as variações no tempo e no espaço dessa distribuição diferencial e como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Conforme Kergoat (2003), essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: “o princípio de separação” (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o “princípio de hierarquização” (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Para a autora esses princípios são legitimados pela ideologia naturalista, baseada no destino natural da espécie, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuais.

Nos relatos das entrevistadas, foi possível identificar tanto o princípio da separação, quanto o da hierarquização. O primeiro aparece através da classificação que elas mesmo operam da noção de “trabalho de homens” e “trabalho de mulheres”, evidenciando a naturalização da divisão sexual do trabalho, mesmo quando estão se referindo a atividades que elas também exercem.

Não, não tenho [trabalho ou emprego]. Eu trabalho na zona rural aqui mesmo, ajudando meu esposo, nas atividades que eu consigo ajudar ele, mas digamos assim

mais leves... plantação de feijão [...] colheita de café, ajudo mexer o café no terreiro, que é um serviço mais leve assim pra mulher. Só trabalho aqui na minha propriedade mesmo. Eu fico aqui na minha casa, na minha propriedade mesmo (HEMATITA – ITAIPÉ, 2020).

Foi impactante ouvir o entendimento de Hematita sobre trabalho: ela planta feijão, colhe café, “mexe” o café e faz todo o serviço de casa e responde “Não, não tenho trabalho”!

Fica explícita uma naturalização da designação de tarefas consideradas como “mais leves” para as mulheres, somadas a todas as responsabilidades das tarefas relativas ao trabalho doméstico e ao cuidado. Neste sentido, Ana Maria Valle (2011) ressalta que essa diferença no uso do tempo para as mulheres pobres, afeta de forma negativa a sua qualidade de vida, na medida em que se desdobra em múltiplas jornadas de trabalho, sem ao menos reconhecerem o que é trabalho.

Por sua vez, Naila Kaber (1998) destaca que para compensar as limitações das medições da pobreza é necessário levar em conta as diferenças entre “ser” e “fazer” dentro da família, pois a vida das mulheres é regida por restrições sociais, direitos e responsabilidades diferentes e mais complexos do que os homens. A dinâmica do cotidiano familiar é constituída por relações de gênero e estas têm se edificado sobre relações de poder.

Em geral, é possível perceber o princípio da hierarquização (KERGOAT, 2003), tanto nos relatos que não consideram o trabalho doméstico enquanto trabalho, quanto os que dão menor importância aqueles desenvolvidos pelas mulheres. Essa compreensão está presente também nos relatos de Turmalina (2020): “Eu não trabalho, só trabalho em casa mesmo, cuidando. Só o meu marido que trabalha quando ele acha alguns 'biquinhos”.

Em outros relatos, a contradição da divisão sexual do trabalho fica evidente, ao falarem de suas trajetórias. No cotidiano de várias mulheres não existe, na prática, a diferenciação entre “trabalho de homem e trabalho de mulher”.

Ô moça, vou te falar bem a verdade, estudar eu não estudei, trabalhar... tudo quanto é serviço eu vou: colheita de café, trabalho por dia plantando muda de eucalipto, serviço de foice, de machado, qualquer coisa que eu achar, eu tô indo, não fico parada não. [...] quando tem serviço a gente fica sabendo, sempre os amigos fala com a gente: ei, fulano tá precisando de um serviço pra trabalhar, aí nós pega e vai. (JADE – SETUBINHA, 2021).

As experiências de Jade e Morganita foram permeadas por trabalhos considerados “de homem” desde suas infâncias, como é possível depreender do relato abaixo:

Olha, agora eu não trabalho mais [...] eu trabalhei muito e agora pela idade eu não aguento mais, porque eu sou muito doente moça [...] consegui me aposentar e vivo

tomando remédio direto. Eu trabalhava aqui na roça, comecei a trabalhar com a idade de 13 anos, no cabo da enxada. Trabalhava pra nós mesmo né, criei 7 filhos no cabo da enxada e no cabo da foice. Aí depois surgiu a Sul América, aí eu trabalhei 7 anos colhendo café. Ia nós dois trabalhar, levantava às 3 horas da madrugada pra fazer a boia pra levar e os meninos ficavam em casa. Trabalhei muito: colhia café, plantava, na enxada, na foice, tudo quanto é serviço eu fazia. Até cerca eu fazia! Hoje eu não trabalho, mas tenho uma vontade de trabalhar! (MORGANITA - SETUBINHA, 2021).

Quando as atividades desempenhadas pelas mulheres são no terreno da própria casa ou na propriedade, geralmente são para a subsistência da família. O trabalho desenvolvido é manual, artesanal e não gera ganhos financeiros. Uma das alternativas que encontram para obter renda é trabalhar durante as safras na “panha” do café, como relata Safira.

Eu trabalho só pra mim mesmo, na roça. Planto mandioca, feijão, hortinha [...] só pra nossa despesa. E tem banana também... quando vem alguém querendo comprá banana tem hora que os meninos vende. Nós tava pegando café e ganhava algum trocado. [...] Nós era em 16 mulheres que tava indo, só que tinha homem também e um bucado foi saindo (SAFIRA – CATUJI, 2021).

Algumas mulheres que possuem uma rocinha em sua propriedade (feijão, milho, mandioca) contam com a ajuda de familiares, como é o caso de Turquesa (2021) “nessa parte da colheita é meu sogro e meus pais que ajudam”. A produção normalmente é para consumo próprio, uma vez que é pouca ou mesmo em função dos baixos preços que conseguem pelos produtos.

Devido às dificuldades de encontrar trabalho e o baixo valor pago pelo dia/hora de serviço, muitas mulheres trabalham na lógica da troca, ou seja, algumas comunidades ainda optam por manter práticas de troca e reciprocidade, como podemos constatar no depoimento de Opala:

Eu não queria isso não [que o marido fosse trabalhar fora], mas não tem outro jeito, porque se ficar aqui não tem serviço, aí o jeito é sair fora pra trabalhar mesmo, por que aqui ninguém acha, a gente não é rico... eu mexo com mandioca aqui mesmo, limpo a hortinha, é pequena porque tá faltando água, mexo com as lida da casa, e às vezes trabalho pra alguém no mandiocal, por dia ou por hora. Paga 50 [dia], mas é muito sofrido também. Quando eles vão fazer farinha, eu dou uma força, uma ajuda, eu ajudo a arrancar, a raspar a mandioca, mas não pra receber, só pra ajudar mesmo, um ajuda o outro (OPALA – CATUJI, 2021).

O fato do marido de Opala trabalhar fora, e ela ficar sozinha como responsável pelo sustento da família repercute diretamente no que Ana Maria Valle (2011) denomina “pobreza feminina”, ao constatar que ocorre uma desvantagem de gênero na vida dela: sendo mãe e tendo que exercer os trabalhos de cuidado, Opala é discriminada do mercado de trabalho formal,

dispõe de pouco tempo para estudar e se aperfeiçoar tecnicamente uma vez que toda a responsabilidade da unidade familiar recai sobre ela.

Discriminação em relação a trabalho também é sentida por Rubi:

[...] Tem um tio meu que às vezes me chama pra trabalhar um dia ou dois, aí eu vou...R\$ 30 (trinta reais) por dia, é só nas roças mesmo. Já tem muito tempo que ninguém mais chama a gente pra trabalhar. Era bom se tivesse um emprego pra as pessoas trabalhar, mas não tem [...] (RUBI – CATUJI, 2021).

É importante identificar as desvantagens que sofrem as mulheres em relação à acesso a recursos e a trabalho remunerado. Ocorre uma desigualdade de gênero no que se refere à oportunidades para mulheres pobres, pois as elas sempre esbarram nas limitações da dinâmica familiar tendo em vista que o cuidado nas unidades domésticas é sempre atribuído à elas. Neste sentido, corroboramos com Marcela Lagarde para a qual:

[...] o gênero feminino é aquele que mais trabalha, recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho, enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social, possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (LAGARDE, 1996, p. 170).

Por sua vez, para Helena Hirata (2010), não se pode discutir a divisão social e sexual do trabalho entre homens e mulheres sem associar essa divisão à repartição do saber e do poder entre os sexos. Os depoimentos das entrevistadas demonstram uma assimetria entre os sexos, que resulta nas desigualdades de gênero, ou seja, a produção e remuneração do trabalho está vinculada ao masculino, e a reprodução, o trabalho sem remuneração, o papel do cuidado como naturalmente feminino.

Na ausência dos companheiros, porém, fica evidenciado que elas assumem automaticamente as tarefas e responsabilidades que antes eram desempenhadas pelos homens, ficando com a dupla carga de responsabilidades.

Era só eu pra manter a casa, tudo. Muita responsabilidade. Quando ele tava, ele me ajudava em algumas coisas, depois que ele saiu eu tive que me virar sozinha, aprender lidar com conta de casa que isso era ele, tinha que saber fazer as contas certinho, deixar tudo certinho pra não faltar nada em casa (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020).

Como exposto por Esmeralda, atividades como o gerenciamento do dinheiro e das contas da casa, que antes eram assumidas por seu companheiro, como a manutenção da casa e dos filhos, passaram a ser sua responsabilidade.

Turmalina, no mesmo sentido, afirma que além da manutenção da casa, passa a manter

a horta familiar, devido à falta de dinheiro para comprar mantimentos, bem como trabalhar fora arrancando feijão em outras propriedades:

Ô minha fia [...] muita coisa que ele fazia eu tive que fazer [...] igual esse negócio da hortinha, eu tive que fazer porque não dá pra gente comprar [...] eu tinha que buscar lenha, eu tinha que trabalhar pra os outros rancando feijão [...] plantar feijão lá na terra do meu pai e arrancando feijão [...] e agora, graças a Deus é ele que faz [...] eu não tinha água encanada em casa, tinha que buscar água bem longe lá no rio, lavar roupa no rio buscar água no rio (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

Constata-se a sobrecarga gerada pela saída de seu companheiro, o que não aconteceria se fosse ela que tivesse que sair de casa. Ou seja, os homens dificilmente assumem as tarefas atribuídas culturalmente às mulheres, quando estas saem de casa.

Cianita também ressalta as dificuldades com a falta de água encanada como sendo central na sobrecarga de trabalho, quando os homens saem; trabalhos considerados perigosos e pesados tem que ser assumidos por elas sozinhas: “É, eu tenho que fazer tudo mesmo, assumir tudo, olha aquela caixa que tá ali em cima e acaba sujando, porque do poço é pouca água aí direto ela tá suja eu tenho que subir lá em cima para limpar ela e é ruim” (CIANITA – CATUJI, 2021).

Alexandrita, de forma semelhante, destaca o papel central das mulheres na manutenção da vida familiar, quando os homens saem.

Geralmente, hoje não é mais assim, mas antigamente, quando o homem saía, as mulheres tinha que ser a frente de tudo, não tinha como a gente pagar alguém pra fazer pra gente, então a gente mesmo tinha que pegar no pesado (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Em todas as falas fica evidente a múltipla jornada de trabalho assumida pelas mulheres que se encarregam dos cuidados da casa e dos filhos, assegurando a unidade e os vínculos familiares e a responsabilidade pelo sustento, quando os companheiros não enviam dinheiro para as despesas.

Os papéis sociais destinados para homens e mulheres continuam sendo reproduzidos, e nesse sentido Victória Camps (2001), lança uma questão polêmica afirmando que, ao longo dos dois últimos séculos, ocorreu um movimento muito significativo de saída das mulheres do espaço privado para o público, mas não foi acompanhado do movimento inverso, ou seja, dos homens, cujo espaço é o público, adentrarem o espaço privado para dividir as tarefas domésticas com suas companheiras. Enquanto não ocorrer esse movimento, ainda permanecem as desigualdades entre homens e mulheres, evidenciadas no cotidiano através da divisão sexual do

trabalho, da dupla jornada de trabalho, dos baixos salários, da violência doméstica. Em outras palavras, o gênero feminino é o que mais sofre com as desigualdades sociais, que por sua vez são refletidas na injusta divisão sexual do trabalho.

Nos relatos das participantes da pesquisa é possível identificar essa desigualdade.

Eu fazia o que podia, ficava sozinha e as crianças eram pequenas [...] Então as crianças iam pra escola e era aquele sofrimento que a gente não tinha as coisas [...] aí ele mandava dinheiro, eu fazer a feira que eu não podia trabalhar, não tinha como, nossa [...] era uma tristeza. Tudo, tudo tinha que ser eu, porque a gente tinha criação e eu tinha que cuidar, eu tinha que tirar leite, tudo era eu (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Alexandrita conta as dificuldades de ter que cuidar sozinha dos filhos pequenos em meio a tantas responsabilidades, como a manutenção dos animais, e a falta de condições financeiras. No mesmo sentido, Turquesa ressalta que, com a saída dos homens, as mulheres ficam com responsabilidade, ao mesmo tempo, de pai e de mãe.

Eu fiquei com ela [filha pequena] aqui, eu tinha que me virar pra levar ela no médico se precisasse, essas coisas [...] então dificultou bastante eu sofri bastante [...] muito ruim a gente ficar longe e ficar com aquela responsabilidade toda com a criança, então não é fácil. A gente mora no sítio, tem galinha, tem porco, tem que tá cuidando, eu tenho que cuidar porque não tem com quem ficar, aí eu tenho que cuidar da casa [...] acaba que a gente fica com uma responsabilidade praticamente de pai e mãe principalmente na criação dos filhos (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

Vários relatos apontam que o envio de dinheiro pelos migrantes para suas famílias nem sempre era imediato ou regular, como Cristal nos conta no trecho a seguir:

[...] quando ele saía era muito corrido, eu tinha que cuidar do café que nós têm, das crianças, tinha que ir na rua para resolver problema, levar criança para vacinar, essas coisas tudo eu fazia só. Minha fonte de sustento na ausência dele era [...] a gente tem café, tem mandioca, eu faço farinha eu faço goma, eu panhava café pra mim e pra outras pessoas até ele arrumar o dinheiro e mandar para casa (CRISTAL – ITAIPÉ, 2020).

Na experiência de Ametista, o companheiro contribuía só de vez em quando com o sustento da casa, quando saía para trabalhar:

[...] no caso quando ele sai a gente tem que ficar na roça trabalhando. No caso que ele não tá, não dá pra gente pagar uma pessoa porque a gente não ganha nada [...] aí a gente mesmo que tem que lutar. Pra mim não mudava nada que, no caso, eu tinha os meninos pequenos então não podia sair pra ganhar um dinheiro, não tinha jeito de eu sair, só de vez em quando assim ele mandava dinheiro pra mim fazer compra. Ele ficou uns dois anos pra lá [...] vinha aqui às vezes, no final do mês ou quando dava Natal [...] (AMETISTA – CATUJI, 2021).

Dessa forma, a saída do companheiro implicava em uma piora de sua condição em todos os sentidos, uma vez que precisava “lutar”, como a própria diz, e não conseguia sair para trabalhar porque tinha os filhos pequenos e, somente de vez em quando, o companheiro e pai de seus filhos enviava dinheiro para compra de alimentos. Rubi apresenta relato semelhante: “Quando ele sai (silêncio prolongado) às vezes falta as coisas né... fica difícil. Ele parou de mandar dinheiro, ele não manda mais não. Antes, tinha vez que ele trazia pra gente comprar alguma coisa, agora, não manda mais não” (RUBI – CATUJI, 2021). Nessas situações as mulheres que assumem sozinhas a chefia de suas famílias encontram-se em situações muito precárias, pois, ao se tornarem únicas responsáveis por todos os aspectos de manutenção e criação dos filhos, passam por grandes dificuldades.

Para Dominique Shwebel (2007), o trabalho doméstico pode ser definido como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e à reprodução do cotidiano – cozinhar, limpar, lavar, entre outras, e que são executadas no contexto da família, domicílio conjugal e parentela. É um trabalho não remunerado, realizado essencialmente por mulheres.

Com a migração, é possível identificar mudanças na divisão sexual do trabalho no âmbito da separação dos trabalhos, uma vez que as mulheres assumem atividades antes desenvolvidas por seus companheiros, mas não na hierarquização, pois o trabalho que eles desenvolvem continuam sendo mais valorizados.

Ô minha fia [...] muita coisa que ele fazia eu tive que fazê [...] igual esse negócio da hortinha, eu tive que fazer porque não dá pra gente compra [...] que tinha que buscar lenha, eu tinha que trabalhar pros outros arrancano feijão plantar feijão lá na terra do meu pai e arrancando feijão [...] e agora, graças a Deus é ele que faz eu não tinha água encanada em casa, tinha que buscar água bem longe lá no rio, lavar roupa no rio, buscar água no rio (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

Fica evidenciado, nos relatos, que na ausência dos companheiros é comum o acúmulo de atividades sob a responsabilidade das mulheres, como exemplifica Larimar:

[...] quando ele está fora, muitas coisas tipo em casa mesmo, as vezes estraga um chuveiro, aí você tem que arrumar [...] as vezes tem quintal para capinar e você que tem que fazer, aí deixa umas galinhas pra gente cuidar, porque é coisa deles, que eles mexem, aí a gente tem que ter responsabilidade, é muito duro, é muita responsabilidade (LARIMAR – SETUBINHA, 2021).

De modo geral, o que ocorre é a sobrecarga para as mulheres, que precisam assumir funções de cuidado dos filhos, manutenção da casa, da propriedade, dos animais e ainda se tornarem responsáveis pelo sustento do dia a dia. Como relata Cianita: “eu tenho que fazer tudo mesmo, assumir tudo”.

Na ausência dele as dificuldades eram mais por causa das crianças, porque as criança era pequena, tava com um de três anos e a menininha recém nascida. Minha dificuldade era mais pra cuidar das crianças sozinha. Era só eu pra manter a casa, tudo. Muita responsabilidade (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020).

A diminuição da carga de trabalho atribuída as mulheres “que ficam” não diminui com o retorno deles, como pode ser observado na fala: “quando ele vem aí eu vou cuidar da casa, vou cuidar dos meninos e ele vai cuidar do serviço dele” (CELETISTA – SETUBINHA, 2021).

Depoimentos contrários são expressos por Hematita, Alexandrita e Safira, ao contarem que muda tudo quando os companheiros chegam.

[...] quando ele chegava [...] nossa, mudava tudo né (risos), era muito bom quando ele chegava, [...] o que tinha aqui da lavoura pra resolver, ele resolvia tudo, aí eu descansava nesses dias. Porque a colheita de café que é serviço de homem, ele tomava conta, arrumava os companheiros pra ajudar [...] e quando ele saiu eu quem tive que tomar conta (HEMATITA – ITAIPÉ, 2020).

Para Alexandrita, os homens são a “estrutura” da casa. O serviço da roça alivia com a chegada dele e tudo muda:

Quando ele chega muda a rotina, tudo né, tudo, porque o marido é a estrutura da casa, então mudava tudo, tudo, tudo [...] Aí a gente podia fazer uma feira melhor, e era tudo bem graças a Deus. Exemplo, quando ele tá em casa, ele faz o serviço da roça eu não precisava fazer, aí eu só cuidava da casa e dos filhos né, aí é bom demais cê entendeu? (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Como é possível perceber nos relatos de Hematita, Alexandrita e Safira, as mulheres valorizam o retorno de seus companheiros ao lar, porque ocorre uma diminuição da sobrecarga de trabalho, ou seja, uma mínima divisão de tarefas na unidade familiar.:

Ah, ele estando aqui muda tudo! Porque tipo assim, vamo supor, eu fui buscar a lenha e mandei aquele menino lá [aponta para o filho] lavar as vasilhas pra mim. Se ele tiver aqui, ele vai pro mato e eu fico mexendo dentro de casa aí eu já adianto alguma coisa, mexer na cozinha pra fazer o que comer (SAFIRA – CATUJI, 2021).

A valorização e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos homens em relação ao das mulheres também pode ser percebida no relato abaixo, quando toda a aquisição financeira da família é atribuída aos trabalhos desenvolvidos por eles:

[...] quando ele sai pra trabalhar melhora a qualidade de vida cem por cento, cem por cento minha filha [...] depois que ele chegou, comprou a terra pra mexer com criação de gado, uma terrinha pra poder mexer com as vacas dele, ajudou muito!!! Comprou

uma moto [...] nós não tinha casa, nós fizemos a casa [...] antes a nossa casa ficava no lugar que era da mãe dele, que ela tinha dado. Aí ele trabalhou fora e comprou um outro pedaço de terra, mas é perto da nossa lá, a dele (CELETISTA – SETUBINHA, 2021).

A recorrência ao sujeito ele: “ele comprou”, “ele trabalhou”, “as vacas dele” pode dar a entender que Celetista considera o seu companheiro como único responsável pela melhora da qualidade de vida da família. Ao atribuir somente a ele a “melhora da qualidade de vida” e dizer que a saída dele para trabalhar “ajudou muito”, desconsidera todo o trabalho desenvolvido por ela mesma, dando suporte para que ele pudesse sair para trabalhar. Essa mesma narrativa está presente no relato de Cristal, quando diz que [...] hoje em dia nós tem carro, uma moto, casa [...] tudo graças as saídas dele para trabalhar (CRISTAL – SETUBINHA, 2021).

Da mesma forma, na afirmação feita por Hematita, tudo que conquistaram foi “graças as saídas dele para trabalhar”; “através dele sair [...] do salário dele, nós conseguiu conquistar muitas coisas [...]” (HEMATITA – ITAIPÉ). Contudo, tanto Hematita quanto Cristal, utilizam o sujeito nós, indicando que se consideram parte dessa conquista, por mais que o protagonista em suas falas ainda seja o homem.

Constata-se, em algumas famílias de mulheres entrevistadas, uma divisão do trabalho na qual a responsabilidade de cuidar e prover o sustento da família fica a cargo das mulheres, e o rendimento percebido pelos homens em seus trabalhos fora de casa é direcionado para aquisição de bens, construção de imóvel, compra de terrenos, veículos e eletrodomésticos, conforme declarado nos depoimentos.

É possível identificar que os processos migratórios dos que vão e das que ficam promovem uma divisão desigual do trabalho, principalmente no que se refere às lidas domésticas, à criação dos filhos e ao cuidado de idosos, pessoas com deficiência e doentes. Apesar da fala das mulheres reproduzirem a construção social e cultural do que seria trabalho de homem e trabalho de mulher, durante suas trajetórias de vida essa separação fica ambígua, uma vez que, em grande parte de suas vidas, elas também assumem as tarefas dos homens.

Quando o homem migra, geralmente é a mulher que fica responsável pelo cuidado dos filhos e da casa, assume a responsabilidade pela produção e reprodução material para sobrevivência, além de manter coesa a unidade familiar. Nos casos em que é a mulher quem migra, normalmente o homem não assume os cuidados dos filhos e da casa. A mulher procura na rede familiar ou fora dela outra mulher para assumir esse trabalho, como no caso de Larimar que, quando migrava, era a mãe quem cuidava dos filhos.

[...] minha vida toda foi mais trabalhando fora, só que para mim quando eu ia trabalhar fora eu trabalhava, só que eu nunca assinei carteira (trabalhava sem registro), porque sempre quando eu ia embora trabalhar eu tava grávida. [...]Aí eu ganhava a criança, aí eu ficava, aí eu deixava com minha mãe e arrumava outro emprego (LARIMAR – SETUBINHA, 2021).

Além da questão de ter que deixar os filhos para sair em busca de trabalho, o relato de Larimar denuncia a não observância dos direitos trabalhistas que garante a estabilidade provisória da gestante no emprego por um lapso temporal, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto conforme previsto no art. 391-A, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição Federal (Brasil, 1988). Tal fato evidencia formas de discriminação ainda vigentes em relação aos direitos das mulheres mesmo os previstos na norma jurídica.

Os depoimentos acima nos permitem inferir que, apesar de, na ausência dos companheiros e/ou filhos e filhas, a maioria das mulheres entrevistadas assumirem a reprodução e a produção material no cotidiano da unidade familiar, constata-se que, quando os homens retornam, elas continuam com a mesma rotina e passam a “ajudar” os homens nos trabalhos de produção e lidas nas suas propriedades, permanecendo com múltiplas jornadas de trabalho. Essa ideia de “ajudar” os homens confere uma inequidade de gênero porque, ao desempenharem as mesmas atividades que eles e não serem reconhecidas em suas aptidões, seu trabalho não é reconhecido nem valorizado, sendo reduzidas a meras coadjuvantes.

4.4 AS RELAÇÕES DE GÊNERO (E INTERSECCIONAIS) QUE SE ESTABELECEM NO DECORRER DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS: POBREZA FEMININA, “MÃES SOLO”, VIOLÊNCIAS, DISCRIMINAÇÃO, CARÊNCIA DE AFETO E SOLIDÃO DAS MULHERES QUE FICAM

4.4.1 Pobreza feminina, carência e solidão das mulheres que ficam

Os estudos sobre a pobreza, na grande maioria, a têm identificado apenas como ausência de recursos materiais. Entendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional, que não se restringe unicamente a esfera material e/ou econômica (salário, alimentação), mas extrapola para as dimensões subjetivas vindas ao encontro das necessidades básicas das pessoas tais como carências de proteção, de afeto, de oportunidades, de segurança, de lazer entre outras. Manfred Max Neef (1986) sugere que se fale de “pobrezas” no plural, pois, cada necessidade humana fundamental não satisfeita, gera uma pobreza humana: a pobreza de subsistência, de proteção, de afeto, de conhecimento, de participação entre outras.

O conceito de pobreza inclui ainda, a negação subjetiva da pobreza por parte dos pobres: na medida do possível, eles preferem não se reconhecer como tais. Para José de Souza Martins (1997) o que se chama de pobreza, em termos concretos, é privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade e privação de esperança.

Nesta perspectiva, as mulheres moradoras do Vale do Mucuri veem-se privadas de satisfazer algumas necessidades humanas fundamentais, tais como a convivência familiar incluindo a presença do cônjuge, que lhe supriria minimamente as carências de afeto, segurança e bem estar; privação de emprego, de liberdade para trabalhar e ter com quem deixar os filhos, privação de esperança de um futuro melhor que não dependa mais da migração dos seus companheiros ou filhos, em busca de trabalho para sobreviver.

A migração é um fenômeno em que os laços sociais e familiares são desatados e se cria uma cultura de ausência para aqueles que ficam (MARTINS, 1986). A cultura da ausência tem consequências tanto para aqueles que migram, como para aqueles que ficam. O migrante quando volta já não é o mesmo, devido às influências e novas sociabilidades construídas no local de destino, assim como as que ficam marcadas pelos impactos subjetivos da ausência.

As articulações entre migrações e emoções dizem respeito às marcas que tal experiência imprime na vivência emocional desses sujeitos e seus efeitos impactam as estruturas afetivas e relações familiares dos mesmos, além de atuarem sobre a dinâmica das tensões resultantes dos conflitos entre as estruturas normativas da sociedade de origem e a sociedade de destino desses (LOPES, 2019, p. 2015).

Inicialmente, trabalhamos com a ideia de que as migrações ocorridas nas famílias das entrevistadas eram migrações para trabalhos temporários sazonais ligados aos ciclos agrícolas, mas os depoimentos foram demonstrando, em muitos casos, uma migração mais duradora.

Além do trabalho sazonal nas colheitas (café, laranja, banana) e no corte de cana, o destino de muitos migrantes da região tem se voltado cada vez mais, para atividades na construção civil, indústria de sapato, serralheria, obras de asfaltamento, além de outros trabalhos mais permanentes no campo, como granjeiros.

As mudanças nas atividades desenvolvidas pelos migrantes acabam por afetar o tempo de convívio com as famílias. Além do aumento da distância em alguns casos, essas novas atividades de trabalho não permitem o retorno sazonal, uma vez que têm fluxo contínuo. Os migrantes que trabalham nessas atividades acabam ficando ausentes por um longo período, em alguns casos demorando anos para retornar, devido aos altos custos com a viagem, as precárias condições dos contratos de trabalho que não possibilitam descansos, tempo livre ou férias. O

retorno acaba sendo por pouco tempo, quando é possível, e, por vezes, esse distanciamento, além de gerar sentimento de tristeza, medo e incerteza, fragiliza os vínculos afetivos.

É o caso de Cianita, mãe de três filhos, que passou a morar com o companheiro aos 19 anos. Com as prolongadas ausências dele, ela declara: “olha, falar a verdade ele fica pra lá mais de anos quando ele chega ele quase não fica aqui então eu acho que a gente tá mais separado do que junto”. Quando ele começou a migrar, ficava fora de 7 a 9 meses, e agora, já está fazendo quatro anos da última saída. Cianita conta que ultimamente eles não estão se dando bem, porque ouviu comentários que ele tava... [com outra pessoa]: “não sei se é verdade, saiu uns comentários e eu não gostei, e a gente acabou discutindo, eu nem falo mais com ele... é os meninos que conversa com ele...” (CIANITA – CATUJI, 2021).

É muito comum os homens que permanecem tanto tempo fora do local de origem, formarem laços afetivos e constituírem outra família no local de trabalho. A fragilização dos vínculos, em alguns casos, chega a levar à indefinição e incerteza em relação à existência da própria conexão com a esposa e demais familiares. Quando perguntadas sobre seu estado civil, algumas participantes hesitaram em responder, como no caso de Rubi:

[...] Eu, casada? É e não é, porque é só nos padres, então eu sou solteira...[...] meu marido já tem muito tempo que ele saiu daqui e não tá aqui não.[...] “De primeiro ele ia e voltava mas agora não voltou mais não” [...] a gente vai acostumando, vai vivendo sozinha e vai acostumando (RUBI – CATUJI, 2021).

Em outros momentos, ela se refere ao pai de seus filhos como “meu marido” e expressa ainda em outras falas não saber se continuavam casados, apesar de se considerar casada com ele: “[...] eu não sei né, porque ele tá pra lá, aí ninguém sabe (risos) [...] Eu me considero casada, né... porque ninguém sabe... às vezes” (RUBI – CATUJI, 2021).

Essa incerteza quanto à conjugalidade deixa as mulheres em permanente estado de preocupação, tristeza, permeada de constante esperança pelo dia da volta, do sentir-se bem com a chegada do companheiro, o que é confirmado no depoimento de Alexandrita: [...] “Ah meu Deus, nem me fala era só tristeza... eu pensava eu aqui com essas crianças tudo pequena meu marido indo embora eu não sabia nem se voltava, ficava assim naquela angústia aí passava nove meses e ele chegava. Aí eu me sentia bem” (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Sobre o sentimento em relação ao marido ter que migrar em busca de trabalho, Turquesa revela: “no meu caso eu sinto uma tristeza, da gente não poder ficar junto o tempo todo. De poder compartilhar o dia, de ser uma família, dele sair pra trabalhar de manhã e à noite tá em casa. Então é uma mistura de sentimentos, de solidão, é muito ruim, eu não sei nem falar”

(TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

A solidão, o medo, a preocupação e a saudade são sentimentos constantes na vida das entrevistadas, em decorrência da ausência dos companheiros, em alguns casos levando ao adoecimento, conforme relatado nos depoimentos: [...] “Ah minha filha, eu cheguei ficar até depressiva, as coisa eu acho que hoje eu vivo nos controle de remédio é por causa que eu fiquei depressiva, me sentia sozinha sabe... Chorava muito (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

A mesma situação aconteceu com Hematita:

[...] “Eu ficava muito triste, chorava muito, preocupada com ele. Eu ficava bem preocupada, se tava tudo bem com ele. [...] É muito triste ficar sozinha. [...] porque aqui não tinha telefone e ele lá também não tinha telefone, então era só uma vez na semana que ele tinha folga e ele ia na cidade e me ligava, então eu ficava muito preocupada com ele, se tava tudo bem com ele lá (HEMATITA- ITAIPÉ, 2020).

Opala também sente falta do marido: [...] há cinco anos ele já sai pra fora... ele só vem aqui duas vezes no ano... [...] tem vezes que a gente escuta um barulho estranho... eu tenho medo, mas eu fico porque eu já acostumei (OPALA – CATUJI, 2021).

Hematita, por sua vez, relata a alegria do reencontro:

[...] “Quando ele chegava ...nossa, mudava tudo né (risos), era muito bom quando ele chegava, porque nós saía a noite, ia passear na rua...porque eu ficava sozinha aqui eu não saía, aí nós saía. E o que tinha aqui da lavoura pra resolver, ele resolvia tudo, eu descansava nesses dias. Porque a colheita de café que é serviço de homem, ele tomava conta, arrumava os companheiros pra ajudar” (HEMATITA – ITAIPÉ, 2020).

Apesar das décadas que marcam a diferença de idade entre as entrevistadas e o fato de viverem em comunidades diferentes, nos seus relatos diretamente ou nas entrelinhas, sentimentos como tristeza, solidão, saudade e incerteza, convivem com a esperança de melhorias com as saídas dos companheiros.

Uma situação muito marcante da pesquisa de campo foi quando me deparei na estrada com três mulheres, cada uma carregando pesados feixes de lenha. Estavam retornando da mata onde tinham ido bem cedo buscar madeira para cozinhar. A mãe (Safira) de 35 anos estava acompanhada da filha de onze anos e da vizinha, uma senhora de 70 anos e caminhavam debaixo do sol sustentando o peso nos ombros ou nas cabeças. Estacionamos o carro e elas pararam para conversar conosco, aliviando o peso momentaneamente. Tentei pegar o feixe de lenha e não tive forças para tirá-lo do chão. A cena me impactou por diversos motivos: primeiro, pela natureza da situação, ou seja, a mesma situação vivenciada por três gerações diferentes buscando a sobrevivência; segundo, a necessidade de ainda buscar no mato as condições para

preparar o alimento por não ter condições financeiras de cozinhar com gás, mesmo possuindo fogão e botijão; E terceiro, a naturalização da situação em que a vida e as condições de sobrevivência dessas três mulheres, assim como da maioria das mulheres que entrevistei e que vivenciam a mesma situação, ficam invisibilizadas e à margem de todo progresso proporcionado pelo século XXI. Sejam por questões estruturais, econômicas ou sociológicas os corpos que carregam o peso para garantir a comida na mesa continuam vivenciando opressões cristalizadas no espaço e no tempo.

4.4.2 A condição de “Mães Solo” – “ficam longe dos filhos, eles crescem e o pai nem participa do crescimento deles”

Uma característica marcante na experiência das “sujeitas” da pesquisa é a conjugalidade à distância. A maioria delas conheceu seus companheiros e tiveram filhos ainda na adolescência. Na ausência de trabalho na região, seus companheiros tiveram que migrar, deixando-as responsáveis pelos filhos e filhas. Devido a essa característica, a experiência das mulheres entrevistadas se assemelha à de mães solo:

Uma mãe torna-se solo a partir do momento em que há a ausência paterna no dia-a-dia de um filho, fazendo com a mulher seja a única ou principal responsável pela criança ou adolescente. Tal arranjo familiar pode ser dado por processo de escolha, no qual a mulher opta pela reprodução independente, excluindo a figura paterna da vivência da criança. Mas, na maior parte das vezes, ocorre por gravidez indesejada/não planejada, que segue sem o apoio do pai da criança ou ausência paterna após divórcio, término de relacionamento ou falecimento. Ainda, existe uma situação peculiar nos arranjos familiares: a presença do pai compartilhando o espaço e o dia a dia, mas todas as atribuições de afeto, cuidado, responsabilidade e formação recaem sobre a mãe (GROSSI; SANTOS, 2021, p. 13).

A nomenclatura “mãe solo” amplia uma discussão antes feita a partir do termo “mãe solteira”, carregado do machismo e patriarcalismo da sociedade do “século XX, em que a mulher – sobretudo a mulher casada – possuía seus direitos civis, sexuais e reprodutivos reduzidos e em sua maioria submetidos à vontade do marido” (BORGES, 2020, p. 1). Nesse contexto, o casamento era considerado a única possibilidade de constituição de família, e aquelas mulheres que por qualquer circunstância tinham filhos fora dessa instituição social, além de sofrerem as consequências materiais de criar uma criança sozinhas, eram estigmatizadas socialmente. A maioria esmagadora das mulheres entrevistadas não é ou se considera solteira; mesmo assim, o arranjo familiar construído a partir da migração coloca a maioria delas em condição de mães solo.

Nesse sentido, propomos a ampliação do conceito de mãe solo para englobar as

mulheres cujos companheiros migram, principalmente nos casos de uma migração mais perene:

Éeeeh, quando ele foi a primeira vez embora eu tinha só um menino, aí ele me deixou grávida e foi aí quando ele chegou o menino já estava correndo para todo lado nem conheceu o pai dele (risos). Ele chorou com medo do pai dele porque ele não conhecia (CELETISTA – SETUBINHA, 2021).

Além das consequências práticas da ausência paterna, como prover e dividir os cuidados com os filhos, ocorre a fragilização dos vínculos e o “estranhamento” com a figura paterna. Em outras situações as mães solo precisam lidar com o adoecimento e tristeza dos filhos com a ausência dos pais, como no caso de Cianita:

Estranha, nossa, essa aqui mesmo era tão grudada com ele que até adoeceu. Eu pensei que ela tava até com algum problema, porque ela ficava chorando e só perguntava por ele. E ela olhava nas estradas e não podia ver uma moto vindo que ela pensava que era ele vindo do serviço. Até essa moto aí que nem tava funcionando lá (risos) só tá um lixo aí, aí ela pegava e ficava na estrada olhando e falando é papai e quando via que não era ele chorava demais. E chorou demais e ficava perguntando, e às vezes ela até perguntou eu se ele tinha morrido, aí eu falei com ela que não. Aí falei com ela que ela fala com ele de vez em quando (por telefone) mas é porque ela era muito grudada nele aí ele saiu e demora pra vir (CIANITA – CATUJI, 2021).

O sentimento de tristeza também está expresso na fala de Ametista, quando se refere à ausência do companheiro na criação do filho. [...] “No caso tristeza né, por que fica longe dos filhos, e no caso cresce e ele nem participa do crescimento dos filhos” (AMETISTA – CATUJI, 2021).

As dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas, decorrentes dessa condição, foram agravadas pela pandemia. Segundo Grossi e Santos (2021),

[...] o advento e rápida evolução da COVID-19, no ano de 2020, afetou diretamente as mães solo. O fechamento das escolas obrigou estas mães a deixarem seus filhos em casa, muitos sem supervisão e sem uma ocupação, já que não houve uma adesão tão grande do trabalho remoto nas atividades mais básicas (GROSSI; SANTOS, 2021, p. 13).

A pandemia evidencia as desigualdades de gênero, acentuadamente no caso das mães solo, uma vez que além das tarefas dos cuidados, papel atribuído culturalmente às mulheres, o isolamento e fechamento das escolas obrigou-as a assumirem a orientação dos estudos dos filhos com o ensino em casa, como relata Cianita.

[...] ficou bastante puxado, modo de ensinar 3 (crianças) sozinha e cada um com uma tarefa mais difícil. Essa aqui (filha caçula) que tá no primeiro né, primeira série, nossa tá vindo umas coisas pra mim achar, que nem a dela, pra mim achar, que ela num sabe responder bastante difícil (CIANITA – CATUJI, 2021).

Vários estudos apontam como a pandemia da Covid-19 e o isolamento social afetaram mais as mulheres, tanto através da sobrecarga de trabalho como pelas condições de vida desiguais entre elas. “As mães solo de baixa renda que estão mais vulneráveis, que estão desempregadas ou se submetendo a atividades irregulares, ganhando salários menores para conseguir manter sua família” (GROSSI; SANTOS, 2021, p. 13).

Para o enfrentamento das desigualdades impostas às mães solo, é necessário o fortalecimento das políticas de proteção social visando principalmente os grupos mais vulneráveis e expostos a um maior risco de exclusão. O descaso na implementação das políticas públicas sociais ou a desestruturação das políticas existentes que dão suporte à reprodução do cotidiano, é uma forma de violência institucional que não está prevista no ordenamento jurídico brasileiro.

4.4.3 Violência e discriminação em relação às que ficam

Em nota técnica, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) chama a atenção para o crescimento da violência de gênero no Brasil e pontua que o fenômeno não é novo e nem circunscrito ao momento da pandemia.

São várias as formas de violências a que as mulheres estão submetidas. A Convenção de Belém do Pará (1996) define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 1996).

A Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, que trata especificamente da violência doméstica e familiar contra a mulher, cria em seu artigo 1º, mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Entretanto apesar de estar em vigor há mais de 10 anos, ainda são muitas as mulheres que desconhecem as modalidades de violência previstas na lei, e suas medidas de assistência e proteção. É possível verificar o desconhecimento a partir dos depoimentos das mulheres entrevistadas, a maioria das mulheres ao serem questionadas se tinham sofrido algum tipo de violência responderam que não. No entanto seus relatos estão permeados por diversas formas de violência, sem ao menos se darem conta.

Ao ser questionada se já tinha sofrido algum tipo de violência, Turmalina, após um silêncio prolongado relata que, no início, teve uma briguinha com o marido, “ele só prometeu me matar”, chegaram a se separar, mas depois voltaram. Considera que ele nunca a agrediu, demonstrando que, em seu entendimento, a ameaça não configura uma violência.

Na Lei Maria da Penha, esse tipo de ameaça pode ser considerada violência psicológica, “entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões” (BRASIL, 2006, p. s/n).

Assim como Turmalina, muitas mulheres não se dão conta do que é violência, acham natural o marido fazer uma ameaça ou compreendem que para configurar violência tem que ocorrer a agressão física desconhecendo as outras formas de violência constantes na lei.

Além da violência psicológica, o artigo 7º da Lei Maria da Penha enumera outras formas de violência sofridas pelas mulheres, dentre elas a violência física, moral, sexual e patrimonial. Em outro relato é possível identificar além da violência psicológica a física e patrimonial.

Tem umas mulher aqui que veve com homem que não ajuda. Tem umas que vive até apanhando, fica presa dentro de casa, tem umas mulher aqui que é muito sofredora, nem todas mas umas é... Tem uma mesmo que o marido teve que separar dela...O filho bateu no pai que tava batendo na mãe. Aí ele até saiu de casa...(Rubelita- Itaipé, 2020).

A violência física retratada no relato acima é definida no inciso I do artigo 7º da Lei Maria da Penha, como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal; como espancamentos, tortura, lesões com objetos cortantes ou perfurantes, tapas, socos, dentre outros.

É importante ressaltar que o ciclo da violência doméstica se desenvolve em fases, ocorrendo com determinada frequência tornando-se cíclico. Normalmente é composto por três fases: aumento da tensão; ato de violência, arrependimento e comportamento carinhoso. (IMP, 2018)¹⁸.

Interessante observar como Rubelita relata o caso de violência física em que o marido agride/bate na esposa. Em nenhum momento é expressa a ação por parte da esposa, é o marido que “teve” que separar, “ele até saiu de casa” porque o filho bateu nele para proteger a mãe. A narrativa invisibiliza a mulher, o que reflete mesmo que de maneira inconsciente o modelo androcêntrico das relações sociais arraigadas no cotidiano que legitima as ações masculinas.

¹⁸ Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>

Os relatos das entrevistadas trazem ainda outros tipos de violências, como a discriminação de raça/etnia:

Já sofri discriminação, muita, meu Deus do céu, muito, muito, muito! Ontem mesmo eu tava fazendo o questionário do curso (2ª graduação) e foi sobre isso, já sofri bastante, principalmente na infância [...] eu fui fazer uma entrevista em Teófilo Otoni, e tinha eu e uma outra moça, e eu percebi que eu não fui selecionada pro cargo que tava em aberto por causa da cor, porque nem chegou a me entrevistar e quando vi a menina já falou que a vaga era dela. Outra vez foi quando eu fui na lotérica pagar uma conta umas contas de água e luz e tinha uns boletos, a moça olhou pra mim de cima a baixo e perguntou se eu tinha dinheiro pra pagar aquilo tudo, aí eu me senti muito discriminada... na hora a gente fica triste né com aquela sensação de não poder fazer nada, mas aí depois vai passando (TURQUESA - SETUBINHA, 2021).

A fala de Turquesa mostra como sua vida foi e continua atravessada pelo preconceito da infância até a idade adulta e como ela convive com a sensação de não poder fazer nada além de sentir tristeza. O racismo e a discriminação em relação à indivíduos é crime inafiançável e imprescritível segundo o art. 5º inciso XLII da Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: **XLII** - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (CF, 1988).

O livre acesso à justiça assim como a gratuidade da assistência judiciária também é garantido constitucionalmente, mas a efetividade desses direitos ainda é distante do cotidiano de muitas mulheres por variáveis que perpassam desde o desconhecimento sobre como denunciar e a dificuldade para comprovar o crime até questões práticas como logística para deslocamento e dificuldade em acessar assistência jurídica gratuita.

O preconceito que estigmatiza e cria estereótipos também está presente no depoimento de Alexandrita:

Às vezes as pessoas que moram na cidade ficam falando, ficam tirando onda com a cara da gente...fala que a gente é pé de poeira...(risos). Significa que nós é pobre, significa que nós que mora na roça somos pobre e não tem condição de manter assim que nem uma pessoa da cidade (ALEXANDRITA - SETUBINHA, 2021).

Os relatos acima demonstram como os marcadores raça, classe e gênero, criam relações sociais distintas e como a sua intersecção marcam as diferenças e direitos entre os grupos sociais perpetuando desigualdades. As situações vivenciadas também provocam reações e estratégias de defesa como no caso de Esmeralda.

Depois que eu peguei a idade adulta não... [não sofria preconceito]. Mas quando criança, na escola, com a mãe doente [saúde mental], sofria bullying, mas depois que eu cresci aprendi a me defender, acho que não... [não sofre mais discriminação/preconceito] (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020).

Kimberlé Crenshaw (2002) considera primordial para compreender as subordinações interseccionais, o reconhecimento e aceitação da questão pelas pessoas que sofrem discriminação, bem como uma maior sensibilização por parte dos profissionais, técnicos e gestores dos órgãos atuantes. Pondera que o atual momento seja profícuo para abordar a interação entre as discriminações de raça e gênero por duas razões principais: a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero e os problemas ou dificuldades de grupos de mulheres – em seus aspectos de raça/etnia, classe, religião, orientação sexual – pode obscurecer ou negar a proteção de direitos humanos de todas as mulheres.

Algumas vivências são tão marcantes que nem o passar dos anos amenizam os sentimentos desencadeados pela agressão sofrida.

Eu tenho isso em mente até hoje, desde criança, mas eu nunca comentei isso com ninguém: eu tenho uma tia que ela é mais clara que eu, ela nem gosta de tomar sol, eu gostava muito dela, eu brincava muito com ela ... aí eu não sei o que aconteceu que ela me chamou de negra, falou assim: “ah, você é preta não sei o quê” me chamou de negra, aí isso ficou gravado... eu fiquei calada mas ficou guardado no meu coração, por ela ser minha tia e ter falado isso comigo. Hoje eu cresci, sou mãe de 4 filhos e nunca esqueci... eu não consigo conversar com ela até hoje, eu não consigo olhar para ela, eu tenho ódio dela! Eu penso assim, se eu fosse uma pessoa do mal, de más intenções eu já tinha feito qualquer coisa com ela. Ela me magoou muito, me magoou demais... [silêncio prolongado]. Eu nunca esqueci, eu peço a Deus para esquecer um dia, mas eu não consigo conversar com ela (LARIMAR – SETUBINHA, 2021).

As diversas formas de violência relatadas com maior ou menor intensidade causam sofrimento e danos emocionais e físicos para as mulheres. Apesar de toda a legislação para o enfrentamento da violência contra as mulheres os desafios passam pela necessidade de contestação dos fatores sociais, culturais, comportamentais e ambientais que estruturam a ordem social que reproduz a violência de gênero.

4.5 RELATOS E REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS FAMÍLIAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS

A pandemia decorrente da Covid -19 tem produzido repercussões para além da crise sanitária, impactando as questões econômicas, sociais e políticas na vida da população. A resposta à crise evidenciou as condições adversas com que grande parcela da população, que se

encontra mais vulnerável aos múltiplos efeitos da pandemia, enfrenta a situação.

O vírus pode não escolher a classe social, mas as classes subalternas são as mais atingidas. Quando os desempregados, favelados, moradores de rua, comunidades quilombolas, tribos indígenas e trabalhadores informais não morrem pela doença, eles encontram as maiores dificuldades na assistência médica e nas políticas de enfrentamento da crise sanitária (LARA,2021).

As famílias vulneráveis que enfrentam um contexto desafiador para sua sobrevivência durante a pandemia, convivem com suas mais diversas consequências, dentre elas a precarização do trabalho, o desemprego, a fragilização da saúde e a sobrecarga de trabalho, especialmente nos casos das mulheres culturalmente responsáveis pelos cuidados no âmbito familiar. Em diversos relatos, as mulheres entrevistadas expõem os desafios com os quais têm convivido.

A pandemia mudou muita coisa na família, porque hoje temos que ficar em casa, se virar o máximo possível. Não acha emprego. Pras crianças é complicado, tem que pegar no pé pra estudar pela internet. Hoje o marido não migra mais, como ele já tem o curso de motorista, na pandemia parou ,[de trabalhar], mas pra arrumar serviço [possuir habilitação] é mais fácil (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020).

A falta de trabalho e geração de renda está entre os principais desafios elencados na fala de Esmeralda, ao comentar sobre a perda do serviço do marido, que trabalhava como motorista de ônibus escolar. O fechamento das escolas, outra consequência da pandemia, impactou duplamente a vida de Turquesa, que além de perder o emprego na área da educação, tem que lidar com as dificuldades da filha para acessar o ensino remoto.

Eu senti principalmente na parte da escola, porque eu já tava começando a trabalhar na área... E aí eu fiquei desempregada, minha filha também saiu da escola, afetou muito a gente, as crianças...né. Complica esse negócio de estudar em casa, as vezes nem sempre tem uma internet boa pra estudar e a gente tem que se virar no dia que pode pra pelo menos eles não esquecerem o que aprendeu antes (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

As desigualdades que caracterizam os territórios acabam por ampliar o processo de exclusão social já existente antes da crise sanitária, ameaçando a sobrevivência das famílias, como expressado na fala de Ametista que tenta sobreviver com o que produz quando consegue. “Ué mudou que no caso, nessa situação ninguém acha emprego, só da roça mesmo que eu tiro, no caso assim quando a gente pega é pra gente mesmo, no caso pra vender, não tem pra vender” (AMETISTA – CATUJI, 2021).

A insegurança Alimentar e Nutricional é um fator de destaque no cotidiano das

entrevistadas no contexto pandêmico, frente à impossibilidade de aquisição dos itens básicos necessários para alimentação da família, conforme relata Rubi “Demais, mudou demais com a pandemia! Porque serviço não tem, e as coisas estão tudo cara, chega na rua pra comprar alguma coisa... Às vezes nem dá pra comprar tudo que a gente precisa porque tá caro demais” (RUBI – CATUJI, 2021). A queixa sobre o aumento do preço dos alimentos também está expressa na fala de Jade:

Ô moça, essa pandemia foi ruim demais, porque as coisa encareceu demais, arroz cê comprava de 18,19 reais e hoje tá 36, açúcar também encareceu, as coisas encareceu tudo, tudo...[...] R\$ 1000 antes dava para você fazer uma feira boa, hoje R\$ 1000 você vai lá e não dá pro mês. Muito difícil! (JADE – ITAIPÉ, 2020).

A dificuldade para conseguir trabalho, a perda do emprego e as exigências para se enquadrar nos critérios do auxílio emergencial, disponibilizado pelo Governo Federal, colocam as famílias em situação de maior vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Mudou pra pior (risos) muito pior, mesmo, horrível!! Porque a gente não consegue emprego, eu não consegui o auxílio, eu não fui aprovada e não sei porque, mas eu acho que é porque meu marido trabalhava de carteira assinada [antes da pandemia] e nós era casado, eu acho que pode ser por causa disso. Ou então pode ser porque eu trabalhava na prefeitura [antes da pandemia], aí apareceu no meu auxílio que eu tinha emprego formal aí eu não tive direito, pode ser uma das duas causas entendeu (LARIMAR – SETUBINHA, 2021).

Larimar e o marido estavam desempregados no momento da entrevista. Ela conta que o atual marido vai migrar pela primeira vez. [...] “vai ser a primeira vez dele, meu último marido sempre ia, praticamente vivia fora da cidade, só vinha no final do ano. Agora esse que eu tô com ele vai ser a primeira vez”. Ela atribui ao fato de terem tido emprego formal antes da pandemia o motivo para não receberem o auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal. Diferente do marido de Larimar que vai migrar porque conseguiu trabalho, Turmalina aponta a dificuldade do marido para conseguir trabalho fora, por causa da pandemia.

Ô minha filha, mudou muito, modo desse negócio de trabalho pro meu marido. Não chama mais ele pra trabalhar pra fora. Um amigo dele mesmo, de Belo Horizonte, também tá esperando parar a pandemia pra chamar ele, mas aí não chamou até hoje [...] quando ele sai melhora muito as condições, por isso que eu tô pedindo a Deus pra acabar essa pandemia. Deus me abençoa que não acontece nada [...] pra acabar essa pandemia pra fazer alguma coisa aqui em casa, que aqui em casa minha filha falta muita coisa para fazer, é muita coisa sabe? (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

Além da necessidade do trabalho para garantir o básico para a sobrevivência, as condições de moradia, presente na fala de Turmalina, é outra questão observada, uma vez que

segundo ela, a casa ainda precisa ser terminada. Uma moradia adequada é um fator relevante para as condições de isolamento social no enfrentamento à transmissão do vírus e um desafio para muitas famílias, como pode ser observado na fala de Turmalina. “Aqui em casa mesmo eu não tinha banheiro, a gente ia fazer as necessidades no mato aí eu gostava quando meu marido saía (migrava para trabalhar), é triste na verdade, mas pelo menos a gente fez um banheirinho velho feio, mas dá para usar”.

As entrevistadas relatam, ainda, as dificuldades encontradas em função do distanciamento para a locomoção e as novas regras do convívio social, em função da pandemia. “Mudou muito, porque a gente não pode sair, e às vezes dá vontade de ir em algum lugar e não pode levar criança, esses dias mesmo eu tive que ir na rua resolver um problema e eu não pude levar ele, tem que ficar deixando ele” (OPALA – CATUJI, 2021). Situação semelhante também é relatada por Celetista.

Ô moça, eu vou falar procê que mudou muito viu. Que a gente não pode visitar os avós, não pode ficar misturado com eles, que minha avó mora longe e eu também não saio muito. Eu vou para Novo Cruzeiro e a gente fica com medo de ficar misturando com eles, que essa pandemia tá bem difícil na vida de todo mundo (CELETISTA – SETUBINHA, 2021).

As restrições para a locomoção e o convívio social influenciaram as relações familiares, afetando principalmente as pessoas idosas, público mais vulnerável à exposição do vírus, situação vivenciada por Ambar: “Essa pandemia mudou muita coisa porque já tem seis meses que nós tá em casa sem poder sair pra nada, por que a gente tem que guardar quarentena, já tem 6 meses que nós tá de quarentena, eu, minha filha e minhas duas netas” (AMBAR – ITAIPÉ, 2020).

A mudança na rotina do convívio social também está expressa na fala de Alexandrita. “Eu acho que mudou sim, eu estranhei mais as amizades, as amizades que a gente tinha e não pode mais visitar, porque hoje a gente não pode visitar ninguém. A gente não pode viajar pra nenhum lugar, nem na igreja eu não posso ir” (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Mesmo para quem conta que a pandemia não trouxe muitas alterações na rotina, é possível identificar as mudanças ocorridas. No relato abaixo, Hematita expõe sua dificuldade em ajudar a filha nas atividades escolares pela internet e o fato de o marido ter ficado sem trabalho e voltado para casa, em função da pandemia.

A pandemia não mudou muita coisa aqui em casa porque aqui na roça é mais tranquilo. Só mudou a questão da escola, que minha filha tava estudando e parou de estudar [...] Porque eu tô tendo dificuldade aqui com ela, ajudando nas atividades da escola [...]

Pela internet. Depois que começou a pandemia meu marido veio embora e não voltou mais. Ele tava em Botucatu, São Paulo (HEMATITA – ITAIPÉ, 2020).

As ações estruturais e emergenciais para enfrentamento da pandemia de Covid-19, adotadas pelas autoridades no Brasil para evitar a disseminação da doença, alteraram os hábitos e comportamentos de muitas famílias. As medidas adotadas para a contenção da mobilidade social, como o isolamento e a quarentena, afetaram milhões de pessoas, porém, as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ficam mais expostas às consequências, tais como: desemprego, insegurança alimentar, maior exposição ao vírus por condições inadequadas de moradia ou por falta de acesso aos itens básicos de higiene e prevenção, entre outras.

As mulheres foram as mais afetadas, conforme apontam estudos no período. Pesquisa realizada em abril/maio de 2020 pelas organizações Gênero e Número, em parceria com a Sempre Viva, Organização Feminista (SVOF) sobre o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, revelou que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante esse período, alcançando 62% no caso das mulheres rurais. O estudo evidencia o cuidado reconcentrado nos domicílios, em função da suspensão das aulas e do atendimento nas creches. A estruturação dos cuidados revelou ainda as desigualdades raciais e de renda, uma vez que, das mulheres que passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém, 52% eram negras; 46% brancas e 50% indígenas (GN, 2020).

O estudo aponta, ainda, que houve o crescimento da taxa de desemprego e do número de mulheres fora da força de trabalho, ao longo de 2020. De acordo com a pesquisa, 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. As mulheres negras correspondem a 55% dessa percepção (GN, 2020).

O contexto de confinamento aumentou as tensões, incertezas, medos e preocupações, que junto com o isolamento forçado contribuíram para o aumento da violência contra as mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), houve crescimento em praticamente todos os indicadores relativos à violência contra as mulheres. Os dados registram um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça, e crescimento de 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas, em contexto de violência doméstica, entre 2020 e 2021. Os registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual cresceram 6,6% e 17,8%, respectivamente.

Diante do exposto, ficam evidenciadas as desigualdades vivenciadas pelas mulheres no contexto de pandemia, em função de marcadores como gênero, raça, classe, agravados pela ausência de estruturas institucionais que garantam as mínimas condições de sobrevivência digna para as mulheres, em territórios marcados pela exclusão como o Vale do Mucuri.

Partimos do pressuposto, que o feminismo foi o movimento social do século XX, que

trouxe resultados indiscutivelmente positivos no campo da igualdade entre homens e mulheres. Mas é perceptível que as desigualdades de gênero ainda imperam no cotidiano das mulheres entrevistadas, moradoras do Vale do Mucuri.

A subsistência de uma injusta desigualdade de gênero é lembrada por Victória Camps (2001), ao mencionar três aspectos que ainda persistem: o primeiro é que um grande número de mulheres continua a suportar a inferioridade do seu gênero na vida doméstica enfrentando a dupla jornada, as tarefas próprias do seu sexo, os cuidados com os filhos, os idosos, e os doentes. Segundo verifica-se que a igualdade de gênero ainda é muito insatisfatória, ou seja, a autêntica igualdade de oportunidades para homens e mulheres está longe de se concretizar. E o terceiro aspecto refere-se às violências de gênero, que continuam afetando as mulheres.

Esses três aspectos que configuram desigualdade de gênero têm a ver com o que a sociedade define como “problemas das mulheres”. É aqui que encontramos uma proposta contundente de Victória Camps (2001), quando afirma que as questões que durante séculos foram consideradas “problemas só de mulheres” deveriam ser assumidas e vistas como problemas de interesse comum, publicizadas e assumidas pelos gestores públicos de cada Município. Isso requer pensarmos em políticas públicas que adotem uma perspectiva de gênero.

5 PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O VALE DO MUCURI

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES QUE PERMANECEM NO VALE DO MUCURI

Mediante as narrativas das entrevistadas, identificamos em suas trajetórias de vida as difíceis condições materiais de produção e reprodução da vida cotidiana, a dificuldade para encontrar um trabalho ou uma atividade que gere renda; as múltiplas jornadas de trabalho, a sobrecarga de tarefas relacionadas ao espaço doméstico e ao cuidado das crianças, idosos ou doentes; o pouco envolvimento com organizações sociais e políticas, bem como a quase inexistente participação dessas mulheres em grupos ou movimentos sociais. A falta de políticas públicas para atender as demandas e necessidades das mulheres que permanecem no Vale do Mucuri, enquanto seus companheiros e/ou filhos saem para trabalhar, reflete o descaso por parte dos gestores públicos, em relação à garantia dos seus direitos.

Nesse sentido, é importante entender que, de acordo com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM, 2012),

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação – mas, sobretudo, em seus resultados – formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder e de recursos. Sistematizam o papel das tensões e do conflito social nos processos de decisão e na partição e repartição de custos e benefícios sociais (BRASIL, 2012, p. 2).

Lourdes Bandeira (2005) propõe que as políticas públicas possam ser elaboradas a partir de uma matriz orientada por uma governabilidade mais democrática e inclusiva, sendo essa governabilidade baseada na premissa de “sustentação do que propõe e capacidade governamental permanente de incorporar e atender às demandas da sociedade civil, perseguindo o compromisso político que se traduz na aplicação dos recursos do Estado” (BANDEIRA, 2005, p. 6). Para a autora,

[...] A garantia da governabilidade para uma política de igualdade de gênero, por sua vez, deveria se assegurar em três dimensões articuladas: 1. No planejamento em todas as instâncias federativas, incorporando nas suas agendas a importância e o significado da transversalidade de gênero; 2. Na prática dos gestores que executam, monitoram e avaliam as políticas públicas em todos os níveis: federal, estadual e municipal; 3. Na disseminação de novos valores culturais e políticos junto à população sensibilizando e responsabilizando a população na construção de uma cidadania inclusiva (BANDEIRA, 2005, p. 6).

Essas dimensões estão definidas no documento “Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres” (BRASIL, 2011) e requerem um esforço coletivo, tanto por parte dos

gestores como da sociedade civil em geral.

Em se tratando de políticas com equidade de gênero, Lourdes Bandeira apresenta uma diferença entre políticas públicas de gênero e políticas para mulheres: as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável (BANDEIRA, 2005, p. 8).

Para a autora, as políticas públicas para as mulheres representam um importante instrumento de transformação social e de igualdade de gênero, mas centralizam o seu enfoque na reprodução e na maternidade, essencializando a mulher. Em vez de resgatar as potencialidades de cada mulher como cidadã, priorizar suas capacidades e aptidões para o trabalho-emprego, as mulheres tornam-se números nas políticas de assistência, emergenciais e compensatórias.

As políticas de gênero, por sua vez, têm como premissa contemplar a dimensão de autonomia e emancipação das mulheres, com o intuito de combater as desigualdades de gênero no universo das desigualdades sócio-históricas e culturais transmitidas de geração a geração, sendo imperativo que o Estado, por meio das políticas públicas, implemente ações diferenciadas, visando sempre à “equidade de gênero”, ou seja, tratar diferentemente os desiguais.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM 2013-2015) foi elaborado a partir da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, ouvindo delegadas representantes da sociedade civil organizada (ONGs) e gestoras de políticas para mulheres (OGs) de todos os Estados do Brasil, e reafirma os princípios orientados para as Mulheres:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; Caráter laico do Estado; Universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e Transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (PNPM 2013-2015).

O PNPM 2013-2015, organizado em dez capítulos, cada qual com objetivos gerais e específicos, metas, linhas de ação e ações, contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres. Aprovado a partir de 2004 e referendado em 2007 e em 2011 pelas respectivas Conferências, em seu bojo aborda:

A igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país. Educação para igualdade e cidadania, contribuindo para promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, com ênfase em grupos com baixa escolaridade. Saúde integral das mulheres, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, visando promover a melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital. O enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta. Cultura, esporte, comunicação e mídia. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência (PMPN 2013-2015).

O desafio de incorporar um olhar de gênero nas políticas públicas passa pela criação de instâncias governamentais que incorporem ações que levem em consideração as desigualdades de gênero e compreendam as múltiplas especificidades das mulheres de seu território.

Dentre as políticas públicas mais demandadas pelas mulheres entrevistadas constam: Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda; Políticas Públicas de Saúde; Políticas Públicas de Educação, Políticas Públicas de Saneamento Básico; Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição; Políticas Públicas de Mobilidade e de Habitação, entre outras.

A dificuldade de acesso e a não efetividade dessas políticas diante das necessidades relatadas pelas mulheres entrevistadas no Vale do Mucuri ficam evidentes, à medida que elas vão narrando seu cotidiano.

5.1.1 Trabalho, Emprego e Geração de Renda

Nos relatos das mulheres entrevistadas, a falta de oportunidades para trabalho, emprego e geração de renda está presente em todos os depoimentos. A dificuldade enfrentada para encontrar trabalho remunerado, é uma das principais queixas:

Então se tivesse uma empresa ou um artesanato, seria muito bom. ... “[...] Tem muita gente que não tem renda aqui”. “[...] a gente aqui precisaria ter uma renda a mais pra ajudar o marido, é que nem eu falei né curso pras mulheres que aqui não chega nada pra gente ser mais independente” (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020)

Uma economia diferenciada poderia ser pensada para as mulheres do Vale do Mucuri, como por exemplo a criação de cooperativas, uma “economia diversa” (GIBSON-GRAHAN, 2007) trazendo à tona o que as mulheres gostam e sabem fazer. Atividades que geram renda a partir do autorreconhecimento das aptidões de cada uma, proporcionando economias

alternativas a partir de grupos coletivos de produção, como sugere Turquesa:

[...] Na minha opinião, eu arrumava uma forma de dar trabalho, pelo menos pras mulheres que as vezes ficam em casa... se tivesse alguma coisa que elas gostam de fazer, teriam uma renda ajudaria bastante né (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

Apesar de trabalharem nas mais diversas atividades, tanto em suas casas e propriedades - cuidados com filhos, plantação de horta e agricultura para o sustento, criação de animais; quanto em atividades remuneradas para terceiros - colheita de café, capina, plantio, entre outros, a renda que as mulheres recebem não é suficiente para garantir o básico de sua sobrevivência, em função do baixo valor pago pelos serviços desempenhados, ou mesmo pela escassez de trabalho como relata Rubelita (2020): “Tem não [emprego], trabalha tudo em roça mesmo. Quando não tem trabalho na roça, fica tudo parado. Quando arruma um servicinho aqui é na colheita de café, passa a colheita de café não arruma mais serviço nenhum”.

[...] nós tava pegando café, alguma coisa assim pra gente tá ganhando um troco e a gente vai.[...] Eles tava pagando R\$3,50 pelo o tambor de café.[...] Depende da carreira que pegar né? Aí a gente consegue alguma coisa, um dia mesmo eu peguei 15 tambor e eu tirei R\$ 52 o dia, depende se a gente pegar uma carreira melhor né? (SAFIRA – CATUJI, 2021).

As desigualdades expressivas de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho são apresentadas na segunda edição do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, realizado pelo IBGE (2021). Segundo o estudo, em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade, que integravam a força de trabalho no país, foi de 54,5%, enquanto entre os homens, esse percentual foi de 73,7%.

Um dos indicadores de dificuldades da ocupação das mulheres no mercado de trabalho apontado no estudo é a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio. Na faixa etária entre 25 e 49 anos, o nível de ocupação entre as mulheres que têm filhos dessa idade é de 54,6%, abaixo dos 67,2% daquelas que não têm. Ao se considerar o recorte racial, os índices são ainda menores. As mulheres pretas ou pardas, com crianças de até 3 anos, apresentam níveis de ocupação inferiores a 50%, enquanto as brancas registram um percentual de 62,6% (IBGE 2021).

A situação acima pode retratar a realidade de Ametista, que precisou parar de trabalhar na colheita do café para cuidar do filho de 2 anos.

Não, tem não, tem nada (renda) [...]. É que eu deixava o menino na casa da minha mãe [para a panha de café] só que ele ficava muito triste, que no caso tava até emagrecendo, aí eu parei (AMETISTA – CATUJI, 2021).

O tempo dedicado ao trabalho não remunerado de cuidados e afazeres domésticos limita as possibilidades de renda das mulheres. A insuficiência de vagas disponível nas creches ou mesmo a inexistência de creches, contribui para esse fato. Conforme dados apontados pelo IBGE (2021), em 2019, o tempo dispendido em tarefas domésticas pelas mulheres correspondeu a quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas semanais contra 11 horas).

O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. Para os homens, contudo, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região (IBGE, 2021, p. 3).

A agenda 2030, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assinada pelo Brasil, é um documento que visa estabelecer diretrizes de desenvolvimento sustentável a serem cumpridas pelos governos e a sociedade em geral. Para nortear o desenvolvimento dos países membros, foram traçados 17 objetivos¹⁹ e 169 metas que deverão ser alcançados até 2030. A finalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 é a erradicação da pobreza, trabalho decente e crescimento econômico, proteção ao meio ambiente e ao clima e a garantia de que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, entre outros.

Uma das metas previstas nos ODS da Agenda 2030 é justamente “reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais” (ONU, 2015, p. 24).

Maior seriedade nos contratos de trabalho também é uma necessidade quando se trata das mulheres pobres, como é apontado por Larimar que sempre trabalhou fora e nunca teve a Carteira de Trabalho assinada.

¹⁹ No site <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> da ONU Brasil constam os 17 Objetivos que são: Erradicação da Pobreza; Fome Zero; Saúde e Bem Estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Redução das Desigualdades; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; Paz, Justiça e Instituições Eficazes; Parcerias e Meios de Implementação.

Eu trabalhei fora, praticamente a minha vida inteira. Eu só tô aqui agora, que eu casei com esse meu esposo que eu adoro, mas minha vida toda foi trabalhar fora. Eu nunca assinei carteira, eu já fui parar até no Mato Grosso, fiquei lá 7 meses, eu trabalhava no restaurante durante o dia e numa lanchonete à noite. [...] Trabalhei em Belo Horizonte, 8 meses, depois trabalhei em Valadares e aí eu vim embora porque conheci essa pessoa (LARIMAR – SETUBINHA, 2021).

A Constituição Federal de 1988 potencializou os direitos fundamentais da pessoa, especialmente os direitos sociais, com o intuito de alcançar a cidadania de todos, incluindo, aí, a cidadania feminina plena. No entanto, as desigualdades de gênero referem-se a inúmeras diferenças entre homens e mulheres, desde acesso aos bens sociais, aos programas de geração de renda, à inserção no mercado de trabalho e nos sistemas de tecnologias e informática (SPM-PR, 2012).

O primeiro passo para discutir políticas públicas é esclarecer os marcos em que elas se tornam possíveis, como esclarece Silveira (2004),

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc. (SILVEIRA, 2004, s/p).

A falta de oportunidades para trabalho, emprego e geração de renda no Vale do Mucuri é uma constante, tanto para os homens como para as mulheres. Porém, é mais difícil para as mulheres na medida em que elas não conseguem romper com os círculos de dependência e subordinação, como é o caso de Safira: “[...] aqui não tem serviço, aqui é complicado, é muito difícil arrumar e no caso agora no mês de agosto vai fazer dois anos que ele tá pra fora (migrou)” (SAFIRA – CATUJI, 2021)

A recorrência na fala das entrevistadas sobre a dificuldade de trabalho na região dificulta ainda a permanência dos jovens em suas localidades. A necessidade de saída dos filhos para buscar trabalho é expressa com tristeza no depoimento de Alexandrita

É igual eu te falei, é muito triste! É triste demais cê vê uns rapaz novo chegar no terceiro ano (ensino médio) e não tem emprego. Aí vai pra São Paulo e tem que ir embora, e tem uns que nem volta. O coração fica apertado, mas fazer o que né? As vezes a gente não tem condição de dar o suficiente pra ele [...] o que a gente ganha é pouco e é só mesmo pra sobreviver, mas é muito triste. (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Além de oportunidade de trabalho, também faz falta uma política de Assistência Técnica Rural como alternativa de sobrevivência ao cultivo em suas propriedades. Em seu depoimento Rubi (2021) conta as dificuldades enfrentadas “Meu trabalho é na roça mesmo...

eu planto um pouquinho de feijão, mas a terra é ruim e não sai quase nada, essas coisinhas pouca mesmo”. A mesma situação é vivenciada por Ametista (2021): “Pranta”, no caso assim feijão, quando dá o tempo de “prantá” a gente “pranta”, que nem esse ano mesmo nós “prantou” e não deu quase nada, quando dá pra dá, dá... Quando não dá, num dá!

Com um pouco de vontade política, é possível investir e criar oportunidades de geração de trabalho e renda para as famílias terem condições de sobreviver no Vale do Mucuri. Seguem algumas sugestões a partir das lições apreendidas ouvindo as mulheres entrevistadas: investir em uma política de permanência no campo, dedicando um olhar especial para os jovens, filhos de famílias de agricultores locais. Incentivar a criação de Cooperativas de compra e venda dos produtos produzidos na região garantindo o pagamento de um “preço justo” pelos produtos da agricultura familiar; investir em “economias comunitárias”, “economias locais” buscando estratégias coletivas a partir dos ecossistemas e com sugestões das próprias mulheres, como pede Alexandrita:

Ah, eu cuidaria do meio rural, eu formava uma associação pra mulheres né, pra elas tá divulgando as coisas delas. Porque tem gente que sabe, que quer fazer um doce uma coisa assim, aí eu fazia uma associação pra as mulheres pra elas desenvolver os seus trabalhos, porque muitas vezes elas ficam na roça aí, e a roça, o meio rural é muito esquecido pelos políticos, você entendeu? (ALEXANDRITA – SETUBINHA, 2021).

Valorizar os saberes locais e trazer a tona a diversidade de práticas alternativas, experiências de economia solidária, planejadas com as próprias mulheres e a partir do seu conhecimento sobre a agricultura local, abarcando questões culturais e do próprio ecossistema. Continuando na linha das sugestões: criar Cooperativas de prestação de serviços agrícolas. Prever uma Política de Assistência Técnica Rural voltada para as famílias de agricultores locais para que possam fazer um melhor aproveitamento do solo garantindo a sua subsistência. Garantir acesso à seguro agrícola, bem como à subsídios para a agricultura,

As decisões políticas que afetam as demandas e necessidades das mulheres, na sua grande maioria, são guiadas, pensadas e propostas por homens que não entendem quais são suas prioridades. A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aconselha a implementação de projetos específicos para mulheres que respondam à singularidade de suas situações, como elas próprias sugerem nos depoimentos: “um grupo, uma cooperativa, uma associação, um trabalho aqui para nós mulheres do Vale do Mucuri!”

5.1.2 Cultura, Lazer e Integração Social na localidade onde vivem

As situações vivenciadas e explicitadas nos depoimentos demonstram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relação a participação de eventos relacionados à cultura, esporte e lazer, e o esquecimento do meio rural pelos políticos.

Ao pesquisar o site das Prefeituras dos três Municípios que foram o *locus* da minha investigação, constatei que somente o site da Prefeitura Municipal de Setubinha elenca as Secretarias e suas respectivas competências.

No site da Prefeitura Municipal de Setubinha²⁰, consta como “Competência da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer”:

[...]

XVI– Planejar, executar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades culturais, esportivas, de lazer e de turismo, tendo em vista as necessidades e objetivos da Administração;

XVII– Promover a manutenção dos estabelecimentos culturais, esportivos e de lazer bem como exercer sua coordenação e controle, proporcionando-lhes os recursos técnicos e administrativos indispensáveis à boa execução das atividades neles desenvolvidas;

XVIII– Promover meios de recreação sadia e construtiva à comunidade;

XIX– Promover o desenvolvimento cultural do município através do estímulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras;

[...]

XXIII– Promover com regularidade, a execução de festas, eventos e programas esportivos e culturais de que preservem a memória do Município e o interesse para a população;

XXIV– Organizar, manter e supervisionar a Biblioteca Pública Municipal e as bibliotecas escolares;

De forma geral, as mulheres entrevistadas confirmam a carência de eventos de lazer na comunidade. Ao serem indagadas sobre se participam em algum tipo de lazer, a maioria das entrevistadas declararam frequentar a igreja, ou seja, a participação mais ativa é nas atividades religiosas, cultos, missas, ou acontecimentos festivos religiosos. Das dezessete mulheres, apenas Larimar afirmou ter parado de frequentar a igreja em data recente. A igreja foi mencionada pela maioria como um dos poucos locais de socialização, como afirma Turquesa (2021) que é evangélica:

[...] Nossa, a igreja ajuda muito a gente, em questão de quando a gente tá muito sozinho às vezes, [o pessoal da igreja] vem visitar a gente, até ajuda às vezes se falta algum alimento alguma coisa eles ajudam a gente sabe, ajuda muito nesse sentido e consigo uma palavra amiga.

²⁰ Disponível em: <https://www.setubinha.mg.gov.br/secretarias> . Acessado em 11 de agosto de 2022.

Ao falar sobre a igreja Alexandrita (2021) ressalta:

Eu vou lá conversar com Deus né? Ver meus amigos, sei lá, eu me sinto muita à vontade na igreja. Sempre fui católica aí é aquela coisa de chegar e conversar, sentar com o padre e conversar com os amigos, porque hoje a gente não se fala mais, [época da pandemia] só se for pela internet mesmo.

Ao responderem sobre a existência de uma organização social e lideranças na região/localidade, apenas cinco das dezessete mulheres entrevistadas afirmaram ter ligação com alguma instituição ou organização social: Cristal, Âmbar, Turquesa, Celetista e Alexandrita. As lideranças conhecidas e citadas pelas entrevistadas têm vínculo com igrejas, com a EMATER, Câmara de Vereadores, além de parentes e um agente comunitário de saúde. Quando pergunto especificamente sobre organização das mulheres na região, Rubelita responde: “Mulher aqui tem bastante, mas não é muito de unir com essas coisas não. Faz um grupo aí, faz uma reunião e não aparece muitas, só algumas”.

As entrevistadas afirmaram, ainda, que não participam de nenhuma reunião de associação, grupo de mulheres, sindicato ou qualquer outro movimento social, mas têm conhecimento de quem participa:

[...] tem as meninas da comunidade [...] Elas “é” da igreja, mexe com negócio de associação, ela vai muito em reunião, vai em reunião de mulheres quando tem em Belo Horizonte, ela participa muito de reunião pra fora junto com meu irmão (líder comunitário) (CRISTAL – ITAIPÉ, 2020).

Apesar de conhecer o trabalho realizado pela associação, Cristal fala que não participa porque tem criança pequena:

Elas faz (reunião de mulheres) eu mesmo nunca participei não, porque como eu tenho criança pequena aí é mais difícil para mim ir, mas elas fazem no sindicato. Faz roupa, faz camisa das mulheres, elas participam bastante... aqui tem muitas meninas, tem minhas irmãs e tem muitas mulheres aqui que participam bastante de negócio das mulheres. Lá no sindicato mesmo eles fazem o grupo de mulheres, todo mundo participa. E depois que participa eles chega na igreja explica como é que foi explica tudo direitinho como é que é, e como é que não é (CRISTAL – ITAIPÉ, 2020).

Além de Cristal, Celetista também demonstra ter conhecimento da associação com mulheres, mas não participa: “Ô moça têm [mulher liderança] mais aí já é mais longe de nós. [...] conheço, associação que tem mulheres é bem longe [...] Mas nós não vai não, porque é longe”. A distância, a falta de transporte público, assim como a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e das atividades antes desempenhadas pelos companheiros que migram, acabam por

inviabilizar a participação das mulheres em atividades comunitárias.

Ao acessarmos o *site* da Prefeitura Municipal de Itaipé²¹ clicando na aba “Secretarias”, aparece um quadro em branco, não possibilitando conhecer as propostas de políticas públicas relacionadas a Cultura, Esporte e Lazer deste Município.

A mesma situação é verificada na Prefeitura Municipal de Catuji²², que possui uma Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, porém, a descrição das atribuições da mesma, no *site* da mesma está em branco.

Ao falar sobre a importância da participação de mulheres pobres na proposição de políticas públicas para as demandas e necessidades que lhes dizem respeito, Cecília Iorio (2002) propõe que os gestores (governos) devam assegurar canais para que as pessoas e os grupos de pessoas vivendo na pobreza possam efetivamente fazer parte de instâncias de definição, como grupos, associações e programas de combate à pobreza e à exclusão. A participação é um elemento constitutivo para que as mulheres moradoras do Vale do Mucuri possam alcançar um nível mínimo de empoderamento.

Por meio do empoderamento cada pessoa toma parte nas decisões que dizem respeito a seu cotidiano. Cabe ressaltar que o processo de empoderamento é visto como estreitamente relacionado ao de participação. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza (IORIO, 2002).

Para que as mulheres pobres possam participar nas instâncias de definição, implantação e monitoramento de políticas públicas, o conceito de empoderamento institucional cunhado por Deepa Narayan (2002, apud ESTRADA; BARBA, 2006) permite analisar a relação das mulheres com instituições formais e informais.

Empoderamento institucional, para a autora “é uma mudança nas relações desiguais formais” (2006, p. 298), ou seja, é importante levar em conta que os pobres merecem instituições que os escutem e os tratem com respeito. Deepa Narayan aponta quatro elementos-chaves para o empoderamento institucional: acesso a informação; inclusão e participação; responsabilidade e prestação de contas; e capacidade de organização local (2002 apud ESTRADA; BARBA, 2006, p. 299).

As mulheres entrevistadas, moradoras dos Municípios que são foco dessa investigação

²¹ Disponível em: <https://www.itaipe.mg.gov.br/secretarias> . Acessado em 11 de agosto de 2022.

²² Conforme exposto no site da Prefeitura <https://www.catuji.mg.gov.br/> . Acessado em 11 de agosto de 2022.

demonstraram por meio de seus depoimentos, que nas comunidades onde vivem, não existem espaços de convivência para que possam participar de discussões sobre questões que lhe dizem respeito. Em depoimento mencionado mais acima, Alexandrita aponta alternativas para melhoria das condições de vida das mulheres em sua região: “Ah, eu cuidaria do meio rural, eu formava uma associação pra mulheres, pra elas tá divulgando as coisas delas”. Ao se colocar como sujeito “eu cuidaria [...] eu formava [...]”, Alexandrita consegue se perceber como agente da ação. Constata-se, porém, falta de informação mais precisa sobre os passos a serem seguidos para concretizar a associação, desde recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários, um espaço físico para que o grupo possa se reunir, entre outros detalhes.

Neste quesito fica perceptível a importância do apoio – iniciativas, capacitação e coordenação de grupos, envolvimento e comprometimento no processo, por parte de agentes externos como técnicos e profissionais das diferentes Instituições que atuam nas comunidades e no Município. Essa assessoria poderia partir dos técnicos que integram os Centros de Referência em Assistência Social, a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer entre outras instituições que possam assessorar e processo de formação de associações e grupos de mulheres no Vale do Mucuri.

5.1.3 Acesso ao Sistema de Saúde Pública

A Saúde é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que determina que o sistema de saúde pública deve ser gratuito, de qualidade e universal.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF,1988).

Além de ser um direito universal do cidadão e um dever do Estado, a saúde pública no Brasil é operacionalizada pelo Sistema Único de saúde - SUS. O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população.

O acesso integral ao sistema de saúde atrela-se profundamente ao princípio da integralidade e exprime-se na concretização do "direito universal ao atendimento das necessidades de saúde". Isto é, o direito do indivíduo ao acesso (sem impedimentos de qualquer natureza) a todas as tecnologias que o sistema oferece para o atendimento de suas necessidades (AZEVEDO, 2010).

Nesse contexto, a integralidade emerge como um princípio de organização contínua do processo de trabalho nos serviços de saúde, que se caracteriza pela busca também contínua de ampliar as possibilidades de apreensão das necessidades de saúde de um grupo populacional (MATOS, 2001).

Dos três Municípios pesquisados, apenas o site da Prefeitura Municipal de Setubinha apresenta as competências da Secretaria Municipal de Saúde²³:

[...]

IV – Prestar assistência médico-ambulatorial, bem como prestar assistência médica e paramédica a pacientes portadores de moléstias de concepção psicossomáticas;

V – Proceder as ações higiênico-sanitárias de melhoria e manutenção do meio ambiente, bem como, controle sobre todas as modalidades de ações que possam nele interferir, exercendo especialmente, as atribuições de polícia sanitária, executando as atividades de inspeção e fiscalização, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal vigente;

VI – Promover o levantamento dos problemas de saúde da população do Município, a fim de identificar as causas e combater as doenças com eficácia;

VII – Manter estreita coordenação com os órgãos e entidades de saúde estadual e federal, visando ao atendimento dos serviços de assistência médico-social e de defesa sanitária no Município;

VIII – Executar programas de assistência médico-odontológica a escolares;

IX – Providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde fora do Município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;

X – Promover junto à população local, campanhas preventivas de educação sanitária;

[...]

Embora o acesso a serviços tenha relevância como direito fundamental, o direito à saúde implica, também, a garantia ampla de qualidade de vida, em associação a outros direitos básicos como educação, saneamento básico, atividades culturais e segurança (FIOCRUZ – 2022).

Conquista da população brasileira e modelo para muitos países, o SUS é reconhecido como um dos maiores sistemas do mundo. No entanto, em função dos vários desafios que enfrenta para seu aperfeiçoamento, apresenta gargalos e falhas no cumprimento de sua missão constitucional de acesso e integralidade, fato que é identificado no relato das entrevistadas.

Aqui é assim, tem hora que eles (profissionais da saúde) pega, marca e vem aí. só que agora veio aí uma vez, e não veio mais, aí é difícil pra a gente marcar. Tem que ir lá (na sede) agendar o dia pra poder pegar e ir. [...] Agora eu ouvi falar que eles não atendem nem assim mais, só em caso de emergência, modo que tá atendendo só o povo da vacina né (Covid - 19), que precisa passar no médico. Aí só isso que eles tá atendendo (CIANITA – ITAIPÉ, 2020).

A fala de Cianita foi no contexto de pandemia de Covid-19 e retrata, tanto a dificuldade

²³ Disponível em: <https://www.setubinha.mg.gov.br/secretarias>. Acessado em 11 de agosto de 2022.

de acesso ao atendimento quanto a dificuldade de locomoção para o atendimento, o que também é vivenciado por Rubelita, que relata os desafios que enfrentou para conseguir atendimento.

É muito difícil a gente morar na roça né? [...] a gente precisa das coisas e não pode fazer... Eu mesmo, quando eu machuquei eu precisei tanto de ajuda aqui, o dia que eu não tive dinheiro pra pagar um carro pra me levar eu tive que andar de moto né, sem condições nenhuma (RUBELITA – ITAIPÉ, 2020).

Durante a conversa, Rubelita expõe sobre a falta que faz um carro da saúde na comunidade para transportar as pessoas doentes e sobre seu desejo de que essa demanda fosse atendida. A falta de transporte para questões de saúde também esteve presente nas considerações de Safira:

[.....] última vez mesmo que o menino tava com dor de ouvido eu fui ali chamei o cara que tá casado com minha sobrinha pra tá levando a gente ir lá no posto ele tem o carro assim né, disponível, tipo assim se a pessoa precisar pra ir lá na rua fazer alguma coisa, a gente paga ele, ele leva, é “pagado” (SAFIRA – CATUJI, 2021).

Celetista demanda, ainda, um atendimento de saúde voltado para as mulheres: [...] “Uai, eu queria mais um cantinho assim. mais voltado para mulher. Um ginecologista para mulher, que não tem um ginecologista. Era o que eu queria né, para nós (CELETISTA, 2021). Segundo ela, a unidade de saúde local sequer conta com um ginecologista.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM (2013-2015), elaborado a partir do enfoque de gênero, leva em consideração que as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres implicam num forte impacto nas condições de saúde delas. Pontua, ainda, que as desigualdades sociais, econômicas e culturais se revelam no processo de adoecer e morrer das populações e de cada pessoa em particular, de maneira diferenciada (SPM, 2015).

Com relação à população rural, o PNPM (2013-2015) aponta a dificuldade de acesso às ações de saúde, relacionada, entre outros fatores, às desigualdades das relações de gênero e de trabalho, às grandes distâncias entre residência ou trabalho e os serviços de saúde, à maior precariedade dos serviços locais e à inconsistente capacitação dos gestores e profissionais de saúde para lidar com a especificidade dos agravos decorrentes do trabalho no campo (SPM, 2015).

A dificuldade em acessar as políticas públicas existentes e mesmo a ausências de políticas que atendam a questões básicas de saúde contribuem para reforçar exclusões e desigualdades, fazendo com que a política nacional de saúde, em sua essência universal, não se efetive.

O que podemos deixar como sugestão a partir da realidade mencionada pelas mulheres entrevistadas é que os Municípios do Vale do Mucuri se empenhem em construir Unidades Básicas de Saúde contratando profissionais da área de saúde de forma a propiciar atendimento no âmbito da Atenção Básica nos locais ou nos distritos; garantir atendimentos emergenciais, principalmente à mulheres gestantes e crianças; e implementar o Programa Agentes Comunitárias de Saúde, uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades. O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento²⁴, pois é membro da equipe da “Estratégia de Saúde da Família” que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com as pessoas.

5.1.4 Garantia de Saneamento Básico e Captação de Água

O relato da perda de uma idosa, que faleceu em função da falta de saneamento básico é o protótipo do descaso na região. O “banheiro” das famílias, geralmente, é uma fossa que fica nos fundos da casa e, na escuridão da madrugada, para enxergar o caminho, a idosa riscou um fósforo. Em contato com os gases que emanavam da fossa, o fogo do fósforo causou uma explosão que atingiu o corpo da idosa. Até conseguir ser socorrida na Unidade de Atendimento à Saúde mais próxima, as péssimas condições da estrada rural, culminou com o seu falecimento. Como, em pleno século 21, uma mulher precisa acender um fósforo para enxergar a fossa onde faria suas necessidades, e a fossa explode por combustão? Como a vida daquela mulher e de tantas outras podem ser tão banalizadas? Esse tipo de acontecimento reflete a realidade apontada pelos indicadores socioeconômicos e o descaso dos gestores em relação ao Vale do Mucuri.

O Vale do Mucuri está inserido no Semiárido Brasileiro. O semiárido é uma região caracterizada por déficits hídricos e secas recorrentes e apresenta uma realidade complexa, não só no tocante aos aspectos fisiográficos, como também à ocupação humana e à exploração de seus recursos naturais.

O Semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial a precipitação pluviométrica. Como reflexo das condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações (IBGE, 2018).

²⁴ Todas as atribuições do ACS estão listadas na página 48 da Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/esf/esf/composicao>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

A escassez hídrica é um fator que impacta diretamente na qualidade de vida da população do Vale do Mucuri, refletida no cotidiano das mulheres entrevistadas, em função da dificuldade de acesso à água potável de qualidade. Vários relatos apontam as dificuldades que elas enfrentam, conforme diz Opala:

[...] Nossa água é muito longe. Não sei se você foi pra aquele lado que tem um açudão, é bem longe, bem longe mesmo. Só que aí ele mexendo ali (máquina terra do vizinho) eles cortaram a mangueira aí não tem água não (OPALA – CATUJI, 2021).

Opala menciona, ainda, a falta de água para o cultivo na propriedade: [...] “Eu mexo com o mandiocal que tem ali mesmo, mexe e limpa ali quando tá sujo. A hortinha ali é pequenininha, não tem nem muita coisa porque tá faltando água”.

Além da situação de escassez hídrica vivenciada pelas entrevistadas, o contexto é agravado pela falta de tratamento do esgoto sanitário que compromete a qualidade da água para o consumo, conforme situação relatada por Cianita:

É. Aqui não tinha água não aí eu acabei arrumando as pessoas me ajudaram [...] aí eles “conseguiu” fazer um poço ali para mim, só que a água vem pouca não dá nem pra encher essa caixa aí. Agora também, um homem que comprou ali (propriedade próxima) eu ouvi falar que ele vai fazer uma fossa, aí eu falei que se ele fazer fossa de banheiro ele vai acabar com a minha água porque não tá muito longe e água vem de lá (CIANITA – CATUJI, 2021)

Durante sua fala, Turmalina se queixa do esgotamento sanitário e da qualidade da água que abastece a comunidade:

[...] É porque a gente faz é fossa minha filha, quando aquela fossa enche a gente tem que cavar de novo e fazer outra fossa, é uma penura [...] sabe essas coisas assim... A água eles colocou pra nós “Copanol” [...] Minha fia do céu, se você ver a cor, vem só o barro, a gente já reclamou pra eles, mas não tem jeito (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

O abastecimento de água e o esgotamento sanitário, citados pelas mulheres, fazem parte do conjunto de serviços de infraestrutura que compõem o saneamento básico, que está relacionado às condições de saúde da população, impactando diretamente a vida das pessoas.

Saneamento, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o gerenciamento ou controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social (HELLER, 1998). No Brasil, a Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, estabeleceu as diretrizes para o saneamento básico e o define como: conjunto de serviços,

infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais (BRASIL, 2007).

O saneamento básico é uma política pública importante para a prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida da população. No entanto, o déficit ao acesso, principalmente de coleta e tratamento de esgoto, ainda é uma realidade no território estudado. A falta de saneamento básico pode gerar problemas de saúde e comprometimento da preservação ambiental.

A construção de Cisternas, banheiros e fossas, o manejo correto dos resíduos sólidos e águas pluviais são a principal sugestão que podemos deixar para os gestores dos Municípios que integram o Vale do Mucuri.

5.1.5 Segurança Alimentar e Nutricional

A impossibilidade de criar os filhos por falta de renda para aquisição de alimentos ou mesmo de acesso à terra para produção deles, resulta em medidas desesperadas para fugir da fome, como relata Cianita sobre a sua infância.

[] na verdade naquela época, às vezes, não tinha coisa pra comer. Eu lembro que minha mãe falava que às vezes ela ficava sem comer prá mode da nós. Era muito difícil e eu peguei um pouquinho dessa infância aí só depois que foi passando que foi melhorando mais (CIANITA – CATUJI, 2021).

Apesar do que está estabelecido no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional²⁵ e do que o acesso a essa política pública conforma em toda sua dimensão, ainda se configura uma realidade distante do cotidiano das entrevistadas como podemos observar no depoimento de Turmalina (2020):

Ai a gente passou muito “apurado” aí tinha vez que nós ia comer no domingo na casa da minha mãe chegava lá na minha mãe também pobrezinha tava lá sem... que nesse tempo eles não era aposentado, tava lá só com o feijão e o arroz ou então só o feijão só. Mas a minha vida minha filha nunca foi muito fácil não (TURMALINA – ITAIPÉ, 2020).

²⁵ As diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN são definidas pelo decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 e dispõe sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (Brasil, 2010).

Em entrevista concedida ao Jornal Deutche Welle Brasil (DW)²⁶ em 1 de março de 2022, José Graziano, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de 2012 a 2019 e coordenador do programa Fome Zero no governo Lula, afirma que fome está em patamar que "nunca se tinha visto", e a solução depende de crescimento e renda, não só de programas sociais. "Além de atingir um número muito maior de famílias, como nunca se tinha visto antes no Brasil, nós não contamos com a ajuda do governo federal. São poucos os municípios e Estados que têm no combate à fome a sua prioridade" declara.

Segundo uma pesquisa realizada em dezembro de 2021 pelo Datafolha, 15% dos brasileiros, ou cerca de 32 milhões de pessoas, deixaram de fazer alguma refeição nos meses anteriores porque não tinham dinheiro para comprar comida. E 26%, ou 55 milhões de pessoas, haviam comido menos do que necessitavam porque não tinham dinheiro suficiente.

Para José Graziano, o Bolsa Família foi um aliado crucial no combate à fome, mas apenas programas de transferência de renda não solucionam esse drama. "O mais importante no programa de erradicação da fome é geração de emprego e renda dentro de um processo de desenvolvimento econômico inclusivo, que distribua melhor a renda. Ou seja, o país precisa crescer e distribuir a renda gerada. É isso que acaba com a fome. Políticas de transferência de renda são atores coadjuvantes", afirma na entrevista.

No entender de José Graziano, "a gente já vê um declínio da segurança alimentar da população brasileira a partir de 2013, que se acentua muito nos últimos anos, a partir de 2018. A questão da fome hoje no país, e sempre, é uma questão de acesso. Não faltam alimentos. Falta dinheiro para a população comprar alimentos. Já era assim no tempo de Josué de Castro [médico, nutrólogo e autor do livro 'Geografia da fome', escrito em 1946, presidiu a FAO], há 75 anos, e agora está muito mais acentuado".

Cinco causas importantes são listadas por José Graziano para esse rápido crescimento da fome, na entrevista concedida ao Jornal DW: 1) Consequência da crise mundial: O Brasil passa por um período de baixo crescimento econômico, abaixo de 2% [por ano] é insuficiente para gerar emprego e renda. 2) Queda nos salários: A inflação se acentua e culmina com uma não valorização do salário mínimo, que deixa de ser reajustado acima da inflação. O salário mínimo serve de farol para o setor informal. 3) Corte nas políticas sociais e de segurança alimentar: Houve um desmantelamento de políticas sociais e de segurança alimentar criadas no início dos anos 2000; 4) Descontrole inflacionário, particularmente nos últimos dois anos da

²⁶ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/graziano-fome-no-brasil-pode-chegar-a-situa%C3%A7%C3%A3o-explosiva/a-60946424>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

pandemia: A inflação dos alimentos afeta mais a população pobre. 5) As políticas de transferência de renda do governo aplicadas durante a pandemia, via auxílio emergencial, foram insuficientes para evitar que mais gente fosse para baixo da linha da miséria. Com exceção do primeiro auxílio emergencial, que pagou R\$ 600 para mais de 65 milhões de pessoas, todos os outros programas de transferência de renda não foram suficientes para evitar o agravamento da fome (GRAZIANO, 2022).

O Conceito de segurança alimentar adotado no Brasil consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BURITY, 2010).

Ao chegar na casa de Ametista para o encontro (entrevista presencial, 2021) na hora do almoço, surpreendi-me ao ver o seu menino comendo macarrão com farinha pois “não tinha outra mistura para dar”. Uma alimentação saudável é direito fundamental e necessário para a sobrevivência das pessoas e para o crescimento das crianças, no entanto a violação desse direito tem sido uma constante na vida das famílias das entrevistadas que buscam na migração a alternativa de obtenção de renda para garantir sua sobrevivência.

Algumas saídas para minimizar os impactos causados pela fome e que podem ser assumidas pelos gestores dos Municípios em tela são apontadas por Belik e Del Grossi (2003, citados por FREITAS, 2007, p. 70):

É possível articular os seguintes programas, que se caracterizam por causar diretamente os impactos desejados, sem vazamento de recursos: Apoio à Agricultura Familiar; Políticas de Microcrédito; Alfabetização de Adultos; Melhoria do Nível Educacional e Requalificação Profissional; Infra-estrutura de Saneamento, Fornecimento de Água e Obras Públicas; além da Reforma Agrária, do Bolsa Escola, Feiras Livres Locais, etc.

Da mesma forma, na entrevista concedida ao Jornal DW, José Graziano menciona: “os municípios podem fazer muita coisa, restaurantes populares, feiras livres, apoio à agricultura familiar, hortas comunitárias. Os municípios têm os Conselhos de Segurança Alimentar que podem fazer diversas atividades: organizar mutirões contra a fome, campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, implantar bancos de alimentos, melhoria de acesso da população mais pobre a alimentos”.

5.1.6 Programas de Assistência Social, Bolsa Família e Auxílio Emergencial

A dependência de Programas de Proteção e Assistência para dar conta das dificuldades de sobrevivência marca a história de vida das mulheres desde a mais tenra infância. Em seu relato Ambar (2020) descreve a infância como uma época muito triste em que a mãe ficou viúva com 10 filhos, não tinha salário e precisava “dar” os filhos para sobreviverem.

Quando eu era pequena foi muito triste, eu perdi meu pai com 10 anos e aí eu morava mais os outros, minha mãe não tinha como tratar, minha mãe dava nós para morar com uma pessoa depois para morar com outra. Meus irmãos, era 10 também, e ela ficou viúva nova com 10 filhos... não tinha salário nem nada, trabalhava no mato, na roça (AMBAR – ITAIPÉ, 2020).

Constatamos, nos relatos, a importância dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o auxílio emergencial durante a pandemia. Para algumas mulheres, os programas de transferência de renda consistiam na única fonte de renda da família como o caso de Esmeralda: “hoje estamos desempregados, sobrevivemos com o Bolsa Família”. Quando pergunto sobre a renda familiar, ela responde:

[...] Hoje é o auxílio emergencial e o auxílio-doença da minha mãe. Aqui não tem opção. A maioria se vira com Bolsa Família, e o serviço que tem é de doméstica e é muito pouco... Aqui pelo que eu conheço de pessoas que trabalham de doméstica recebem muito pouco é 200, 300 reais no mês. Pouca coisa né? (ESMERALDA – ITAIPÉ, 2020).

Esmeralda é responsável pelo cuidado da mãe: “[...] minha mãe sempre foi doente, tinha problema de cabeça. Hoje, atualmente eu cuido dela, hoje é acamada”. O trabalho do cuidado é uma responsabilidade a mais enfrentada, frente à escassez de trabalho e renda. No momento da entrevista, ela e o marido se encontravam desempregados.

Turmalina também é beneficiária do Bolsa Família: “[...] Eu também dependo do Bolsa Família que ajuda bastante, sabe? [...] que nós mora aqui na região, aí não tem emprego para ninguém minha filha, não é fácil não [...] Graças a Deus nós conseguiu, minha filha”! (auxílio emergencial).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836, que unificou e ampliou vários outros programas anteriores de transferência de renda (BRASIL, 2004). Seu principal objetivo foi quebrar o ciclo geracional da pobreza, combater à fome, à miséria e

promover a emancipação das famílias mais pobres do país.

O PBF foi considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, tendo sido nomeado como um exemplo de Programa pelo jornal francês *Le Monde*: "O programa Bolsa Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a qual representa a melhor arma, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, contra a pobreza²⁷."

De acordo com Rosana Freitas (2007, p. 71),

O Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: 1. promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; 2. reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; 3. coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza [...].

O Bolsa Família também foi citado por Rubelita, Cristal, Rubi, Safira, Cianita, Opala, Jade, Turquesa, Alexandrita e Celestista, como uma política pública importante na composição da renda familiar para o sustento de suas famílias. Rubelita e Jade eram beneficiárias do programa, mas foram desligadas. A primeira, por estar recebendo auxílio do INSS, garantido pela justiça em função de atestado médico, e a segunda, em função do recebimento do benefício do filho de 10 anos, também pelo INSS.

O Programa Bolsa Família foi extinto em 29 de dezembro de 2021, data em que o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei n.º 14.284, que criou oficialmente o Programa Auxílio Brasil e o Auxílio Emergencial.

De acordo com o site do Ministério da Cidadania²⁸, "o Auxílio Brasil é destinado a famílias em situação de extrema pobreza. Famílias em situação de pobreza também podem receber, desde que tenham, entre seus membros, gestantes ou pessoas com menos de 21 anos. As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105, e as em situação de pobreza renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210".

Conforme consta no site de Serviços e Informações do Governo federal²⁹, "o Auxílio Emergencial é um benefício destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção

²⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2008/09/18/ult580u3322.jhtm>. Acessado em 10 de agosto de 2022.

²⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acessado em 10 de agosto de 2022.

²⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/apps/auxilio-emergencial>. Acessado em 10 de agosto de 2022.

emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do coronavírus – COVID 19”.

O redesenho do Programa Bolsa Família na atual gestão do Presidente Jair Bolsonaro apresenta riscos para o futuro êxito da política de transferência de renda, alerta José Graziano (2022), para o qual a mudança feita não resolverá o problema da fome e da miséria que assola milhões de brasileiros³⁰. Desse ponto de vista, diz o autor, a política de assistência social está longe de ser uma política de seguridade social e continua a ser uma política de mitigação.

Ao pesquisar sobre as competências da Secretaria de Desenvolvimento Social nos três Municípios selecionados para o meu campo de investigação, constatamos que somente a Prefeitura Municipal de Setubinha deixa explícito em seu site³¹, vinte e um itens que competem à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Dos vinte e um itens arrolados, destacamos os que consideramos mais enfáticos para suprir as demandas e necessidades das mulheres “que ficam” no Vale do Mucuri: o inciso III - “fortalecimento das organizações comunitárias, como direito legítimo do exercício da cidadania”. Inciso VIII – “Assistir as associações de bairros e outras formas de organização que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida dos habitantes”. Inciso IX – Prestar apoio à mulher, ao portador de deficiência e ao idoso. E por último, o inciso XII, uma das questões mais importantes apontadas nesta investigação – “Incentivar iniciativas que fomentam ações de geração de emprego e renda”!

Em reportagem divulgada pelo Jornal da Ciência³², uma publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 2022, o diagnóstico elaborado por especialistas que participaram de uma mesa redonda realizada no dia 27 de julho, na 74ª Reunião Anual da SBPC foi que “não existe mais políticas para igualdade de gênero no atual Governo Federal”. O objetivo do evento era debater a questão do gênero no Brasil sob as perspectivas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos por diversos países até o ano de 2030.

A reportagem denuncia que “No dia 12 de junho de 2020, a Câmara dos Deputados divulgou um estudo que mostrava que o orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi reduzido em R\$ 5,6 milhões. Seu novo plano de atuação excluiu o

³⁰ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/graziano-fome-no-brasil-pode-chegar-a-sua-tua%C3%A7%C3%A3o-explosiva/a-60946424>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

³¹ Disponível em <https://www.setubinha.mg.gov.br/secretarias>. Acessado em 11 de agosto de 2022.

³² Disponível em - <http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jnoticias.jornaldaciencia.org.br/7-para-especialistas-nao-existe-mais-politicas-de-promocao-as-mulheres-no-governo-federal/>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

programa Política às Mulheres e criou o programa Proteção à Vida. Já em 2021, apenas metade do orçamento do Ministério foi autorizado”.

Das mulheres entrevistadas, Larimar e Ametista não têm nenhuma renda e não são beneficiárias do Bolsa Família. Larimar, porque trabalhava de carteira assinada e estava desempregada no momento da entrevista, e Ametista porque nunca conseguiu acessar o benefício, apesar de estar cadastrada e estar dentro do perfil de beneficiários. Morganita e Ambar são aposentadas, mas no caso desta última a renda familiar também é constituída pelo Bolsa Família, recebido pela filha que mora com ela. Salienta-se que as mulheres compõem, majoritariamente, o atendimento da assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo de gestão, além de ser um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que regula e organiza os serviços socioassistenciais. Sua importância está estabelecida, ao passo que, o objetivo principal do SUAS é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas demandas, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. A assistência social e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social foram considerados serviços essenciais incluídos no Decreto presidencial nº 10.282/2020 (PFEIFER et al., 2021).

A Política de Assistência Social na perspectiva do SUAS, concebida como política de proteção social, deve garantir seguranças sociais de: acolhida; de renda; do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e de sobrevivência a riscos circunstanciais. O SUAS está organizado em níveis de complexidade, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial dividida em Média e Alta Complexidade (Resolução n. 130, de 15/07/2005).

Concordamos com Simone Sampaio et al., (2021), quando mencionam que a política de assistência social está em crise, e é anterior à crise sanitária da Covid-19. Ocorre um processo de notório sucateamento da própria política, que fragiliza as equipes de trabalho, que se pauta pela falta de investimentos (financeiros, materiais, organizacionais), pela desarticulação da rede entre as políticas públicas, fatores que resultam na baixa qualidade e precariedade do atendimento visto na sua integralidade.

Conceber políticas que visem a igualdade entre homens e mulheres, que venham ao encontro das demandas e necessidades postas pelas mulheres nesta investigação, significa que o Estado tem que incorporar a perspectiva de gênero em suas políticas.

Um dos espaços propícios para trabalhar na perspectiva da Proteção e Assistência são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nas comunidades. Esta instituição,

geralmente, é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

Os serviços ofertados pelo CRAS são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O público atendido pelos CRAS são justamente as famílias e indivíduos em situação grave de proteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros³³.

Os técnicos que atuam junto aos CRAS possuem um papel muito importante junto à Política de Assistência Social e, podem propor ações nas comunidades estudadas, formando grupos de mulheres, estimulando a criação de programas e projetos, desde que possuam acesso a recursos destinados no orçamento.

5.1.7 Política de Educação e Capacitação

A caracterização das mulheres entrevistadas apresentada acima no quadro 2, demonstra a baixa escolaridade nas diferentes faixas etárias. A Constituição da República em seu artigo 205 garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, princípio previsto no inciso I do artigo 206 da CF, não reflete a realidade vivenciada pelas entrevistadas. Diversos relatos apontam os desafios e dificuldades enfrentados na busca pela garantia constitucional de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho previsto na CF como explana Jade:

Meu tempo de escola a gente não ia na escola porque meu pai não deixava. Era um tempo muito difícil porque a gente tinha que ajudar eles trabalhar né? Então por isso eu nem estudei que eu vivia trabalhando mais ele, aí eu nem estudei (JADE – SETUBINHA, 2021).

³³ Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras#>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

A necessidade de trabalhar para ajudar na sobrevivência da família, foi pontuado nos relatos assim como a dificuldade de acesso ao transporte escolar [...] eu estudei “inté” a quinta série [...] porque era muito difícil prá estudar, “modo” de não tinha condução (ônibus escolar), chovia muito, aí eu acabei saindo e não terminei os “estudo”. (Cianita - Catuji, 2021). As dificuldades vivenciadas na infância para estudar também estiveram presentes no relato de Turquesa:

Então né, minha infância foi muito sofrida... vim de família humilde meus pais são tudo lavrador, trabalhava na roça desde muito tempo e pra mim estudar foi muita dificuldade porque a gente tinha que pegar um ônibus longe de casa, mais foi bem sofrida e a gente não teve essa infância, uma infância de criança de brincar, essas coisas, né (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

Como direito do cidadão e dever do Estado, a universalização e permanência na educação, no caso da educação no campo, passa pelo entendimento do seu modo de vida, dos seus interesses, das suas necessidades para que seja possível atingir a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional, considerando suas especificidades para a oferta de um ensino de qualidade.

Ametista relata que apesar de ter frequentado a escola durante quatro anos não sabe ler, apenas escrever o nome. [...] “eu só sei escrever meu nome, mais saber ler é assim mesmo [...] que no caso ele (professor) não esforçava a gente pegar um livro assim, ensinar a gente tomar leitura da gente”.

Desafios vivenciados na busca por educação pelas mulheres entrevistadas continuam presentes em suas realidades, no cotidiano dos filhos. [...]”eu mesmo levava pra a escola (filhos), tinha que buscar porque não tinha ônibus na época. Então a gente tinha que buscar na escola porque era estrada de chão e tinha que passar numa mata, aí, tinha que levar uns e trazer os outros e era assim o dia a dia. (Alexandrita, 2021). A preocupação com a qualidade do ensino ofertado está presente na fala de Hematita (2020):

[...] a escola eu acho que deveria mudar, melhorar né. A escola que tem que aqui tem uma sala só, e os professores têm que lecionar as quatro séries: primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto. Um professor só numa sala atendendo esses alunos de todas essas séries. Aí, eu acho que deveria melhorar, dividir pelo menos assim duas turmas em uma sala para melhorar o aprendizado do aluno. Porque uma sala, um professor só para dar conta de 5 turmas, eu acho, que alguns alunos fica assim sem atenção né? (HEMATITA – ITAIPÉ, 2020).

De acordo com Luiza Ferber (2014), as Escolas Isoladas existiam no final do século XIX, início do século XX, e eram caracterizadas por se localizarem em zonas rurais ou suburbanas, e por terem somente um professor que lecionava para o 1º, 2º, 3º e 4º anos, ao mesmo tempo, em uma casa, que podia ser do próprio docente, ou no salão da igreja, ou em

alguma casa cedida pela comunidade. Nestas Escolas, o trabalho dos professores era prejudicado pela maneira que esta instituição estava disposta: em uma mesma sala de aula, os professores deviam ensinar a um número significativo de alunos, em diferentes estágios curriculares. Da mesma forma, o aprendizado dos alunos ficava prejudicado pelo fato de terem que assistir ao mesmo tempo as aulas ministradas para a primeira, segunda, terceira e quarta série.

Ao estudar a história da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX, no Brasil, Rosa Souza (2008, p.46) escreve que estas escolas eram “consideradas muitas vezes como ‘um mal necessário’, as escolas isoladas tornaram-se, em todo o Brasil, a expressão da ‘escolinha’ do bairro e da roça, a escola alfabetizante instalada predominantemente em zonas de população rarefeita, modesta em suas finalidades e marcada por muitas carências”.

É preocupante saber, que em pleno século XXI, ainda existam Escolas Isoladas no Vale do Mucuri, pois suas raízes datam do final do século XIX, início do século XX.

Além de todas as dificuldades relatadas acima, outro desafio vivenciado pelas mulheres entrevistadas é a escassez de tempo e condições a participação delas nos grupos de organização social em função da necessidade dos cuidados com os filhos. A ausência de creche permeou vários relatos como os de Turquesa (2020):

Não né, minha filha! Creche não tem aqui, tem só escolinha. [...] na idade de criança de 0 a 4 anos é em casa né. Na maioria das vezes até a condição de ir pra a escola complica né. Agora que aqui tá melhorando mais um pouco [...] tem um prezinho que colocaram, só que foi agora há pouco tempo. Mas com a pandemia parou tudo, mas antes não tinha não (TURQUESA – SETUBINHA, 2021).

Nos registros oficiais do Serviço de Documentação e Informações Educacionais – SEDINE da Superintendência de Ensino (SRE) de Teófilo Otoni constam a existência de apenas duas creches nos municípios pesquisados, uma em Catuji e outra em Setubinha, não foram encontrados registros de creche no documento referentes ao município de Itaipé.

O Quadro abaixo permite visualizar a distribuição de Escolas pelos Municípios pesquisados.

Quadro 3 – Distribuição das escolas municipais e estaduais nos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	ESCOLAS MUNICIPAIS		ESCOLAS ESTADUAIS		TOTAL
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	
Catuji	08	01	-	02	11
Setubinha	09	02	02	04	17
Itaipé	09	02	-	02	13

Fonte: SEDINE – SER – TO (2022). Dados sistematizados pela pesquisadora.

O município de Catuji conta com apenas uma creche, localizada na zona urbana. Na zona rural são oito escolas municipais rurais de ensino fundamental - anos iniciais, sendo duas com pré escola. Na zona urbana do município são mantidas duas escolas municipais, em uma delas funciona a creche junto com o pré escolar e em outra, funciona o ensino fundamental e o EJA do ensino fundamental - anos iniciais. O município possui ainda duas escolas estaduais na zona urbana, uma com ensino fundamental anos iniciais e ensino fundamental anos finais e a segunda que atende o ensino fundamental anos finais, o ensino Médio, o EJA - ensino fundamental anos Finais e o EJA - Ensino Médio.

No município de Setubinha a única creche existente é municipal e também fica localizada na zona urbana. Na zona rural o município possui nove escolas municipais, com atendimento às seguintes modalidades: Um pré escolar; seis de ensino fundamental anos iniciais; uma que atende o ensino fundamental anos finais; e uma que atende o ensino fundamental anos iniciais e o EJA – anos iniciais totalizando nove escolas municipais rurais. Existe ainda o registro de nove escolas estaduais em Setubinha sendo quatro na zona rural e duas na zona urbana. Dentre as modalidades atendidas nas escolas estaduais presentes na zona rural estão o ensino fundamental anos iniciais e finais; EJA anos iniciais e finais e o ensino médio. As modalidades atendidas variam em cada escola sendo o ensino médio ofertado em apenas uma escola da zona rural. Na zona urbana do município é registrado a existência de escolas que atendem do ensino fundamental anos iniciais até o ensino médio.

Itaipé não tem registro de creche no cadastro do Sedine da SRE-TO. No entanto a cidade possui uma creche na zona urbana vinculada à igreja católica que mantém parceria com o município para seu funcionamento. A zona rural é atendida por nove escolas municipais que atendem o ensino fundamental anos iniciais e duas escolas municipais na zona urbana uma que atende o pré escola e outra do ensino fundamental anos iniciais e final e EJA anos iniciais e anos finais. Existem duas escolas estaduais no município que funcionam na zona urbana e atendem as modalidades dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e EJA ensino médio.

A grande extensão territorial é uma das características dos municípios pesquisados. Tal fato se apresenta como um grande desafio a ser enfrentado na oferta das modalidades de educação nas localidades devido à dispersão territorial, o que contribui para o baixo índice de escolaridade apresentado pelas mulheres entrevistadas.

Ao analisar a distribuição da oferta de modalidades de ensino nas escolas municipais e estaduais presentes nos municípios analisados é possível observar a pouca oferta de Educação de jovens e adultos tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais e da pré escola nas localidades rurais, além inexistência de creches nas comunidades rurais.

“Sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade”. Esta frase é uma das cinco dimensões estabelecidas pelo Fórum Econômico Mundial, no documento “Empoderamento das Mulheres – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005)³⁴. Esta proposição reafirma o terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de 2000 (ODM, Declaração do Milênio, ONU), que preconiza o consenso internacional sobre a necessidade de educação básica para todos/as e de avançar na igualdade de gênero – “Igualdade entre sexos e valorização da Mulher”.

Logo, as instituições escolares caracterizam-se como espaços privilegiados para formação, conscientização e capacitação das mulheres para a vida e sobretudo para o mundo do trabalho. Outro papel importante desempenhado pelas Escolas é o da prevenção às violências, envolvendo as famílias e toda a comunidade escolar. Neste sentido podem ser realizadas atividades que introduzem as questões de gênero nas disciplinas curriculares; ações educativas na escola por meio de realização de oficinas, teatro, entre outras dinâmicas participativas entre os alunos e demais profissionais da educação.

Marcela Lagarde (1996, p.18), lembra, que “se tivessem tido uma chance [de formação, conscientização, capacitação, estudo], hoje milhares de mulheres teriam encontrado, a partir de um ‘olhar de gênero’, caminhos legítimos para construir alternativas aos limites e carências que lhes são colocados no cotidiano: a injustiça, as violências, a pobreza, a ignorância e a insalubridade”.

Se tivessem mais oportunidades nos processos participativos e no campo da Educação e Capacitação, as próprias mulheres seriam as protagonistas de políticas públicas que viessem ao encontro de suas demandas e necessidades, e não seriam somente “destinatárias e beneficiárias”, mas sim, sujeitos de direitos colocando em prática seus diferentes saberes e conhecimentos.

Encerramos esse capítulo destacando que as políticas voltadas à equidade de gênero devem ser assumidas pelo Estado, pelos gestores públicos de cada Município e de cada comunidade integrante do Vale do Mucuri, elencando os eixos centrais apontados por Vera Soares (2004), para a efetivação da igualdade de gênero: a) garantir a autonomia pessoal e direito à educação e ao trabalho, pois a independência econômica é um dos elementos centrais da emancipação das mulheres; b) alterar a divisão sexual do trabalho na família; c) garantir condições de autonomia sobre o corpo e sobre a maternidade; d) combater o racismo e preconceitos; e) romper o silêncio e

³⁴ Disponível em <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/equidade/Aba%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20disparidades%20de%20g%C3%AAnero.pdf>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

ouvir as vozes das mulheres, favorecer a organização e a participação das mulheres como sujeitos;

f) garantir o acesso do uso e do controle dos recursos produtivos (do trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XXI, as tecnologias tem revolucionado o ritmo e a forma como vivemos, trabalhamos e nos comunicamos. No entanto, apesar das descobertas e conquistas que aceleram processos, e gera rápidos resultados, mediante o esforço e a inteligência humana, vivenciamos processos de exclusão que nos remete à alienação de direitos, benefícios e representatividade quando analisamos os avanços numa perspectiva feminista sob a ótica das relações de gênero.

Enquanto o progresso econômico e tecnológico avança em determinadas camadas sociais, a busca pelo nível básico de sobrevivência ainda é uma realidade para uma grande parte da população do Vale do Mucuri/MG conforme demonstra seus indicadores socioeconômicos que estão entre os piores do país e do estado de Minas Gerais.

A migração é uma das alternativas encontradas por muitos para manterem e sustentarem suas famílias, e nesse contexto as mulheres que ficam no local de origem vivenciam as consequências do processo migratório de seus maridos, companheiros e ou filhos num movimento contínuo de luta e resiliência que perpassam gerações.

As mulheres entrevistadas “sujeitas” desse trabalho têm sido atingidas por diferentes exclusões que tem impactado suas condições mais elementares de sobrevivência a exemplo da escassez e contaminação da água, esgotamento do solo dentre outros fatores que colocam em risco sua saúde e da sua família.

É como se o Mucuri com suas belezas naturais, seu patrimônio cultural e seu povo trabalhador vivesse em uma realidade paralela. Enquanto a inteligência artificial cria avatares e testemunhamos o surgimento do metaverso, meninas do Vale carregam feixe de lenha para cozinhar, mulheres buscam o sustento no cabo da enxada e idosas morrem em explosão de fossas sanitárias.

Enquanto os ônibus levam os homens do Mucuri para a busca de trabalhos longe de casa. Mulheres ficam distantes de seus companheiros e ou maridos por longos meses ou anos e filhos são “separados” de suas mães, muitas vezes definitivamente, por se estabelecerem no local de destino e não retornarem.

Vivemos um paradoxo no Vale do Mucuri, onde a riqueza da extração de seus produtos minerais³⁵ e a beleza de suas pedras preciosas que seguem para o exterior com baixo valor agregado, contrastam com o somatório de 79,73% de sua população classificada como pobre (53,91%) ou

³⁵ Segundo dados da Agencia Nacional de Mineração - ANM, em 2018 a maior operação de extração de granito bruto foi em um dos municípios do Vale do Mucuri.

“extremamente pobres” (25,82%). A colonialidade³⁶ é vivenciada no cotidiano das mulheres de migrantes das comunidades rurais, para quem sobram as migalhas do avanço tecnológico e da modernidade ao conviverem com as chamadas por *whatsapp* que dão notícias e amenizam saudades, mesmo quando o sinal de internet pega apenas no topo do morro ou o aparelho fica na garrafa pet cheia de brita para ser carregado.

A opressão vivenciada pelas mulheres no território do Mucuri, seja na zona rural ou urbana é refletida na sobrecarga de trabalho para cuidar e sustentar os filhos na ausência dos maridos, na sub-representação política em cargos eletivos no executivo e no legislativo e pelo descaso governamental com as condições em que vivem no contexto de migração.

As entrevistadas demonstraram ter autonomia e preparo como administradoras de suas propriedades enquanto seus maridos, companheiros e/ou filhos estão fora. Apesar de entenderem sobre recursos naturais, sobre plantação e manejo do solo, poucas tem oportunidade de participar dos processos de tomada de decisão que envolvem proposição de políticas públicas ou questões relacionadas ao meio ambiente local.

Apesar de demonstrar grande interesse em participar de grupos ou movimentos organizados, as entrevistadas possuem muitas limitações para interagir devido a demanda de atividades no espaço doméstico, excessiva carga de trabalho, múltipla jornada, cuidados com os filhos, idosos e doentes da família.

Enquanto aguardam junho ou janeiro para a chegada dos companheiros, como retrata a canção de Tau Brasil, muitas convivem com várias incertezas. A alma se inquieta com preocupações sobre as condições precárias de trabalho dos maridos e filhos, com as jornadas exaustivas e com os perigos que enfrentam longe de casa.

Convivem ainda com a solidão, o medo, a responsabilidade pela criação dos filhos e com a tristeza das crianças pela ausência dos pais. Choram sozinhas pensando se o companheiro se alimentou, se alguém fará alguma maldade ou se alguma doença acometerá os filhos que estão longe de casa. E adoecem!

Solidão, tristeza e medo foram sentimentos recorrentes em todos os relatos das entrevistadas. Consequências do abandono de toda uma macrorregião que serve como reserva de mão de obra barata para outros centros mais desenvolvidos do Estado e do país. Registro de mais uma violência sofrida pelas mulheres, dessa vez a violência governamental que ignora a realidade dos indicadores sociais dessa região marcada por intensos processos migratórios.

Não são vítimas nem coitadas as mulheres dos migrantes. São sobreviventes, lutam,

³⁶ Entendida a partir da perspectiva de Lugones que acrescenta o sistema de gênero colonial na análise da colonialidade do poder.

trabalham, sorriem e tem esperança em dias melhores. A resiliência com que enfrentam as adversidades para manter o vínculo familiar e sobreviverem a cada partida dos companheiros é revelada no silêncio prolongado durante os depoimentos, nos suspiros e nas falas que se iniciam e não são concluídas.

As mulheres entrevistadas vivem e sobrevivem invisibilizadas. Reagem, questionam, lutam enquanto agentes cognoscentes de sua própria história, mas enfrentam uma batalha desigual, injusta, resultante de todo um processo colonial que desumaniza os sujeitos e naturaliza formas e modos de pensar, viver e existir dentro de um modelo opressivo.

Enquanto pesquisadora, comprometida com as epistemologias feministas, fiquei profundamente sensibilizada com a situação latente, imersa, escondida das mulheres que entrevistei e de tantas outras que vivenciam a mesma realidade no Vale do Mucuri. Trazer à tona essa realidade e a partir da lente dos estudos feministas, contribuir para a desconstrução da naturalização da opressão em que vivem essas mulheres, tornou-se possível em função da imersão e experiência no campo que resultou numa profunda empatia com as histórias de cada uma das mulheres entrevistadas.

Posiciono-me como pesquisadora que vai a campo com o coração, estabelecendo conexão e considerando as subjetividades e os saberes numa relação de sujeito cognoscente para sujeito cognoscente de pesquisa em relação às entrevistadas. Nesse processo me conecto ainda a partir dos depoimentos, com as diversas violências que atravessam suas vivências.

Algumas ações possíveis para a desconstrução da naturalização da invisibilidade dessas mulheres, evidenciando as opressões que interseccionam suas vivências, passam pelo questionamento da lógica hegemônica do conhecimento que desconsidera suas diferentes formas de construção; pela leitura localizada e decolonial da formação do Vale do Mucuri numa reflexão sobre a forma de reprodução da vida neste território e pela elaboração de políticas públicas de gênero que possibilite a participação cidadã e a emancipação das mulheres.

Considerando que um dos pontos centrais desta tese é o debate sobre o déficit de políticas públicas que acompanha a vida das mulheres “sujeitas” da pesquisa, apresentarei algumas questões, para que possam ser melhor compreendidas, visibilizadas e debatidas a partir das complexidades e especificidades que permeiam a realidade dos entes subnacionais, ou seja as realidades locais.

O primeiro aspecto centra-se na perspectiva que, o conjunto de políticas públicas existentes no país (educação, saúde, saneamento, etc.) embora sejam federalizadas são operadas basicamente pelos governos locais, ou seja, pelas Prefeituras. Portanto, há que se pensar que a

governabilidade³⁷ influencia diretamente os processos de formulação, implantação e efetivação de direitos, assim como a acessibilidade aos benefícios da política e a qualidade daquilo que é ofertado.

As dificuldades enfrentadas em relação às formas de gestão, coordenação e eficácia administrativa, nos processos de interação com a sociedade civil, juntamente com os desafios decorrentes de falta de dotação orçamentária para suprimir os recursos necessários – humanos, materiais e financeiros, as limitações técnicas presentes em grande parte dos pequenos municípios contribuem para a não efetivação de políticas públicas, afetando com mais intensidade alguns segmentos da sociedade, como é o caso das mulheres moradoras do Vale do Mucuri.

As dificuldades em relação a governabilidade do poder público local é um elemento que pode nos ajudar a entender a manutenção de indicadores socioeconômicos e de infraestrutura críticos presentes no vale do Mucuri, apresentados na tabela 2. São municípios com pouquíssima capacidade de investimentos e, portanto, de iniciativa política, no sentido de complementar ações das políticas federais existentes.

Tais políticas públicas, de cunho generalista, têm sido implementadas, em sua grande maioria, sem um olhar mais específico, voltado para as particularidades locais, como no caso das necessidades identificadas pelas mulheres dos migrantes do Vale do Mucuri. O atendimento às especificidades locais vai depender da capacidade dos municípios de proporem projetos, o que se configura um grande desafio diante do quadro apresentado.

Sugere-se um diálogo entre os governantes locais, estaduais e federais, no sentido de ampliar a busca de proposições conjuntas para o fortalecimento e implementação de ações que minimizem as assimetrias existentes na região, envolvendo no processo gestores públicos, órgãos governamentais e não governamentais, ou seja, o papel da sociedade civil organizada é muito importante, incluindo a academia no sentido de explicitar as demandas e necessidades das mulheres moradoras do Vale do Mucuri.

O segundo ponto a ser pensado, ainda ligado à política, é o quadro de deficiência no que diz respeito à infraestrutura sócio econômica nos municípios do vale do Mucuri, o que demonstra a necessidade de parcerias, de uma coalisão política forte em defesa dos interesses da região como visto em outras regiões do Estado ilustrado pela figura 5.

³⁷Entendimento de governabilidade (ou capacidade governativa) como a capacidade de um sistema político em produzir políticas públicas que resolvam os problemas da sociedade, ou a capacidade dos governos de converter o potencial político de um dado conjunto de instituições e práticas políticas em capacidade de definir, implementar e sustentar políticas (Malloy, apud Santos, 1996).

A centralização de recursos públicos em regiões centrais do estado além de acentuar as assimetrias demonstram o desequilíbrio de forças políticas e de representatividade da região junto às instancias políticas estadual e federal responsáveis pela destinação dos recursos públicos e investimentos. A dificuldade de integração da região com centros mais dinâmicos seja por questões de logística, tecnológicas e ou de infraestrutura denunciam um descaso e um abandono político que contribui para o isolamento e distanciamento cada vez maior dos centros de poder e decisão no país. Tal situação aponta para uma polêmica reflexão sobre o fato dessa condição de pobreza das famílias moradoras do Vale do Mucuri e a perpetuação do fluxo de migrantes, que tem como única opção trabalhar longe de seus locais de moradia, não ter por trás um componente político que denota um viés acentuadamente conservador, patriarcal e patrimonialista.

A terceira questão está ligada a “equidade de gênero” na agenda da política nacional. As conquistas em relação aos direitos das mulheres que temos hoje, foram impulsionadas pelos movimentos sociais entre eles o movimento feminista. A criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) vinculada à Presidência da República em 2003 com status de ministério até 2015, possibilitou muitos avanços porque a mesma foi uma grande aliada das demandas e necessidades das mulheres. No atual governo (2022), as questões relacionadas aos direitos das mulheres foram incorporadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que centralizou seu enfoque nas famílias com um viés ideológico e conservador, o que dificulta sobremaneira um diálogo plural sobre temas que afetam as mulheres.

Atualmente a agenda de gênero tem sofrido um retrocesso com o desmonte de suas políticas e planos o que configura um isomorfismo institucional³⁸ que age em cadeia enfraquecendo os elos abaixo e refletindo no cotidiano dos grupos vulneráveis que dependem de suas políticas, no caso do referido estudo, as mulheres dos migrantes. Ou seja, quando há um enfraquecimento da agenda nacional de um tema e da fragilização das instituições que tratam do assunto ocorre um processo sistêmicos de desmantelamento que alcança os entes subnacionais.

Nesse sentido, o conjunto de aspectos apontados também corrobora para uma desfamiliarização, aqui entendida, como a fragilização dos laços de convivência que marcam a existência da família independente de sua composição, decorrente da migração dos familiares,

³⁸ Influência do ambiente institucional nas organizações, apresentando similitudes nas suas estruturas e processos, dentro de um mesmo ambiente institucional (Peci, 2006).

sejam eles os maridos, companheiros ou filhos. Do ponto de vista da amalgama do que é a instituição família (convívio), as relações ficam muito prejudicadas, considerando a intermitência do convívio e o constante porvir de um deslocamento dos homens da família, que pode ser temporário ou definitivo. As mulheres “sujeitas” da pesquisa de diferentes gerações convivem com a temporalidade de sua unidade familiar do ponto de vista das relações maritais e em muitos casos da convivência com os filhos. E, suas relações passam a ser cindidas, constantemente, pelas necessidades econômicas. Posto isso, os aspectos subjetivos como o afeto e o companheirismo que envolvem uma família, acabam muitas vezes desfeitos.

Entendo no presente estudo que uma política voltada para minimizar as implicações nas relações de gênero no cotidiano das mulheres de migrantes, teria que ser formulada pensando também nos homens que migram e na melhoria das condições de vida na região. A intenção não é colocar a mulher na situação de subordinação, mas entender que os elementos apresentados pelo estudo como os problemas agravados para as mulheres que ficam vulnerabilizadas física e emocionalmente, se devem em parte pela ausência por longos períodos de seus maridos, companheiros e ou filhos, ocasionada pela necessidade de migrarem em busca de trabalho.

Importante observar ainda que a caracterização das mulheres entrevistadas, apresentado no quadro 2, aponta para a segregação de uma parcela da população que tem dificuldade de acessar as políticas públicas, sendo mulheres de baixa escolaridade, em sua maioria negras, com baixa renda, de características predominantemente rural, mesmo as que vivem na zona urbana e que em algum momento conviveram ou ainda convivem com a ausência dos maridos/companheiros e ou filhos assumindo toda a responsabilidade pelos cuidados e reprodução da sobrevivência no cotidiano.

As especificidades apresentadas pelas mulheres entrevistadas nesse sentido ficam secundarizadas, invisibilizadas pelos governantes e pelas políticas existentes que não se importam com as especificidades locais. Assim como existem mulheres no Vale do Mucuri que vivenciam múltiplas exclusões, existem dispersas pelo Brasil várias outras mulheres com vivências semelhantes.

Nesse sentido, a proposta aqui defendida é se pensar que dentro de uma política nacional para mulheres, deve haver espaço para construção de programas que considerem as distintas realidades existentes no país, as especificidades socio-territoriais, como é o caso das mulheres “que ficam” nos municípios do Vale do Mucuri.

Este trabalho não esgota as possibilidades de análise sobre as implicações das relações de gênero na trajetória de vida das mulheres de migrantes do Vale do Mucuri. Mas suscita o debate

sobre a temática e joga luz sobre o fenômeno que caracteriza a região e contribui para as relações hierarquizadas e a opressão das mulheres que vivenciam a situação.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, F. **A rede urbana da mesorregião do Vale do Mucuri: uma proposta de hierarquização por meio de técnicas de estatística multivariada.** In: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ASSIS, G. O. **Emigrantes Brasileiros para os EUA e a reconstrução da identidade étnica.** In: **22 Reunião Associação Brasileira de Antropologia**, In: 22 REunião Associação Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2000.
- ASSIS, G. O. **Rupturas e Permanências: os novos fluxos da população brasileira e as transformações nas relações familiares e de gênero.** In: *Fazendo Gênero IV -*, 2000, Florianópolis. Cultura, política e sexualidade no séc. XXI. Florianópolis: UFSC, 2000. p.37.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- ATLAS BRASIL. **Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil.** Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Acesso em: Estatísticas da Saúde; Mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul.
- AZEVEDO, A. L. M. de; COSTA, A. M. **A estreita porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS): uma avaliação do acesso na Estratégia de Saúde da Família.** In: *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2010, v. 14, n. 35, pp. 797-810. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000029>>. Epub 08 Set 2010. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000029>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- BAENINGER, R. **Fases e Faces da Migração em São Paulo.** NEPO-UNICAMP/FAPESPq, 2012.
- BAENINGER, R. **Migrações Internas no Brasil Século 21: evidências empíricas e desafios conceituais.** In; CUNHA, J.M. (org) *Mobilidade da População* (no prelo) 2011.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária.** In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba, 2011.
- BANDEIRA, L. M. **Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** In: PEREIRA DE MELO, H.; BANDEIRA, L. M. *A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil.* Série Mujer y Desarrollo, 2005. n. 66. CEPAL.
- BAPTISTA, D. et al. (Org.). **Cidadania e Subjetividade.** São Paulo, Imaginário, 1997
- Bardin, L. **Análise de conteúdo.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, H. S. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York/USA: The Free Press, 1997.

BICUDO, M. A. V. **A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico**. Educação Matemática Pesquisa, São Paulo, V.10, n.1, pp.137-150, 2008.

BORGES, L. **Mães Solteira Não. Mãe Solo! Considerações Sobre Maternidade, Conjugalidade E Sobrecarga Feminina**. In: Revista Direito e Sexualidade, Bahia, n. 1, p. 1-23, maio, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>. Acesso em: 02 maio. 2021.

BRAGA, F. G. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil**. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho (CLT) (1943)**. CLT: Consolidação das leis do trabalho [recurso eletrônico] / Eliezer de Queiroz Noletto (organizador). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 177 p. – (Série legislação; n. 278 E-book).

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Saraiva, 2017 BRASIL.

BRASIL. **Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece o parâmetro para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 25 ago.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Maria Da Penha**. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Portaria nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017**.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Política para as Mulheres. Plano Nacional de Política para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2013b. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Decreto Nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. **Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Decreto Federal Nº 11.016, de 29.03.2022.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.** UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2009.

BRITO, F. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 21, Jan/jun, 2004.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p. Disponível em: <https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf> Acesso em: 05/08/2022.

CARVALHO, C. O. **A Contextualização Histórica e Análise do Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Mucuri.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos.** In: *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CARVALHAL, T. L.; OLIVEIRA, E. C. de; RIBEIRO, M. I. S. **Políticas de morte nas educações instituídas e contágios insurgentes em contextos pandêmicos.** In: INFRAN, F. F. N., et al. (Orgs). *Faturas expostas pela Pandemia: Escritos e Experiências em Educação.* Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2020. 320 p.

CARVALHO, V. R. **Vale do Mucuri.** CORDEIRO, C. R. *Nas Trilhas do Mucuri.* Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9sE5tvMTgY4>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CASTRO, R. D. de. **A Migração Sazonal do Vale do Jequitinhonha no Séc. XIX: meios de vida, translocalidade e fluxos.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2014.

COSTA, J. G. **O processo de ocupação do vale do mucuri e os condicionantes históricos do desenvolvimento econômico da região.** In: *Revista Multiface*, Belo Horizonte, V.6, n.1, 2018.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Vol.10, n.1, 2002, p.171-188. Disponível em www.scielo.br.

DUARTE, R. H. **Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri.** In: *Revista Brasileira de História*, n. 44, dezembro, São Paulo, 2002.

DURHAM, E. **A caminho da cidade.** In: *A vida rural e a migração para São Paulo.* São Paulo: Perspectiva, 1984.

ESTRADA, S. L.; BARBA, G. O. **Pobreza Feminina y Políticas de Género: el Programa Jefas de Família em Tijuana, Baja California, El Colégio de la Frontera Norte**, 2006

FAZENDA, I. C. A. **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Informações Territoriais dos Municípios da Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni** – 2021. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Índice mineiro de responsabilidade social (IMRS)**. Belo Horizonte: FJP, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021**. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. In: Nota técnica. 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FREITAS, R. de C. M. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas**. Katálisis, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 65-74, jan./jun.2007

_____. “Programas de Combate à Pobreza: o poder das mulheres às avessas”. In: **Leituras de Resistência** - Corpo, Violência e Poder. Vol II Florianópolis: Editora Mulheres, 2008 (pp. 269-298).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP. Informações territoriais – **A situação da região geográfica intermediária de Montes Claros segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS**. Fundação João Pinheiro – FJP. v. 2, n. 2, março, 2020. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Inf_NIT_InfTerrit_02_2020.pdf> Acesso em: 04 abr. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Fluxos migratórios dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais e grandes regiões do Brasil**. 2010. Belo Horizonte, FJP, 2018.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Direito à saúde**. 2022. Disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/direito-a-saude>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GÊNERO E NÚMERO. **Conheça a gênero e número**. 2020. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/institucional/>>. Acesso em: 07 jun. 2021. GENOVEZ, P. F. **Oficina de redação Interdisciplinar: material didático**. Governador Valadares, MG. Univale, 2018.

GIBSON-GRAHAN, J. K. La construcción de economías comunitárias: las mujeres y la política de lugar. In: HARCOURT, Wendy e ESCOBAR, Arturo. **Las mujeres y la política del lugar**. Programa Universitario de Estudios de Género, Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

GIFFONI, J. M. S. **Trilhos Arrancados: História da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878-1966)**. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Tese de Doutorado).

GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. de. **As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil**. In: MOURA, H. (Org.). Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. v. 2. p. 733-778.

GROSSI, J. C. & Santos, C. R. S. (2021). **Políticas que Beneficiem Mães Solo Rumo à Equidade Étnico-Racial e de Gênero**. In: Journal of Racial and Ethnic Social Equality, 1(1), 13 – 15.

GRUPO DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR (GEPAF). **Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: território da cidadania Vale do Mucuri-MG** / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-reitoria de Extensão. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. – Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.

Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF). **Território da Cidadania do Vale do Mucuri – MG – Relatório Analítico das Pesquisas Realizadas pela CAI-Mucuri entre Setembro/2010 e Setembro/2011**. UFVJM, Teófilo Otoni, 2011, 49 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra099.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ. Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, nº 5, p. 7-19. 1º semestre de 1999.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: Território Territórios. Programa de PósGraduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/ AGB, 2002. p. 17-38.

HAESBAERT, R. **O Mito Da Desterritorialização: Do “Fim Dos Territórios” À Multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. In: Cadernos Pagu, (5), 1995:07-42.

HARDING, S. (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1987.

HARDING, S. **‘Introduction: Is there a Feminist Method?’**. In: Sandra Harding (ed.), **Feminism & Methodology**, Bloomington: Indiana University Press, 1987, pp.:1-14.

HARDING, S. 1998a. **Is science multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies**. Bloomington: Indiana University Press.

HELLER, L. **Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 1998, v. 3, n. 2, pp. 73-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200007>>. Epub 28 Jul 2006. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200007>. Acessado em: 10 jul. 2022.

HIRATA, H. **A Crise Mundial e o Impacto da Reestruturação Produtiva na Divisão Sexual do Trabalho**. In: COSTA, Albertina et al. (Org.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. 1ed. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2010, v., p. 00-000.

HIRATA, H. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: *Revista Tecnologia e Sociedade (Online)*, v. 11, 2010.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. In: *Cadernos de Pesquisa*, on-line, São Paulo, n. 132, set-dezembro, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

HIRATA, H. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena et al. *Diccionario crítico del feminismo. Síntesis*, 2002, pp. 67-75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 26 maio. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P. 21-44

KABER N. Realidades trastocadas: Las jerarquías de género en el pensamiento del desarrollo. (Cáp. 6) México, Programa de Estudios de Género, UNAM, y Editorial Paidós. México. 1998

KERGOAT, D. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LAGARDE, M. **Género y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid (Espanha), Horas y Horas, 1996.

LARA, R. **Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social**. In: TAPAJÓS, Luziele. Pandemia, políticas públicas e sociedade. 1. ed. Florianópolis [SC]: Emais, 2021. p. 23 – 37. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrativo/Pictures/pandemiapoliticaspUBLICASesociedade_ebook_completo.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**. In: Coleção: Experiência e Sentido. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LISBOA, T. K. **O empoderamento como processo político de conquista da cidadania e de inclusão social das mulheres**. In: Carmen Susana Tornquist; Clair Castilhos Coelho; Mara Coelho dos Santos Lago; Teresa Kleba Lisboa. (Org.). Leituras de Resistência - corpo, violência e poder. 1ed. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2009, v. II, p. 299-310.

LISBOA, T. K. **Gênero, classe e etnia – trajetórias de mulheres migrantes**. Florianópolis: Editora da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOPES, E. A. de B. E. **Emoções, sentimentos de nostalgia e sofrimento psíquico: a dimensão dos afetos nas experiências e memórias de uma comunidade de migrantes**. In: REMHU, Brasília, v. 27, p. 211-232, 2019.

MAFFESOLI, M. **O imaginário é uma realidade**. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre: n° 15, agosto 2001, p. 74 -81.

MAIA, C. de J. **"Lugar" e "trecho": migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2000.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. In: Ipea, Brasília, 1994a. 46p. (Texto para Discussão n. 329).

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n.1, 1994b. p.41-60.

MARTINE, G. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília: Instituto SPN, 1992.

MARTINS, J. S. **O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: MARTINS, J. S. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. de S. **O problema das migrações e da “exclusão” social no limiar do terceiro milênio**. In: A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002

MARTINS, M. L. **Uma história das relações sociedade-natureza no Vale do Mucuri:1852-1983**. In: Tempos Históricos (EDUNIOESTE) , v. 19, p. 413-439, 2015.

MARTINS, M. L. **Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG - 1890 a 1950**. In: Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, 2010.

MATTOS, R. A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Abrasco, 2009. p.43- 68.

MAX, N. M. **Necessidades Humanas Y Trabajo Social**. Ed. CEPUR, Chile, 1986.

MINAS GERAIS. **Plano mineiro de desenvolvimento integrado 2016-2027**. Belo Horizonte: SEPLAG. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, 2015. Disponível em: <<https://www.governo.mg.gov.br/Institucional/ProgramasAcoes?id=6>>. Acesso em: 03 maio 2022.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. D. R.; GOMES, R. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. 25ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 64.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Errantes do fim do século**. São Paulo, UNESP, 1999.

NOTHAFT, R. J. **Experiência de mulheres no enfrentamento à violência doméstica e familiar e suas relações com os serviços para autores de violência**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

ONU - Brasil. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

ONU – Brasil. **Transformando o nosso mundo**. In: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 09 set. 2021.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 13 out. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

PECI, A. **A nova teoria institucional em estudos organizacionais: Uma abordagem crítica**. In CADERNOS EBAPE. BR, v. 4, nº 1, Mar 2006.

PFEIFER, M. et al. Características do trabalho remoto de assistentes sociais no SUAS de Santa Catarina durante a pandemia da Covid-19. IN: TAPAJÓS, Luziele ... et al. **Pandemia, políticas públicas e sociedade**. 1. ed. – Florianópolis, SC: Emais, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como 'repovoamento' e 'explicação'. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Online)**, v. 31, p. 85-98, 2016.

SÁ, Adriana Aparecida da Conceição Santos. **Contribuições da Lei Robin Hood para o desenvolvimento territorial do Vale do Mucuri**. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 94p. 2014.

SALGADO, M. P. C. **Metodologia de Investigación Feminista: Metodologia de Investigación Feminista**. Guatemala: Imprenta Evolution, 2008. 134 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. In: Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A; BARROSO, L. C. **A estrada Santa Clara no século XIX: caminho de 'gentes' e vivências no Mucuri**. 01. ed. Belo Horizonte: Gráfica O lutador, 2017. v.500. 120p.

SANTOS, M. A. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. 1. ed. Teófilo Otoni: s.n., 2018. v. 200. 176p.

SANTOS, M. A. **O poder e as representações de quem tem posse**. In: Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, v. 13, p. 448-476, 2021.

SANTOS, M. H. de C. Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas. Brasília: MARE/ENAP, 1996. 20 f. (Texto para discussão, 11). 1. Governabilidade. 2. Reforma do Estado-Aspectos históricos. I. Título. II. Série.

SAQUET, M. A. **Abordagens E Concepções De Território**. 2ª ed. Editora Popular, 2010.

SARDENBERG, C. M. B. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?** In: Costa, Ana Alice e Sardenberg, Cecília M. B. (Orgs.). Feminismo, ciência e tecnologia. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002 b, pp.:89-120.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. de O. **Teorias das migrações internacionais**. In: XII Encontro da Nacional da ABEP 2000. Caxambu, Out/2000. Disponível em: <https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM. **Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM)**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2022.

SIQUEIRA, S. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SILVEIRA, M. L. da. **Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (org.) Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 14^a ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: Economia Política da urbanização. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. In: ESTUDOS AVANÇADOS (ONLINE) , v. 30, p. 123-139, 2016.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. 319p.

THOMAS, W. I. and Znaniecki, F. (1918) **The Polish Peasant in Europe and America**. Vol. 1. Badger, Boston.

APÊNDICE A – Levantamento realizado em bases de dados científicos

Em pesquisa realizada nas bases *Google Acadêmico*, com o descritor Migração sazonal *and* relações de gênero, obtive 16.192 trabalhos, os quais continham estudos relacionados à migração de aves, plantas, clima, além de pesquisas referentes à área da saúde. Após refinamentos, foram encontrados 997 resultados relacionados com meu tema de pesquisa.

Buscando aprofundar a pesquisa nas áreas de ciências sociais e humanidades, a busca realizada na base de dados da *Scielo*, através da plataforma *Web of Science*, retornou os seguintes resultados: Migração Interna (1396), Migração Sazonal (195), Vale do Mucuri (22). Com os descritores Migração interna *and* gênero *and* mulher obtive 192 resultados.

Na base de dados *Scopus*, os resultados encontrados foram: Migração Interna (168), Migração Sazonal (326), Vale do Mucuri (36). Com os descritores Migração interna *and* gênero *and* mulher (181) e migração Sazonal *and* gênero *and* mulher (40).

Acrescentei a palavra-chave mulher nos descritores, para tentar identificar trabalhos realizados com as mulheres de migrantes que permanecem no local de origem após a saída de companheiros e/ou filhos.

Priorizei o levantamento de teses e dissertações na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dentro do portal de periódicos Capes. A seleção por descritores, a partir do levantamento das teses e dissertações, ocorreu em função da maior riqueza de detalhamento metodológico e discussão de resultados que poderiam contribuir para desenvolvimento de minha pesquisa.

A partir do levantamento realizado na BDTD, buscando o termo migração sazonal encontrei 115 estudos, selecionando 6 resultados (5,2%) relacionados à migração de companheiros e/ou filhos para o trabalho. Com o descritor Migração Sazonal e gênero, a busca retornou 5 resultados. Ao mudar o termo para migração interna, foram encontrados 39 trabalhos dos quais novamente apenas 6 (15,3%) correspondiam à temática. Os demais estudos estavam relacionados às áreas biológicas, agrárias, da saúde, dentre outras sem relação direta com o tema. Pesquisando com o descritor Migração Interna *and* relações de gênero foram encontrados 8 resultados.

Dando sequência ao levantamento na BDTD, a pesquisa com o descritor Migração *and* gênero, após a busca em todos os campos, retornou um total de 436 trabalhos. Ao fazer o filtro do mesmo descritor por assunto, foram obtidos 35 resultados. Após o refinamento por título e resumo e exclusão dos trabalhos repetidos, a seleção resultou em 06 estudos.

Ainda na mesma plataforma, ao buscar pelo termo Vale do Mucuri, o retorno foi de 1.317 resultados. Ao fazer o filtro por assunto e busca avançada, encontrei 8 resultados, dos quais foram selecionados 4. Destes, três se referiam a questões históricas e geográficas do Vale do Mucuri e o quarto abordava infância, trabalho e direitos contextualizando a migração no Vale. Ainda utilizando o filtro por assunto, não foram encontrados resultados para os descritores Vale do Mucuri *and* Migração Sazonal; Vale do Mucuri *and* Migração interna; Vale do Mucuri *and* gênero; Vale do Mucuri *and* relações de gênero; Vale do Mucuri *and* gênero *and* migrações. Ao alterar o filtro para pesquisar todos os campos utilizando os descritores relações de gênero *and* Migração *and* Vale do Mucuri não foram exibidos resultados. Para os descritores Vale do Mucuri *and* relações de gênero encontrei dois resultados sem relação com a minha pesquisa.

Durante o levantamento, foram utilizados os operadores booleanos AND e NOT, sendo o último para desconsiderar termos associados à migração sem relação ao meu tema de pesquisa. Os resultados encontrados foram filtrados por área de conhecimento (sociais e humanidades) e por título, excluindo-se os estudos repetidos. Na sequência, ocorreu a leitura dos resumos, sendo selecionados os trabalhos que serviriam como consulta ou referência para a escrita da tese, conforme quadro abaixo. Foram utilizadas as palavras chaves: migração sazonal, mulher, gênero, migração interna, Vale do Mucuri e relações de gênero.

Quadro 4 – Seleção de teses, dissertações e artigos científicos

Descritor 1- Migração Sazonal <i>and</i> gênero				
Tese de doutorado	JESUS, Maia Cláudia de.	Lugar" e "trecho": migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha	2000	Repositório UFV

	HAROLDO, Junior Martins Cardoso.	Mobilidade sazonal da população na cafeicultura: análise socioespacial do fluxo de trabalhadores para o município de Carmo do Rio Claro/MG	2017	Repositório UFMG
Dissertação Mestrado	CASTRO, Rodrigo Dugolin de.	A migração sazonal do Vale do Jequitinhonha no sec. XIX: Meios de vida, translocalidade e fluxos.	2014	Repositório UFV
	COVER, Maciel.	O "tranco da roça" e a "vida no barraco": um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro	2011	Repositório UFCG
Descritor 2 - Migração Interna <i>and</i> relações de gênero				
Tese de doutorado	BRAGA, F. G.	Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil., 2011.	2011	Repositório UFMG
Dissertação Mestrado	VIANNA, Eliane Chaves.	A migração em um novo contexto sócio cultural: o provisório permanente	1999	Repositório Fiocruz
Descritor 3- Migração <i>and</i> gênero				

Tese de doutorado	ANGELIN, Paulo Eduardo.	Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares	2012	Repositório UFSCAR
Dissertação Mestrado	COELHO, Luciane Germano Simões.	A emigração sob o olhar de quem fica: uma análise das experiências de famílias do município de Ipaba-MG	2007	UFV
Dissertação Mestrado	MATOS, Emilliane de Oliveira.	Viúva de marido vivo: implicações do processo emigratório na dinâmica conjugal de casais em que o homem emigrou	2013	Repositório UFMG
Descritor 4-Vale do Mucuri				
Tese de doutorado	MIRANDA, Silvanir Marcelino.	Infância, trabalho e direito no Vale do Mucuri – MG	2006	Repositório USP
Dissertação Mestrado	CEZZANE, César Fernandes.	Contribuições à geografia - histórica do Vale do Mucuri- MG	2013	Repositório PUC/Minas
	APOLINÁRIO, Flávio.	A rede urbana da mesorregião do Vale do Mucuri: Uma proposta de hierarquização por meio de técnicas de estatística multivariada.	2010	Repositório PUC/Minas

	CARVALHO, Christiano Ottoni..	A mesorregião do Vale do Mucuri: Contextualização histórica e análise do desenvolvimento	2006	Repositório PUC/Minas
Artigos Científicos				
Artigo	SANTOS, Márcio Achtschin.	O poder e as representações de quem tem posse: A construção do mito Ottoni no Vale do Mucuri, MG (1890-1950).	2021	Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Artigo	GEBARA, José Jorge; BACCARIN, José Giacomo; BORBA, Maria Madalena Z.	Fatores condicionantes e formas da migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP)	2019	Revista de Economia e Sociologia Rural
Artigo	SOUZA, C. A. S.; FREITAS, R. C. S.	Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do sul de Minas Gerais	2015	Revista Uniabeu

Artigo	PEREIRA, V.G.; RIBEIRO, E.M.	Novos padrões de migração entre agricultores familiares reassentados do Alto Jequitinhonha, MG	2014	Revista Organizações Rurais & Agroindustriais
Artigo	PREVITALI, F. S; MORAIS, S. P.; FAGIANI, C.C.	Trabalho e migração: o caso da agroindústria sucroalcooeira no triângulo mineiro a partir da década de 2000	2013	Revista Espaço de Diálogo e Desconexão
Artigo	MARTINS, M.L.	MARTINS, M. L. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG - 1890 a 1950.	2010	Revista de História Regional, Ponta Grossa
Artigo	SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de.	Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes	2009	Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana - REMHU
Artigo	ASSIS, Gláucia de O.	Gênero e migrações contemporâneas	2007	Revista Estudos Feministas
Artigo	LISBOA, Teresa Kleba.	Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas	2006	REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

Artigo	RIBEIRO, Eduardo Magalhães.	Imigrantes, Fronteira e Agricultura nas Matas do Vale do Mucuri - Minas Gerais	2004	TRAVESSIA Revista do Migrante
Artigo	LISBOA, Teresa Kleba.	Gênero, classe e etnia – trajetórias de vida de mulheres migrantes	2003	Revista Katálysis
Artigo	BOTELHO, Maria Isabel Vieira.	Experiências e vivências na migração sazonal	2008	Revista Unimontes Científica
Artigo	SILVA, M. A. M.	O rosto feminino da migração sazonal	1996	TRAVESSIA Revista do Migrante
Ensaio	BRITO, Fausto.	As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.	2009	UFMG/Cede plar
Artigo	SILVA, Greiciele Soares da; SANTOS, Arthur Saldanha dos; VIANA, Elis Medrado.	Entre “partir” e “ficar”: A migração além do processo de deslocamento físico	2016	Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais

Artigo	SILVA, Maria Aparecida de Moraes.	Destinos e trajetórias dos camponeses migrantes	2016	Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais
Artigo	LISBOA, Teresa Kleba.	Gênero e pobreza: aspectos heterogêneos e múltiplas dimensões	2013	Anais do 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero
Artigo	CARDOSO, Núbia V.	Percepção e análise sobre a relação de gênero e políticas públicas para as populações do campo no Vale do Mucuri	2010	Anais do VII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social
Artigo	MARINHO, Karlene Carvalho; SOUSA, Andrea Joana Sodré.	“Viúvas de Marido vivo”: um estudo sobre a repercussão da migração na vida das mulheres no município de Timbiras – MA	2008	Anais do 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero
Artigo	ASSIS, Gláucia de O.	“Os Novos Fluxos da População Brasileira e os Rearranjos Familiares e de Gênero”.	2000	Anais do XXIV Encontro Anual da Anpocs

Fonte: Dados sistematizados pela autora.

Após análise dos 32 (trinta e dois) trabalhos selecionados no quadro acima sobre a produção científica da temática gênero e migrações, buscando aprofundar a pesquisa nas relações de gênero decorrente das migrações internas/sazonais com mulheres que permanecem no local de origem enquanto companheiros e/ou filhos migram, ficou evidenciado, nas 04 (quatro) teses e 12 (doze) dissertações e nos 20(vinte) artigos científicos analisados, que a maioria dos estudos se referem às migrações de trabalhadores, suas causas e impactos (Silva e Melo, 2009; Ribeiro, 2004)

Esses estudos abordam o contexto sociocultural das migrações, os deslocamentos e destinos dos migrantes, a exploração do trabalho, as condições de vida, a migração das famílias, as redes migratórias e a reciprocidade em comunidades camponesas. Com a temática gênero e migração, as pesquisas apontam o crescimento da migração de mulheres, a invisibilidade da mulher na migração das famílias, as relações de gênero que se estabelecem nos processos migratórios, os rearranjos familiares e de gênero e a afetividade (Matos, 2013; Coelho, 2007; Angelin, 2012).

Foram identificados trabalhos com a temática relações de gênero na perspectiva das mulheres que ficam, por meio dos estudos da pesquisadora e socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva (2009, 2016), que aborda o tema no contexto da emigração. Dentre sua vasta produção sobre migração, identificamos pesquisas relacionadas com a categoria gênero, realizadas com mulheres migrantes. Nos trabalhos da pesquisadora, que abordam impactos e repercussões nas relações de gênero das mulheres que ficam no local de destino, foram realizadas entrevistas com homens e mulheres migrantes e com famílias que migraram de forma permanente.

O artigo das pesquisadoras Karlene Carvalho Marinho e Andrea Joana Sodr e Sousa, de 2008, apresentado no 8º Seminário Internacional Fazendo G nero, intitulado “Viúvas de Marido vivo”: um estudo sobre a repercussão da migra o na vida das mulheres no município de Timbiras – MA, (Marinho e Sousa, 2008) tem grande proximidade com meu objeto de pesquisa. O artigo   resultante de uma pesquisa com mulheres migrantes e não migrantes que ficam no local de origem enquanto os maridos migram. Selecionei ainda artigos que tratam sobre a migra o de mulheres, por abordarem a temática das rela es de gênero e migra es como os trabalhos das pesquisadoras Teresa Kleba (2003, 2006, 2013) e Gláucia Assis (2000, 2007).

Com rela o   produ o das teses e disserta es no levantamento do material selecionado no descritor 1 Migra o Sazonal *and* gênero, identifiquei que os estudos são voltados para a questão do campesinato, o fluxo dos trabalhadores rurais, o trabalho no corte

de cana e a migração no Vale do Jequitinhonha, a organização de famílias em estratégias de reprodução social e as relações de gênero e redes de reciprocidade nas comunidades camponesas. (Maia, 2000; Cardoso, 2017). Observei que a migração dos trabalhadores urbanos, mesmo que para atividades no campo, não é mencionada nos textos selecionados, assim como não houve, no levantamento, nenhuma referência à migração e gênero no vale do Mucuri, apesar da proximidade deste com o Vale do Jequitinhonha.

Ao pesquisar os descritores migrações *and* gênero (descritor 2) e Migração Interna *and* relações de gênero (descritor 3), não encontrei resultados que se relacionassem com a realidade das mulheres de migrantes que permanecem no local de origem com a saída dos companheiros e/ou filhos. Também não foram identificados resultados que abordassem as relações de gênero no contexto de migração no Vale do Mucuri.

A pesquisa, nos referidos descritores, resultou em muitos estudos sobre a crescente migração das mulheres; a emigração de homens, mulheres e famílias; as redes migratórias nacionais e internacionais; trabalhos com mulheres migrantes no destino, arranjos familiares de mulheres migrantes, experiências de emigração com as famílias que ficam etc. Apesar dos vários trabalhos encontrados sobre a temática não estarem diretamente ligados à realidade de minha pesquisa ou sobre contexto de migração no Vale do Mucuri e seu entorno, alguns trabalhos, por terem abordagem muito próxima, foram selecionados na análise, conforme descrito abaixo.

No descritor 2 - Migração Interna *and* relações de gênero, os trabalhos explanam o novo contexto sociocultural da migração, a afetividade e as conexões territoriais e redes migratórias (Viana, 1999; Braga, 2011).

No descritor 3 - Migração *and* gênero, os arranjos familiares, as implicações do processo emigratório na dinâmica conjugal e as experiências de famílias no processo migratório ficam evidenciados nos estudos. Além disso, o descritor 3, por buscar de uma forma mais ampla pesquisas sobre migração e gênero não se restringindo à migração sazonal ou interna, retornou trabalhos que abordam as dinâmicas familiares no contexto da imigração e a configuração das experiências migratórias de mulheres (Matos, 2013; Coelho, 2007; Angelin, 2012)

Percebemos no descritor 4 - Vale do Mucuri, a escassez de produção sobre a temática das relações de gênero e migrações. Os resultados do levantamento que mais se aproximaram da pesquisa apresentaram trabalhos voltados para a contextualização histórica e análise espacial do território. (Ottoni, 2006; Apolinário, 2010; Cezzane, 2013; Miranda, 2006). Constatei durante a pesquisa, que as implicações das relações de gênero no contexto de migração no Vale do Mucuri ainda não foram objeto de estudo de teses e dissertações, apesar da forte cultura

migratória presente na região.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – fio condutor para a modalidade “trajetórias de vida”

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

1. Nome/Propor a criação de um nome fictício
2. Idade
3. Tempo de Escola (Nível de instrução)
4. Ocupação/(in)dependência financeira
5. Estado civil
6. Raça / Etnia – ascendência familiar (como você se auto define em relação a cor da pele)?
7. Naturalidade/origem familiar – onde nasceu e como veio parar no Vale do Mucuri
8. História familiar/ascendência/infância – fale um pouco sobre a sua infância, conseguiu brincar – como foi o tempo de escola.

Processos Migratórios

9. Quem da sua família migra (sai) com frequência para trabalhar?
10. Para onde vai (ou para onde vão?) – Nome do local, cidade e tipo de trabalho (plantação ou colheita da cana, café, ou que outros?)
11. O que muda no seu dia-a-dia (cotidiano) com a ausência de seu companheiro, filho, pai ou irmão?
12. Como sobrevive na ausência deles? Qual é a sua principal fonte de sustento?
13. A saída de seus familiares para trabalhar fora proporciona melhoria na sua qualidade de vida?

Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

14. Como vê o papel da mulher para a melhoria da região (no desenvolvimento da nossa região)?
15. Você conhece as principais lideranças da nossa região? Pode mencionar o nome de algum ou alguma conhecido/a?
16. Tem alguma mulher na região que é referência / liderança que você conhece?

17. A quem pede ajuda quando ocorre algum problema ou quando precisa?
18. Você participa de algum tipo de programa – CRAS, Bolsa Família ou outro que denota auxílio ou apoio de uma política pública?
19. Conhece e/ou participa de algum grupo de mulheres, de algum movimento social ou organização popular?
20. Frequenta uma Igreja? Qual? O que encontra de positivo nesta Igreja?

Relações de Gênero, classe e raça/etnia

21. Seus familiares (que migraram) se correspondem, mandam notícias? Você já foi visita-los em seu local de trabalho?
22. Por quanto tempo eles permanecem fora (para trabalhar) e quanto tempo permanecem em casa (em média) entre um trabalho e outro?
23. Qual a principal mudança no cotidiano com a saída deles?
24. Você percebe alguma mudança de papéis (relacionados ao homem e a mulher) depois que eles retornam?
25. Você já sofreu algum tipo de discriminação (ex. por ser pobre, por ser negra ou por ser mulher?)
26. Você já sofreu algum tipo violência – contra mulher ou outra?
27. Sabe a quem recorrer em caso de violência contra a mulher?
28. Se você político (ou tivesse um cargo político), o que faria para melhorar as condições de vida das mulheres de sua região?